

# UNIVERSO PEDAGÓGICO

V. 06 - N. 01  
JANEIRO A JUNHO - 2015  
ISSN 2317-644X

FACULDADE  
**MULTIVIX**





ISSN 2317-644X

# UNIVERSO PEDAGÓGICO

**Faculdade Capixaba de Nova Venécia – Multivix**  
**v. 06 n. 01 Jan./Jun. – 2015 – Semestral**

**Diretor Executivo**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

**Diretora Acadêmica**

Eliene Maria Gava Ferrão

**Diretora Geral**

Profª. Sandrélia Cerutti Carminati

**Coordenadora Acadêmica**

Profª. Elen Karla Trés

**Coordenadora Administrativo-Financeira**

Profª. Silnara Salvador Bom

**Coordenador de Graduação**

Prof. José Junior de Oliveira Silva

**Bibliotecária**

Profª. Alexandra Barbosa Oliveira

**Comissão Editorial**

Profª. Eliene Maria Gava Ferrão

Profª. Elen Karla Trés

Prof. José Junior de Oliveira Silva

Profª. Ludimila Sales de Oliveira

**Coordenadores de Curso**

Douglas Bitencourt Vidal

Francielle Milanez França

Ivan Paulino

Karina de Andrade Fonseca

Marcos Solon Kretli

Maxwilian Oliveira

Olívia Nascimento Boldrini

Sabryna Zen Rauta Ferreira

Universo Pedagógico / Faculdade Capixaba de Nova Venécia / – Nova Venécia:  
Cricaré, (Jan/Jun. 2015).

Semestral  
ISSN 2317-644X

1. Produção científica – Faculdade Capixaba de Nova Venécia. I. Título

# UNIVERSO PEDAGÓGICO

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

- LITERATURA INFANTIL: O PRAZER DE LER NA ALFABETIZAÇÃO** 05  
CINTHIA RONCONI FORRECHI  
HELENA CRISTINA BUGE ZUCATELI  
JÉSSICA MARIA BARBIERI PERDONÁ  
NAYARA SIAN HERZOG
- A INCLUSÃO DO ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS** 26  
LUDIMILA SALES DE OLIVEIRA  
PATRÍCIA VALKENIER DOS SANTOS
- DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: UMA ABORDAGEM NECESSARIA** 42  
CINTIA ASSUNÇÃO  
GEICIANI DOS SANTOS WAGUIMAKER  
RAQUEL KEPP
- PEDAGOGIA EMPRESARIAL: UM NOVO CAMPO DE ATUAÇÃO** 61  
ELIZABETH DA CONCEIÇÃO SALVADOR OLIOSI  
MARCIELLE VENTORIM MARTINS  
TERIENE SELLIA
- A INDISCIPLINA E SUA REPERCUSSÃO CONTRAPRODUCENTE NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM** 76  
ALINE FRAIS LEBEN SIQUEIRA  
BIANCA EVALDO FERRARI  
DIOMARA PEREIRA NASCIMENTO  
JOSIANE DIAS GOMES

## EDITORIAL

É missão de uma Instituição de Ensino Superior (IES) o ensino, a extensão e a pesquisa. Quanto ao ensino, os Cursos de Licenciaturas da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX funcionam regularmente. No fazer da extensão universitária, onde nossos acadêmicos de Licenciatura participam de projetos comunitários e solidários, destacamos nossa participação em ações globais, com parcerias diversas, cursos e projetos de extensão. No momento, estamos inserindo nossos acadêmicos na iniciação científica, procurando o despertar dos discentes na pesquisa científica em Licenciatura e nessa messe, fazemos a publicação de nossa **REVISTA PEDAGÓGICA.**

Em nosso primeiro número, apresentamos alguns artigos originais, que nos foram encaminhados, pelos docentes e discentes da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX.

Nossa proposta é de um periódico semestral, com a divulgação de artigos, projetos, pesquisas e relatos de experiência diversos, etc.

Estamos abertos para contribuições diversas, críticas, que muito nos ajudarão na melhoria do trabalho acadêmico. Que tenhamos todos uma boa leitura.

## LITERATURA INFANTIL: O PRAZER DE LER NA ALFABETIZAÇÃO

CINTHIA RONCONI FORRECHI<sup>1</sup>  
 HELENA CRISTINA BUGE ZUCATELI<sup>2</sup>  
 JÉSSICA MARIA BARBIERI PERDONÁ<sup>3</sup>  
 NAYARA SIAN HERZOG<sup>4</sup>  
 LEONICE BARBOSA<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo refere-se ao tema “Literatura Infantil: o prazer de ler na alfabetização”, a sua escolha foi motivada pela importância de inserir a literatura infantil na alfabetização a fim de despertar o gosto pela leitura. Os objetivos centram-se em inserir a literatura infantil de maneira lúdica adequando-se a cada fase de desenvolvimento da criança. Para tanto, buscou-se a partir de pesquisa bibliográfica e exploratória, com fontes secundárias para a coleta de dados, baseando-se nas teorias de Abramovich (1997), Coelho (2000), Cunha (1998) RCNEI (1998) entre outros os quais promoveram uma ampliação dos conhecimentos. Com o estudo, constatou-se a relevância da literatura infantil no processo de alfabetização da criança e o uso do lúdico como mecanismo à estimular o interesse pela leitura diante das variantes do universo literário, enfatizando as leituras adequadas à cada faixa etária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura. Lúdico. Letramento.

### ABSTRACT

This article refers to the theme Children's Literature: the pleasure of reading literate, their choice is motivated by the importance of including the children's literature in literate in order to awaken a taste for reading. The objectives center on infant insert literarura the playfully adapting to eachchild's developmental stage. To this end, we sought from literature and exploratory research with secondary sources for data collection, based on the theories of Abramovich (1997), Rabbit (2000), Cunha (1998) RCNEI (1998) among others, the which promoted an expansion of knowledge. With the study, noted the relevance of children's literature in the process of literacy of children and the use of recreation as mechanism to stimulate interest on the variants of the literate universe, emphasizing adequandas readings to each age group.

**KEYWORDS:** Reading. Playful. Literacy.

### 1 INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Multivix – Campus Nova Venécia/ES. Email: cinthiaronconi@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Multivix – Campus Nova Venécia/ES. Email:helenazucatelli@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Multivix – Campus Nova Venécia/ES. Email: jessica-perdona@hotmail.com

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Multivix – Campus Nova Venécia/ES. Email:nayarash@hotmail.com

<sup>5</sup> Professora orientadora. Graduada em Letras (FICAB); Pós Graduada em Língua Portuguesa e Literatura (FIJ); Mestranda em Ensino de Educação Básica (CEUNES - UFES) Email:leonbarb@hotmail.com

A literatura infantil é um dos mecanismos mais importantes da alfabetização, pois, instiga a leitura e a escrita na criança. Ao ler, ela adquire novas habilidades, momento em que usa a criatividade para expressar seus sentimentos através da imaginação. Ler é viajar por um universo literário inovador e capaz de transformar vidas.

A arte de ler é aguçada pela literatura infantil, embora esta já fora vista como momento desnecessário para a criança, mas que com o tempo adquiriu novos conceitos e que atualmente é indispensável para o desenvolvimento e aprendizagem infantil. A leitura contribui para o desenvolvimento integral da criança e dessa forma para cada faixa etária há uma concepção e propostas literárias específicas, o que contribui para a construção da identidade da criança.

O desafio de formar praticantes de leitura e de escrita pode ser vencido a partir de novas técnicas que possam possibilitar o gosto pela leitura. A literatura apresentada aos alunos de maneira lúdica com novos métodos desperta na criança a arte da descoberta, do imaginário o que torna a leitura algo prazeroso.

Esta pesquisa busca aprofundar novas técnicas que possam estimular o interesse pela leitura, a partir da pesquisa bibliográfica e exploratória, como fonte secundária para a coleta de dados. Neste sentido, os objetivos visam conceituar a literatura infantil, destacando as concepções literárias do desenvolvimento infantil e apontar novas metodologias lúdicas que possam favorecer o ensino aprendizagem.

## **2 LITERATURA INFANTIL NO CAMINHO DA ALFABETIZAÇÃO**

### **2.1 REVISITANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL: LITERATURA E ENSINO**

Neste tópico será feita uma revisão histórica e progressista da concepção de infância e conseqüentemente a evolução da educação infantil, abordando períodos diferentes e favorecendo a construção de métodos que permitam um ensino mais atrativo, proporcionado uma interação entre literatura e aprendizagem constante.

#### **2.1.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Ao longo dos tempos, as concepções de criança e de educação infantil sofreram grandes transformações, visto que eram adequadas para cada período. A princípio a criança era considerada como um ser não pensante, inútil, era um “adulto em miniatura”, não lhe eram garantido direitos. Em relação à educação, aprendia-se com a própria família, conforme relata Bujes (2001, p. 13):

Durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo social a qual ela pertencia. Era junto aos adultos e outras crianças com as quais convivia que a criança aprendia a se tornar membro deste grupo, a participar das tradições que eram importantes para ele e a dominar os conhecimentos que eram necessários para a sua sobrevivência material e para enfrentar as exigências da vida adulta.

Com o passar do tempo, novas concepções de infância foram formuladas por grandes estudiosos do assunto. Pode-se destacar entre eles, alguns que através da dedicação aos estudos mudaram os conceitos de infância e proporcionaram uma evolução importante para a trajetória do ensino infantil até a atualidade, como: Pestalozzi, Piaget, Montessori, Vygotsky, e Froebel.

Cada qual teve sua contribuição especial para à educação infantil. Pestalozzi, “defendia que a educação deveria ocorrer em um ambiente o mais natural possível, sob um clima de disciplina estrita, mas amorosa, o que contribuiria para o desenvolvimento do caráter infantil” (apud OLIVEIRA, 2001, p. 14). Assim para que a criança pudesse aprender esta deveria está num ambiente acolhedor e prazeroso, em contato com as pessoas e demais crianças, como se estivesse em casa.

Montessori destacava a importância dos materiais concretos como essenciais à aprendizagem da criança. Para ele a “exploração sensorial pelas crianças e específicos ao alcance de cada objetivo educacional” (apud OLIVEIRA, 2001, p. 15). Assim, a criança desenvolve habilidades motoras importantes para seu processo educativo.

Um outro estudioso que contribuiu para os fundamentos da Educação Infantil foi Piaget, como destaca Felipe (2001, p. 30):

A teoria piagetiana afirma que conhecer significa inserir o objeto de conhecimento em um determinado sistema de relações, partindo de uma ação executada sobre o referido objeto. Tal processo envolve, portanto, a capacidade de organizar, estruturar, entender e posteriormente, com a aquisição da fala, explicar pensamentos e ações.

Piaget preconiza o ideal construtivismo, de mudança para o novo, onde as ideias das crianças são priorizadas, seus pensamentos e ações são estimulados através do que vivem, em que expressam o que são e o que pretendem ser.

Além disso, Piaget definiu as fases de desenvolvimento mental do indivíduo. Bock afirma (2008, p. 119) ainda que “Segundo Piaget, cada período é caracterizado por aquilo que o indivíduo consegue fazer de melhor nessas faixas etárias.” Assim denominou quatro etapas de desenvolvimento conforme sua teoria: período sensório motor, pré operatório, operações concretas e operações formais.

Vygotsky vê o desenvolvimento infantil interligado a três aspectos: instrumental, cultural e histórico. Bem como enfatiza Bock (2008, p. 126), para Vygotsky, “a história da sociedade e o desenvolvimento do homem caminham juntos e, mais do que isso, estão de tal forma intrincados que um não seria o que é sem o outro.”

Para Vygotsky (1987, p.35), a infância e a ludicidade estão interligadas assim como enfatiza:

O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades e interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos.



A visão de infância é moldada ao relacionar-se com o lúdico de maneira a construir a identidade da criança, possibilitando seu desenvolvimento integral, expressada através das ações e proporcionando a interação com o ambiente ao qual relaciona.

Froebel (apud ARANHA 1996) teve a iniciativa dos Jardins de Infância, a qual via as crianças como sementinhas que necessitavam de cuidados. Adentrou em estudos que priorizavam a importância de uma educação maleável, flexível e inovadora na Educação Infantil, relevando a importância das atividades lúdicas, bem como afirma Aranha (1996, p. 143-144):

Froebel privilegia a atividade lúdica por perceber o significado funcional do jogo e do brinquedo para o desenvolvimento sensório-motor e inventa métodos para aperfeiçoar as habilidades. Estava convencido de que a alegria do jogo levaria a criança a aceitar o trabalho de forma mais tranquila.

Assim, o ensino infantil, de acordo com o autor, enfatizaria a ludicidade, e os jogos e as brincadeiras, estimulariam o desenvolvimento da criança de modo mais divertido e prazeroso.

Com advento da industrialização e a criação de novos empregos as creches e pré escolas passam a ser vistas primeiramente com caráter assistencialista, onde as mães deixavam seus filhos enquanto trabalhavam. Assim como afirma Kishimoto (1988, p. 162) “[...] a pouca importância da pré-escola, enquanto nível de ensino, é demonstrada ao longo dos anos quer, pela sua ausência na composição do ensino público, quer pelo fracasso em implementar propostas de sua inclusão no ensino oficial.”

Essa visão com o passar do tempo é moldada. Conforme Nicolau (2002, p. 21):

A educação pré-escolar visa a criação de condições para satisfazer as necessidades básicas das crianças, oferecendo-lhe um clima de bem-estar físico, afetivo-social e intelectual, mediante a proposição de atividades lúdicas que promovam a curiosidade e a espontaneidade, estimulando novas descobertas e o estabelecimento de novas relações a partir do que já se conhece.

A mudança de um paradigma formulado sobre a educação infantil favorece as uma visão mais ampla de ensino. A educação infantil portanto, torna-se um espaço de aprendizagem constante onde a criança é a peça fundamental desse processo. As variadas estratégias e metodologias utilizadas promovem o bem estar da criança e fortalece o aprendizado. O lúdico é o caminho mais breve para alcançar esse objetivo.

Atualmente a Educação Infantil está incluída na Educação Básica segundo, a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL/LDB, 1996), quando deixa de ser apenas uma assistência e passa a ser um ambiente vulnerável para o desenvolvimento infantil e para a produção de conhecimentos essenciais a vivência futura.

### **2.1.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DO RCNEI**

Ao pensar em fases de desenvolvimento infantil e suas reais necessidades, logo destaca-se o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL/RCNEI

1998) Volume 3, que aborda de maneira sistemática as fases infantis e enfatiza de acordo com cada objeto de conhecimento Movimento, Música, Artes Visuais, linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática, o que seria ideal para o desenvolvimento da criança.

O RCNEI (BRASIL, 1998) foi um documento que o Ministério da Educação e Cultura publicou a fim de destacar as propostas para a melhoria do ensino brasileiro equivalentes ao Ensino na Educação Infantil. Destaca-se a necessidade de oferecer um ambiente desafiador, rico, acolhedor às crianças, para que possam desenvolver novos conhecimentos viáveis a um crescimento de si mesmo e para uma vivência social promissora.

A criança desenvolve-se de maneira progressiva e a abordagem de novas técnicas favorece esse desenvolvimento. Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998) no campo de conhecimento de Artes Visuais, à medida que as crianças crescem elas aprimoram seus traços, experimentam novas texturas e descobrem novas concepções de mundo, haja vista o estímulo à capacidade imaginativa que possibilita a construção de novos conhecimentos.

O ensino para crianças de zero a três anos tem o objetivo de organizar práticas de aprendizagem em arte envolvente, bem como afirma o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 95) “ampliar o conhecimento de mundo que possuem, manipulando diferentes objetos e materiais, explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio e entrando em contato com formas diversas de expressão artística.”

A arte é um recurso que desenvolve a coordenação motora, habilidades importantes para a criança. Contudo o meio em que a criança está inserida reflete diretamente nas suas produções, como afirma RCNEI (BRASIL, 1998, p. 88):

A arte da criança, desde cedo, sofre influência da cultura, seja por meio de materiais e suportes com que faz seus trabalhos, seja pelas imagens e atos de produção artística que observa na TV, em revistas, em gibis, rótulos, estampas, obras de arte, trabalhos artísticos de outras crianças etc.

As produções artísticas e até mesmo literárias representam o ambiente que a cercam, além das influências dos meios de comunicação ou outros recursos, há também a relação social e familiar da criança que está descrita nos traços ou expressões produzidas por ela.

Além disso, o RCNEI (BRASIL, 1998) aborda a importância do desenvolvimento da aprendizagem oral e escrita da criança, que se dá por meios de métodos variados, o que permite a promoção do sujeito, a construção da identidade crítica possibilitando o desenvolvimento integral da criança. A música, o lúdico, a diversidade metodológica a partir do material concreto atuam como mecanismos fundamentais no cenário infantil.

O trabalho com a linguagem se constitui um dos eixos básicos na educação infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento (BRASIL, 1998, p. 117).

A literatura infantil atua diretamente no processo de desenvolvimento infantil. Ela é um instrumento que promove a criança para uma vida em sociedade, além de despertar novas habilidades e formular novos conceitos que são adquiridos pela prática da leitura. A linguagem oral permite a relação interpessoal, a comunicação de idéias e o desenvolvimento da criança.

Na educação infantil um instrumento eficaz para o desenvolvimento da linguagem oral são as rodas de conversas e a leitura deleite, uma estratégia comum que possibilita um momento de conversa entre alunos e professor, promovendo uma relação entre o locutor e o interlocutor.

Desde muito cedo os bebês já emitem sons variados, o que permite uma comunicação ativa com os adultos, proporcionando momentos de prazer e alegria. Dentre os objetivos destacados pelo RCNEI (BRASIL, 1998) no desenvolvimento da criança de zero a três anos fica evidente a importância da familiarização com a leitura de histórias.

Na faixa etária seguinte, as crianças de quatro a seis anos devem desenvolver capacidades orais e escritas, assim como afirma o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 131)

- ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;
- familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;
- escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;
- interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;
- reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano;
- escolher os livros para ler e apreciar.

Diante desses objetivos torna-se essencial a presença da literatura infantil na vida da criança. A maneira lúdica na apresentação da literatura infantil permite à criança a ampliação de concepções, contribuindo para a formação de leitores, alcançando por meio da leitura, novos caminhos e saberes.

Na educação infantil é primordial que se trabalhe a leitura de maneira lúdica, atrativa, para que o primeiro contato com ela seja algo prazeroso, criando assim, um ambiente propício à alfabetização, ao desenvolvimento de habilidades e concepções essenciais para a vida futura.

## 2.2 LITERATURA INFANTIL: DEFINIÇÕES

A literatura infantil está presente em todos os momentos e lugares fazendo parte da história dos mais distintos povos, adquirindo novos conceitos e grandes transformações, sendo um leque de informações, imaginação e criatividade para muitas crianças.

Segundo Coelho (2000, p. 27):

A literatura Infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/ impossível realização.

Nesse sentido, a sociedade vê a literatura infantil como algo voltado para ilustrações, considerando-a uma brincadeira para crianças, o que acaba diminuindo a importância do seu principal objetivo, fazer com que as mesmas adquiram gosto pela leitura através das suas características.

Rosenfeld (apud CUNHA, 1998, p. 57-58) teoriza outra visão de literatura infantil:

[...] a literatura amplia e enriquece a nossa visão da realidade de um modo específico. Permite ao leitor a vivência intensa e ao mesmo tempo a contemplação crítica das condições e possibilidades da existência humana. [...] A literatura é o lugar privilegiado em que a experiência “vívida” e a contemplação crítica coincidem num conhecimento singular, cujo critério não é exatamente a “verdade” e sim a “validade” de uma interpretação profunda da realidade tornada em experiência.

Segundo esse autor, a literatura infantil traz transformação para a vida humana, onde há construção de novas concepções de mundo, favorecendo o gosto pela leitura e propiciando a formação de leitores com uma nova perspectiva de sociedade.

Os contos literários, as fábulas e lendas produzidas a favor da explanação da imaginação infantil, transmitem características fabulosas, humanas a personagens animados, a fim de buscar no íntimo infantil um interesse maior pela leitura. Assim como afirma Villardi (1999, p. 6):

[...] a literatura – uma vez que não tem comprometimento com a realidade, mas com o real que ela mesma cria- é ficção e, por natureza, da ordem da fantasia. Assim, fomenta no leitor a curiosidade e o interesse pela descoberta; permite que ele vivencie situações pelas quais jamais passou, alargando seus horizontes e tornando-se mais capaz de enfrentar situações novas. Ou seja, ao romper com as barreiras da realidade, possibilita ao leitor o acúmulo de experiências só vividas imaginariamente, o que o torna mais criativo e mais crítico, além de ensiná-lo a reagir a situações desagradáveis e de ajudá-lo a resolver seus próprios conflitos.

Por mais que não haja ligação alguma com a realidade, o papel da literatura é realmente desenvolver habilidades psíquicas, emocionais, a partir do estímulo à imaginação. A imaginação é o que move (move) o mundo infantil; é o instrumento que favorecerá a formação de leitores delineados para a futura atuação em sociedade.

Vulgarmente, a expressão “literatura infantil” sugere de imediato a ideia de belos livros coloridos destinados à distração e ao prazer das crianças em lê-los, folheá-los ou ouvir suas histórias contadas por alguém. Devido a essa função básica, até bem pouco tempo, a literatura infantil foi minimizada como criação literária e tratada pela cultura oficial como um gênero menor (COELHO, 2000, p. 29).

Os livros infantis são instrumentos que despertam o gosto pela leitura. As imagens e gêneros neles contidos são de acordo com cada etapa de desenvolvimento infantil. Entretanto, a literatura infantil vai além da leitura de imagens ou textos, ela promove a criança para a construção de novos saberes, possibilita a desenvoltura de habilidades psíquicas essenciais para a vida, além de permitir uma alfabetização mais evolutiva e prazerosa.

### **2.2.1 A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

A literatura infantil é instrumento fundamental para alcançar o sucesso na alfabetização. As crianças encantam-se com as histórias infantis, os contos de fadas e aventuras, o que estimula o hábito pela leitura. O universo infantil é repleto de imaginação e a literatura é objeto essencial para aguçar o interesse pela leitura, dando respostas às curiosidades das crianças. Bem como afirma Câmara (2009, p. 23):

A literatura e a alfabetização andam juntas o tempo todo, a maioria das crianças gosta de ouvir história e se encanta com esse mundo de magia que é de grande importância no processo de alfabetização e dessa forma o processo de ensino aprendizagem é desenvolvido com mais qualidade, porque o professor deixa de desempenhar uma ação mais estática e torna assim o ensino mais ativo e motivador, onde a criança é estimulada a interagir com o conhecimento posto em questão.

A literatura estimula a construção de princípios que serão formulados durante a infância, o reconhecimento do meio é adquirido por diversas maneiras e a literatura atua como protagonista na formulação de conceitos básicos vivenciais, e é durante a infância que esses princípios são formulados, o olhar além, que propicia novos horizontes e a construção da sua própria identidade crítica social.

A magia do “faz de conta” transforma a literatura infantil em um ensino constante, a partir do interesse que motiva a criança a desenvolver suas habilidades e estimula a conotação e denotação dos fatos. Conforme afirma Coelho (2000, p. 31), “o ato de ler (ou de ouvir), pelo qual se completa o fenômeno literário, se transforma em um ato de aprendizagem.”

Assim, a ligação entre literatura e alfabetização é primordial, haja vista que a: “Literatura proporciona mais segurança na fase de alfabetização, e é papel fundamental tanto dos pais quanto da escola e professores criar oportunidades para que a criança se descubra leitora” (CÂMARA, 2009, p. 16).

É importante que os pais, desde o início do desenvolvimento cognitivo da criança, criem oportunidade para que ela insira-se no mundo da literatura, fazendo com que a leitura se faça presente em seu dia a dia, através de contos e reconto de histórias, jogos e brincadeiras com personagens da literatura. Com isso, pode-se contribuir para despertar nas crianças a imaginação, desenvolvendo assim as habilidades linguísticas, motoras e emocionais.

### 2.3 CONCEPÇÕES LITERÁRIAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A leitura contribui para o desenvolvimento psíquico da criança, estimula o aspecto cognitivo, sendo a história o alimento essencial para a imaginação. Em cada fase da vida da criança há um interesse específico pela leitura, seja a faixa etária, os interesses civis, ou o que está na “moda”. As crianças preferem os contos infantis, com personagens inanimados, seres humanizados que estimulam a imaginação; já os adolescentes preferem leituras mais diretas, rápidas, como revistas, informativos, romances, aventuras. Dessa forma são delineados os estágios de desenvolvimento infantil, nos quais cada um corresponde a certa idade e seu desenvolvimento psicológico induzido pela leitura.

O caminho para a redescoberta da literatura infantil, no século XX, foi aberto pela psicologia experimental, que revelando a inteligência como o elemento estruturador do universo que cada indivíduo constrói dentro de si, chama a atenção para os diferentes estágios de seu desenvolvimento (da infância à adolescência) e sua importância fundamental para a evolução e formação da personalidade do futuro adulto (COELHO, 2000, p. 30).

Coelho (2000) e Gregorin Filho (2009) enumeram como Estágios de Desenvolvimento Infantil cinco Fases: pré-leitor, leitor iniciante, leitor em processo, leitor fluente e leitor crítico. Já Coelho (1997) relaciona os interesses literários com a faixa etária da seguinte forma: fase mágica, pré mágica e fase escolar. Assim como evidenciado os quadros a seguir:

COELHO (2000)		
IDADE	CONCEPÇÕES	INTERESSES LITERÁRIOS
15 meses aos 3anos	Pré-leitor- 1ª Infância  2ª Infância	Ênfase em gravuras. Coleções como: Peixe vivo, Só imagem, As meninas (EvaFurnari)
6 aos 7 anos	Leitor Iniciante	Histórias de aventura: Gato e o Rato (Mary e Eliardo França), Hora dos Sonhos (Ruth Rocha), Um dois feião com arroz (Tenê)
8 aos 9 anos	Leitor em Processo	Clássicos Infantis, Poemas narrativos.
10 aos 11 anos	Leitor Fluente	História de suspense. Ficção científica (Melhoramentos)
A partir dos 12 anos	Leitor Crítico	Coleção polemica (Moderna), Jovens do Mundo Todo (Brasiliense)

Quadro 1: Estágio de Desenvolvimento Infantil

Fonte: Coelho (2000)

COELHO (1997)		
IDADE	CONCEPÇÕES	INTERESSES LITERÁRIOS
Até 3anos	Fase Pré-Mágica	História de Animais, de seres humanizados e crianças.
3 a 6 anos	Fase mágica	História de repetição e conto de fadas.

7 anos	Escolares	Aventuras, histórias de animais, encantamento.
8 anos		Histórias humorísticas
9 anos		Histórias relacionadas a realidade
A partir dos 10 anos		Narrativas, fábulas, mitos e lendas.

Quadro 2: Estágio de Desenvolvimento Infantil  
Fonte: Coelho (1997)

GREGORIN FILHO (2009)		
IDADE	CONCEPÇÕES	INTERESSES LITERÁRIOS
15 meses a 5 anos	Pré-leitor	Livros com imagens, linguagem não verbal.
A partir dos 5 ou 6 anos	Leitor Iniciante	Narrativas curtas fantasias, imaginação: João e o pé de feijão, A formiga e a neve.
A partir dos 8 anos	Leitor em Processo	Histórias de Ana Maria Machado, Ruth Rocha.
A partir dos 10 anos	Leitor Fluente	Contos, Fábulas, Narrativas reflexivas com racionalização da realidade.
A partir dos 12 anos	Leitor Crítico	Gêneros diversos, poesias, lendas, narrativas longas, textos argumentativos.

Quadro 3: Estágios de Desenvolvimento Infantil  
Fonte: Gregorin Filho (2009)

Assim, o desenvolvimento infantil é correlacionado conforme a visão teórica e período que se encontra. Dessa forma, o pré leitor abrange duas fases a primeira infância (dos 15/17 meses aos 3 anos) e a segunda infância (a partir dos 2/3 anos). A primeira infância segundo Coelho (2000, p. 33) é o “momento em que a criança começa a conquista da própria linguagem e passa a nomear as realidades à sua volta” releva o desenvolvimento dos sentidos, em especial o tato. na segunda infância, destacam-se os valores vitais e sensoriais. Coelho (2000, p. 33) afirma que é “quando se dá a passagem da indiferenciação psíquica para a percepção do próprio ser.” A criança passa a aguçar o interesse pela comunicação verbal, é quando deve-se exercitar o gosto pela leitura. A leitura mais ideal para o interesse infantil nessa etapa seria o que predominasse a imagem, que propusesse a inter-relação entre o mundo real e o mundo imaginário, sentidos humorísticos, que possam manter a atenção e o interesse do receptor na inserção da literatura infantil na vida da criança como caminho para a aprendizagem.

Gregorin Filho (2009, p. 45) caracteriza o estágio pré-leitor como “aquele indivíduo que ainda não tem a competência de decodificar a linguagem verbal escrita”.

Coelho (1997) caracteriza a fase/estágio pré-mágica, pelas histórias de brinquedos, animais com características humanizadas, que despertam o interesse pela leitura.

[...] as histórias devem ter enredo simples, vivo e atraente, contendo situações que se aproximem o mais possível da vida da criança, de sua vivência afetiva e doméstica, de seu meio social, de brinquedos e animais que a rodeiam, humanizados.

[...] as histórias devem conter, de preferência muito ritmo e repetição (COELHO, 1997, p. 16).

O segundo estágio, leitor iniciante dos 6/7 anos de idade, segundo Coelho (2000, p. 34):

Fase da aprendizagem da leitura, na qual a criança já reconhece, com facilidade, os signos do alfabeto e reconhece a formação das sílabas simples e complexas. Início do processo de socialização e de racionalização da realidade.

Ainda nessa fase é necessária a presença de um adulto que atue como agente estimulador, para que a leitura seja uma prática prazerosa. Além do uso de imagens e o humor que prendem a atenção.

O leitor iniciante definido por Gregorin Filho (2009) é quando o indivíduo que começa a ser letrado, tomando contato com a linguagem verbal escrita.

A próxima concepção definida por Coelho (1997) é a fase mágica representada pelo uso de histórias de repetição, histórias de crianças, animais e encantamento, despertam a imaginação, conseqüentemente o gosto pela leitura. Coelho (1997, p. 16) afirma “Nesta fase, os pequenos solicitam várias vezes a mesma história e a escutam sempre com encanto e interesse.” A repetição promove maior integração e motivação pelas histórias infantis.

O terceiro estágio definido por Coelho (2000) é o leitor em processo, a partir dos 8/9 anos, conceitua-se que na fase:

[...] a criança já domina com facilidade o mecanismo de leitura. Agudiza-se o interesse pelo conhecimento das coisas. Seu pensamento lógico organiza-se em formas concretas que permitem as operações mentais. Atração pelos desafios e pelos questionamentos de toda natureza (COELHO, 2000, p. 36).

Nessa fase o adulto atua com motivação e estimulação à leitura, os gêneros narrativos predominam entre os interesses, o realismo e o imaginário/fantasia são fontes inspiradoras para provocar atividades pós-leitura. A caracterização adotada por Gregorin Filho (2009) é muito parecida com a de Coelho (2000) a criança possui domínio sobre a escrita.

De acordo com Coelho (1997) a faixa etária dos 7 aos 10 anos de idade é denominada idade escolar, esse período é marcado pelo papel do professor a partir da prática e do incentivo à leitura, os contos ainda prendem a atenção de grande maioria, mas após o desenvolvimento da leitura, narrativas longas, são mais motivadoras. O professor deve estimular a partir de métodos que envolvam a leitura de maneira lúdica, sem cobranças, o que representam para elas, opção própria, despertando o gosto pela leitura.

Coelho (2000) ainda define outros dois estágios: o leitor fluente, a partir dos 10/11 anos, e o leitor crítico, a partir dos 12/13 anos. Segundo Coelho (2000, p. 37) o leitor



fluente caracteriza-se pela “Fase de domínio do mecanismo da leitura e da compreensão do mundo expresso no livro. (...) O ser é atraído pelo confronto de ideais e seus possíveis valores ou desvalores.” O imaginário, contos, narrativas, continuam sendo grandes atrações, a presença do adulto já não se faz tão necessária, bem como o uso de imagens e personagem humanizados. A linguagem, mais elaborada e os gêneros narrativos mesclam-se, haja vista as inovações e mudanças constantes advindas da sociedade contemporânea.

O leitor fluente segundo Gregorin Filho (2009, p. 46) “é a fase em que se consolida o domínio dos mecanismos que o ato de ler envolve”. O leitor crítico pautado, por Gregorin Filho (2009) como a fase em que possibilita uma visão questionativa do texto, e conseqüentemente essa é relacionada com a realidade social; cria-se um pensamento reflexivo e crítico, como afirma Coelho (2000, p. 39): “Fase de total domínio da leitura, da linguagem escrita, (...) de desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, empenhados na leitura do mundo”.

As concepções de desenvolvimento infantil literário não se baseiam apenas na linguagem verbal escrita e falada, mas também na leitura de linguagens visuais, a interpretação dessas, possibilita uma visão ampla de conhecimentos construídos e posteriormente a ligação ao universo cultural a qual está inserido, afinal literatura “é um ato concreto, observável, que recorre a determinadas faculdades específicas do ser humano” (GREGORIN FILHO, 2009, p. 50). Além disso, é um processo cognitivo que possibilita o desenvolvimento total do ser humano. A literatura enriquece, promove e possibilita novos horizontes.

Segundo Coelho (2000, p. 32):

Assim, a inclusão do conhecimento leitor em determinada “categoria” depende não apenas de sua faixa etária, mas principalmente da inter-relação entre sua idade cronológica, nível de amadurecimento biopsíquico-afetivo-intelectual e grau ou nível de conhecimento/domínio do mecanismo da leitura.

Para que a alfabetização seja efetiva, é primordial “respeitar” as diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo da criança, pois é necessário entender que cada criança possui o tempo específico para o seu amadurecimento, encaminhando-se assim para o domínio da leitura.

Como aprimoramento e enriquecimento do desenvolvimento infantil é imprescindível caracterizar a literatura infantil através da ludicidade, que desperta um olhar mais crítico e inovador no aluno.

## 2.4 A LITERATURA INFANTIL E A LUDICIDADE

Devido às diversas atrações que o mundo contemporâneo oferece, o livro seria, para grande maioria, a última opção de ocupar as horas de lazer e diversão, pois não atende aos interesses modernos, sendo assim, deixados na estante ou guardados nas bibliotecas. Corroborar Cunha (1998, p. 11):

A televisão, o cinema, o rádio, a revista, respondem mais facilmente à necessidade dos alunos: não só são atividades pelas quais não sofrerão

qualquer cobrança (fichas, análise, provas etc.), como também representam para eles uma opção própria – escolhem onde, quando, o que fazer.

Diante desse cenário, a leitura passa a ser algo importuno, sem inovação. Em virtude das constantes inovações tecnológicas a leitura e a escrita são deixadas de lado. As crianças veem-se presas às gigantes telas de televisão, computadores, deslumbradas pelos jogos e entretenimentos, e perdidas em meio às inúmeras imagens.

A linguagem visual sempre chama a atenção das crianças através da diversidade de cores, movimentos, efeitos, o que torna os desenhos, os programas de televisão, filmes, jogos, mais interessantes e divertidos.

Porém, o professor deve fazer uso de técnicas e metodologias variadas que possam vir a seduzir os alunos para o mundo complexo e fascinante da linguagem escrita, onde eles terão como desafio decifrar os códigos: as palavras e o universo imaginário escondido por trás das letras. A prática da leitura deve ser algo diário e para despertar o interesse das crianças são necessárias novas técnicas, que tornem esse exercício estimulador, prazeroso e desejado.

Gregorin Filho (2009, p. 41-42), afirma que:

A aplicação de novas tecnologias na produção de textos garante a criação de universos literários cada vez mais motivadores e propícios para o desenvolvimento da imaginação criadora e, conseqüentemente, de indivíduos mais aptos para a vida em sociedade.

Com a aplicação de novas técnicas, subsidiadas pelas pesquisas tecnológicas, na produção de livros mais motivadores, uso de fantoches, dedoches, aventais de leituras e caixas com cenários inovadores, as crianças sentem-se mais envolvidas e encantadas.

Assim, o professor utiliza em sua prática sua criatividade espelhada na contação de histórias infantis, que despertam a curiosidade e o desenvolvimento de novos interesses.

[...] se a leitura for vista não como o cumprimento de um dever, mas como um espaço privilegiado, a partir do qual tanto é possível refletir o mundo, quanto afastar-se dele, buscando na literatura aquilo que a vida nos nega, quer sob a perspectiva da realidade, quer sob a da fantasia. Para que isso ocorra, o hábito, por si só, não chega. Há que se desenvolver o gosto pela leitura, a fim de que possamos formar um leitor para toda a vida (VILLARDI, 1999, p. 10-11).

É necessário que o imaginário da criança seja explorado, que seja estimulada a literatura de maneira com que a mesma consiga ir além dos pensamentos já formados, criando, reinventando os próprios sonhos. Quando se é trabalhado o cognitivo da criança de acordo com as ideias da mesma se torna prazeroso para ela, pois percebe que o que ela fala, sente, imagina, é levado em consideração e não é descartado.

## 2.5 DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO MUNDO IMAGINÁRIO

### 2.5.1 SUGESTÕES E PRÁTICAS PARA A INTERAÇÃO COM A LITERATURA INFANTIL

A literatura infantil é o caminho mais breve para despertar o interesse da criança pela leitura, pelos livros e conseqüentemente para alfabetizá-la. São muitos os instrumentos utilizados para esse fim, os mais variados recursos em especial a forma lúdica de ensinar e aproximar à literatura infantil chamam a atenção e proporcionam uma reação favorável à formação de leitores.

Contudo, o ato de ler, apesar de muito importante encontra-se em desuso na sociedade, a causa disso pode estar ligada a vários artifícios como, por exemplo, a tecnologia que conecta a maioria da população desvinculando a leitura diária e necessária.

Para tanto, cabe ao professor proporcionar esse encontro de maneira atrativa assim como afirma Bruno (2013, p. 14) “[...] o professor deve usar em sua sala de aula as mais variadas práticas de leitura e escrita, a fim de que as crianças possam compreender o uso social da escrita e da leitura para sua vida, em tudo que está a sua volta.”

A sala de aula é o local ideal para que a leitura obtenha um espaço reservado entre as preferências dos alunos. A maneira como é apresentada viabiliza o interesse pela sua prática.

Variados são os recursos utilizados pelos educadores a fim de aproximar a criança da leitura e dessa forma cativá-la. As denominações variam de acordo com a realidade escolar e as diversidades permitem às crianças o ingresso a um mundo repleto de descobertas. Alguns exemplos são o cantinho da leitura, a diversidade de gêneros, a reescrita de textos, entre outras estratégias e técnicas utilizadas pelos docentes a fim de alcançar o gosto pela leitura.

#### 2.5.1.1 MALA VIAJANTE

Muitos educadores fazem uso de diversas formas para incluir as crianças no mundo da leitura, neste contexto ressalta-se a mala viajante como uma proposta, onde a mesma que leva esse nome pelo fato de “visitar” as casas dos alunos. É importante que o professor a construa de forma lúdica para atrair a atenção dos alunos, dentro dela deverá haver no mínimo dois livros, e cada semana uma criança a leva para casa e pede a um adulto, geralmente de sua escolha, para ler o mesmo para ela. Quando a criança retornar a escola fará o relato da história que ouviu.

Esse método é muito importante pelo fato de que a família também deverá interagir com o mundo da leitura, pois com auxílio da família, a criança recebe as primeiras mediações, obtendo suas reflexões sobre a leitura. Além de desenvolver na criança o hábito pela leitura, também busca desenvolver a facilidade de expressão, comunicação e auxilia também a dar mais coerência e coesão aos textos produzidos, expressar suas ideias sem embaraços, entre outras vantagens. Como afirma Abramovich (1997, p. 23):

O ouvir histórias pode estimular o desenhar, o musicar, o sair, o ficar, o pensar, o teatrar, o imaginar, o brincar, o ver o livro, o escrever, o querer ouvir de novo (a mesma história ou outra). Afinal, tudo pode nascer dum texto!

O conteúdo da maleta poderá ser diversificado, poderá conter textos de gêneros diferentes como, por exemplo, contos, revistas, histórias em quadrinhos, gibi, e etc. Esta metodologia visa a ampliação do universo da leitura e a inserção da criança em diferentes culturas que irão contribuir para sua prática em relação ao letramento e auxiliarão no processo de alfabetização.

Segundo Abramovivh (1997, p. 16):

Como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escuta-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo...

Muitos professores utilizam outras denominações a esse recurso como: Bernal da leitura, bolsa da imaginação, maleta mágica, entre outros, todos com a mesma finalidade: alcançar o interesse da criança pela leitura.

#### 2.5.1.2 AVENTAL DE LEITURA

O avental de leitura é uma metodologia com o objetivo de encantar as crianças com a leitura através das estórias, dos contos da literatura infantil, envolvendo sempre a ludicidade e desenvolvendo o gosto e o encantamento pela mesma, aguçando ainda mais sua imaginação e propiciando uma sensação de viajar sem sair do lugar.

De acordo com Abramovivh (1997, p. 17):

Ler histórias para crianças,... É também suscitar o imaginário, é ter a curiosidade respondida em relação a tantas perguntas, é encontrar outras ideias para solucionar questões (como as personagens fizeram...)

O avental de leitura será confeccionado com bastante criatividade utilizando muitas cores, tornando-o bem lúdico e chamativo. Nele deverá conter velcros para que com o desenvolver da leitura no momento da contação da estória os personagens e os cenários sejam fixados a eles.

O professor que irá utilizar esta metodologia terá que interpretar os diversos personagens existentes na estória, como também utilizar diferentes vozes e entonações de acordo com a caracterização de cada cena e personagem. Segundo Abramovivh (1997, p. 21):

Sussurrar quando a personagem fala baixinho ou está pensando em algo importantíssimo; é bom levantar a voz quando uma algazarra está acontecendo, ou falar de mansinho quando a ação é calma... Ah, é bom falar muito baixinho, de modo quase inaudível, nos momentos de reflexão ou de dúvida, e usar humoradamente as onomatopéias, os ruídos, os espantos...

Para que o avental de leitura seja de fato algo marcante, é necessário que o professor ou quem for contar a história, crie um envolvimento de encantamento, respeitando as pausas, os intervalos, e o mais importante é respeitar o tempo que

cada criança leva para construir seu próprio cenário, já que o mesmo não existirá externamente, somente no corpo do avental.

### 2.5.1.3 TENDA DA LEITURA

A tenda da leitura é uma estratégia aplicada com o intuito de ajudar os professores a estimular a leitura aos seus alunos de maneira lúdica a partir de contação de histórias, leitura de livros e apresentações teatrais, tornando o aprendizado agradável.

Segundo Paço (2009, p. 39):

Toda criança necessita de um contador de histórias, seja em casa, na escola, no teatro ou nas tendas, Esse adulto pode despertar não só o interesse pela literatura, mas também estimular as crianças a aprenderem a ouvir e contar histórias e acima de tudo aprenderem a interpretar e produzir. Quando esse trabalho é enfatizado na infância, a criança consegue mais tarde interpretar e produzir outros tipos de literatura, facilitando a vida na escola, no trabalho e na vida.

Utilizando a ludicidade, o projeto se torna um estímulo para que não só os alunos, mas também a família e a comunidade possam sensibilizar-se para a importância da leitura e integrar-se ao projeto, através de diversos tipos de leitura, músicas e brincadeiras, podendo perceber a importância da leitura dentro e fora do ambiente escolar.

Ao final das leituras, fica a critério do professor aproveitar o conhecimento adquirido pelo aluno, podendo trabalhar de diversas maneiras conforme a idade-série, interpretação das histórias, paródias, poemas, ilustrações, representações teatrais, ou pedir aos alunos que apresentem a história lida para a turma, trabalhando de maneira descontraída a oralidade e a memorização.

Através do projeto, a equipe escolar tenta mostrar a importância da leitura na vida de seus alunos e como que ela pode transformar as pessoas. Tendo sempre em mente que o aluno precisa ter gosto e motivação para com a leitura, inserindo à no dia a dia, para que se torne algo da rotina, natural.

### 2.5.1.4 COLCHA DE RETALHOS

Esse projeto baseia-se no livro A colcha de retalhos, Silva e Silva (1995). Muitas escolas utilizam desse projeto para mostrar aos seus alunos, através da história, que a vida de uma pessoa é como uma colcha de retalhos, formada por acontecimentos, sonhos, momentos de tristezas e também de alegria, relevando o papel da família na vida da criança e também a importante interação entre família e escola, a qual o trabalho em conjunto favorece ao aluno aprendizados e a construção de sentimentos, como: amar e ser amado.

O projeto inicia-se com a leitura da história na sala de aula, que deve ser escolhida conforme a realidade de cada turma. Propõe-se após a leitura uma reflexão individual e coletiva, em relação a realidade social, a perda dos valores, a

importância da socialização e a aprendizagem mútua, assim, mostra-se através da colcha, que as pessoas sozinhas são pequenas, mas dando as mãos e ficando juntas, são grandes e podem confortar a todos.

Após a reflexão, cada criança irá representar em um pedaço de retalho o que mais lhe chamou atenção, por meio de desenhos, frases, depoimentos a lição que pode-se tirar da história. Com esses pedaços de retalhos será montada a colcha para a turma.

Finalizada a confecção da colcha, é feito um cronograma, com dias e horários para cada turma usufruir da sua colcha, saindo da sala por uma aula, juntamente com o seu professor e escolhendo um lugar nas dependências da escola, ou até mesmo aos arredores, para estender a colcha e praticarem a leitura. Carregando as lembranças da história da colcha, e obtendo mais conhecimento com as novas histórias. A leitura torna-se prazerosa, fazendo com que os alunos sintam vontade que chegue novamente o dia de executar o projeto.

### **2.5.2 PROPOSTAS LITERÁRIAS**

Desde cedo as crianças já estabelecem relações com as novas tecnologias, que predominam em suas preferências relacionadas aos estudos, deixando de lado a leitura de livros literários e não literários. Por isso são necessários mecanismos diversos para que a criança seja devidamente estimulada à prática da leitura. Como enfatiza Filho (2009, p. 41-42):

A aplicação de novas tecnologias na produção de textos garante a criação de universos literários cada vez mais motivadores e propícios para o desenvolvimento da imaginação criadora e, conseqüentemente, de indivíduos mais aptos para a vida em sociedade.

Associar as novas tecnologias às práticas de leitura e produções torna-se uma opção mais contemporânea e que agrada ao público alvo. Assim, a diversidade de gêneros textuais e a forma como o texto é apresentado à criança permite uma visão mais ampla do universo literário despertando ainda mais o interesse diante das diversidades literárias presentes na realidade infantil de acordo com cada faixa etária.

Conforme Coelho (2000) a literatura está relacionada aos estágios psicológicos da criança. Para cada fase do desenvolvimento infantil destina-se um recurso literário diferente, isto é, os gêneros textuais, as formas e as ilustrações contidas nos livros infantis são determinantes para cada faixa etária da criança. Como por exemplo, os contos de fada, fábulas e narrativas são atrativas desde o pré-leitor aos leitores em processo.

Dentre os diversos livros infantis pode-se citar o livro 'Camilão, o comilão' que direciona-se especialmente às crianças da educação infantil até o terceiro ano do Ensino Fundamental apresentando atividades propícias para cada turma. Coelho (1997, p. 16-17) afirma que "Camilão, o comilão é um exemplo destacável: diverte, é uma história de repetição, movimento, pode ser diminuída ou acrescida e até aproveitada como instrumento incentivador de aprendizagem [...]".

As histórias de repetição possibilitam a memorização da criança, favorecendo à alfabetização. Outros exemplos de histórias com repetição são: A Dona Baratinha, a Formiga e a Neve e A Casa Sonolenta. Além disso, a forma como o professor dispõe os recursos literários favorece a interação e o desenvolvimento de diversas habilidades. Conforme a idade/série pode-se trabalhar atividades como: reescrita, produção de texto, recontar a história, interpretação e entre outras atendendo e respeitando cada fase de desenvolvimento.

Outro gênero que se destaca na literatura infantil é o conto. Coelho (2000, p. 71) “[...] o conto tem-se revelado como a forma privilegiada da literatura popular e da infantil. [...] a estrutura básica do conto é sempre a mesma: a de um ‘momento significativo’ na vida da personagem.” O leitor do conto torna-se um personagem ativo fazendo parte da trama e reconhecendo a efabulação.

Os contos de fadas e os pequenos romances entre os mais diversos: João e o Pé de Feijão, O Gato de Botas, Chapeuzinho Vermelho, O Patinho Feio, Os três porquinhos e entre outros. São livros com características marcantes para as crianças em idade escolar, aptas a desenvolver a leitura dentro de um universo imaginário. Pois, são textos menores, com ilustrações e formas variadas o que desperta a atenção. Diferentemente de conto, fábula, ou gêneros literário cabe ao professor aproximar à realidade das crianças e direcionar atividades específicas a cada faixa etária.

Destinado ao Ensino Fundamental II estendendo-se até a fase adulta encontra-se o romance. Coelho (2000, p. 73):

No romance, tudo quanto acontece está direta ou indiretamente ligado à situação nuclear; nada lhe deve existir por si só. Sua natural extensão narrativa, centrada em um problema-eixo, exige um leitor com relativa capacidade de concentração e atenção. Daí que a forma romanesca seja frequente na literatura para adolescentes e adultos.

O romance prende a atenção do leitor. Muitos romances foram adaptados para contos, como exemplo: Branca de Neve, A Bela e Fera, onde as versões originais foram condensadas popularizando-se em literatura folclórica e infantil.

As novelas são outro gênero narrativo que se destaca, devido as características temáticas o público alvo destina-se as séries finais do ensino fundamental até a fase adulta. Na realidade, as novelas são vivenciadas diariamente nos canais de TV, na literatura infantil clássica. Segundo Coelho (2000, p. 73), pode-se destacar “[...] novelas famosas como: Alice no País das Maravilhas; Aventuras de Gulliver; Aventuras de Pinóquio; Historia da Princesa Blondina; Aventura de Telêmaco; Aventura de Marco Polo; etc”.

A poesia adéqua-se a todas as faixas etárias, relevando a subjetividade estabelecida entre o leitor e o poeta. São momentos onde todas as crianças se encantam ao declamar, revestindo de sentidos as rimas, versos e estrofes, tendo um trabalho pautado em estratégias relevantes para o aprimoramento do ensino da criança. Coelho (2000, p. 222) afirma:

O jogo poético, além de estimular o “olhar de descoberta” nas crianças, atua sobre todos os seus sentidos, despertando um sem-número de sensações: visuais (imagens plásticas, coloridas, acromáticas, etc.); auditivas (sonoridade, música, ruídos...); gustativas (paladar); olfativas (perfumes, cheiros); tácteis (maciez, aspereza, relevo e textura...); de pressão (sensações de peso ou de leveza); termais (temperatura, calor ou frio); comportamento (dinâmicas estáticas...).

Gêneros textuais como poemas, lendas, parábolas, contos são enriquecedores literários que podem ser apresentados aos alunos de acordo com o seu desenvolvimento. Não significa que por ele não saber ler, deva ficar longe dos livros infantis, pelo contrário, é preciso aguçar a criança, e isso acontece em qualquer idade. São essenciais a apresentação diversificadas dos gêneros, pois todos os alunos devem se envolver com as mais diferentes temáticas literárias e assim se direcionarem com a que mais os representa.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A literatura infantil possibilita uma aprendizagem enriquecedora, visto que a leitura formaliza o processo de alfabetização. Através dos estudos realizados por meio da pesquisa exploratória e bibliográfica, os objetivos descritos foram alcançados, tendo por base o aprofundamento dos saberes da caracterização da literatura infantil a cada fase de desenvolvimento infantil além, das metodologias viáveis para o ensino da leitura.

A pesquisa enfatizou o processo evolutivo da visão de infância e da Educação infantil por meio de teóricos conceituados e importantes para o ensino. Além do desenvolvimento infantil retratado pelo RCNEI (BRASIL, 1998) que destaca as melhorias do ensino brasileiro, o estudo das concepções de Desenvolvimento Infantil, que proporcionou à compreensão do processo cognitivo da criança relacionando as obras literárias específicas à faixa etária.

As definições de literatura viabilizaram a importância de inserí-la na vida da criança como fonte inesgotável de benefícios, e as variantes linguísticas e de gêneros que promovem o sucesso na alfabetização.

A ludicidade atua como instrumento fundamental para a aproximação da leitura à criança. Para tanto, revela alguns mecanismos utilizados pelos professores para aguçar o desejo pelos livros, como: mala viajante, tenda leitura, colcha de retalhos e avental da leitura. Esse que tem o papel de inserir e intensificar o hábito pela leitura por meio de propostas que produzam novos conhecimentos, estimulem a curiosidade e indaguem o leitor para que ele busque novos ideais contribuindo para a formação do cidadão crítico.

Por fim, a literatura infantil tem papel fundamental na vida da criança ela é indispensável na sua alfabetização, pois instiga a leitura e com o uso das diversas estratégias é possível visualizar um horizonte de descobertas e fantasias que a leitura é capaz de transformar, desenvolvendo nas crianças a paixão e o prazer em ler e escrever.



#### 4 REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.
2. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
3. BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
4. BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.
5. \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei no 9.394/96, Brasília, DF: MEC, 1996
6. BRUNO, Rosangela Sueli. **Ensino da leitura e da escrita na educação infantil em Paranaíba/MS (1989 – 2006)**: práticas de alfabetização ou de letramento? Paranaíba, 2013. Disponível em < [http://www.uems.br/pgedu/arquivos/1\\_2013-04-16\\_15-00-59.pdf](http://www.uems.br/pgedu/arquivos/1_2013-04-16_15-00-59.pdf)> acesso em 18 de set de 2014.
7. BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: pra que te quero? In: CRAYD, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil**: para que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
8. CÂMARA, Marineuza Tramontin, **A importância da leitura na alfabetização**. 2009. Disponível em <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00003D/00003D70.pdf>> aceso em 01 de mar. 2014.
9. COELHO, Betty. **Contar histórias**: uma arte sem idade. São Paulo: Ática, 1997.
10. COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.
11. CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil**: teoria e prática. 17. ed. São Paulo: Ática, 1998.
12. FELIPE, Jane. O desenvolvimento infantil na perspectiva sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAYD, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil**: para que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
13. GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil**: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
14. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

15. NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. A educação pré-escolar: fundamentos e didática. 10 ed. São Paulo: Ática, 2002.
16. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (org.). Educação infantil: muitos olhares. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
17. PAÇO, Glaucia Machado de Aguiar. O encanto da literatura infantil no CEMEI Carmem Montes Paixão. UFRRJ, Mesquita, 2009.
18. SILVA, Conceil Correia, SILVA, Nye Ribeiro. A colcha de retalhos. São Paulo: Editora do Brasil, 1995.
19. VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira.** Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya, 1999.
20. VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

## A INCLUSÃO DO ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS

Ludimila Sales de Oliveira<sup>1</sup>  
Patrícia Valkenier dos Santos<sup>2</sup>  
Leonice Barbosa<sup>3</sup>

### RESUMO

A inclusão, de modo geral, vem ganhando mais espaço na sociedade, os portadores de necessidades especiais vem conquistando uma maior independência graças as contribuições de leis e políticas públicas implantadas especificamente para atender as suas necessidades. O que era muito comum ser ver a algum tempo, deficientes introvertidos com medo do mundo, está diminuindo bastante, isso por que o processo de inclusão vem ganhando força desde o seio familiar e as pessoas estão saindo de casa mais determinadas a vencer os desafios. O aluno chega à escola, muito mais preparado, sem ter aquela visão de que naquele ambiente as pessoas são melhores que ele e isso lhe dá forças para permanecer. Esse é o papel da educação, transformar essas pessoas por meio do conhecimento, para que eles saiam da escola com o objetivo de crescer cada vez mais, e que o preconceito seja quebrado. Mas, para isso, a escola e os professores precisam estar preparados para possibilitar um excelente atendimento tanto no ensino, quanto nas instalações físicas, e não permita que nada desmotive o crescimento desse indivíduo como aluno e como cidadão. Esse trabalho foi feito com base em pesquisas bibliográficas, analisando teoricamente o processo de inclusão no Brasil por meio de legislações e casos já tratados por outros estudiosos. Tem como objetivo identificar quais as barreiras encontradas pela educação inclusiva no Brasil, visando ter uma compreensão mais ampla das dificuldades encontradas pelos professores, gestores e pelos alunos com deficiência neste processo de inclusão, e rever formas de melhorias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Motivação. Respeito. Diversidade. Acessibilidade.

### ABSTRACT

It is known that the inclusion, in general, is getting more space in society, people with special needs has gained greater independence thanks to the contributions of laws and public policies implemented specifically to meet their needs. What was common to see be a while introverts disabled afraid the world is shrinking enough, so why the inclusion process has been gaining momentum since the family environment and people are leaving home more determined to overcome the challenges. The student arrives at school much more prepared, without the sight of that environment that people are better than him and that gives him the strength to stand. This is the role of

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia (MULTIVIX); Cursando Especialização em Gestão de Recursos Humanos (MULTIVIX); Coordenadora de Curso – Letras e Pedagogia da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX.

<sup>2</sup>Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia - MULTIVIX

<sup>3</sup>Professora orientadora. Graduada em Letras (FICAB); Pós Graduada em Língua Portuguesa e Literatura (FIJ); Mestranda em Ensino de Educação Básica (CEUNES - UFES)

education in transforming these people through knowledge, so that they leave school with the goal of growing more and more, and that prejudice is broken. But to do so, the school and the teachers need to be prepared to allow an excellent service both in teaching, as in the physical facilities, and not let anything demotivate growth of that individual as a student and as a citizen. This work was done on the basis of literature searches, theoretically analyzing the process of inclusion in Brazil by means of legislation and cases already treated by other scholars. Aims to identify the barriers faced by inclusive education in Brazil to have a broader understanding of the difficulties faced by teachers, administrators and students with disabilities in the inclusion process, and reviewing ways to improve this process.

**KEYWORDS:** Education. Motivation. Respect. Diversity. Accessibility.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se observa a história da inclusão, nota-se que este processo vem obtendo melhorias a cada dia, no entanto, existem ainda problemas que mesmo após as boas mudanças, persistem no âmbito escolar. Neste contexto busca-se responder a alguns questionamentos: quais as principais dificuldades encontradas neste processo? O que está sendo feito para tentar trazer melhorias para a área da educação especial?

Até algum tempo, a vida de muitos portadores de deficiência foi marcada por preconceito e rejeição, pois, devido às suas limitações muitas pessoas os discriminavam, o que acabava levando estes portadores de necessidades especiais a se isolarem da sociedade. A história da deficiência passou por quatro momentos importantes que marcaram o desenvolvimento da inclusão desde a antiguidade até os dias atuais.

O primeiro momento foi na antiga Grécia, quando houve a exclusão social, marcada por uma visão depreciativa dos deficientes, onde as pessoas com deficiência eram vistas como seres humanos, anormais e que precisariam ser exterminadas. A família recebia apoio do Estado para abandonar os filhos ou até mesmo matá-los.

O segundo momento foi na idade média, período em que houve a segregação em instituições, pois devido às leis cristãs, as pessoas deficientes não poderiam mais ser mortas, pois passaram a ser vistas como criação de Deus. No entanto, continuavam sendo abandonadas, dependendo de humanidade de outras pessoas para sobreviverem. Nesse período, por volta do século XIII é que foram criadas as primeiras instituições para abrigar as pessoas deficientes, onde elas ficavam protegidas, mas de certa forma, ainda abandonadas.

O terceiro momento foi do século XVI ao século XXI, em que criaram uma espécie de integração social, onde a finalidade era inserir a pessoa com deficiência na sociedade através do processo de normalização, ou seja, esta pessoa seria preparada para adquirir habilidades das pessoas que eram consideradas “normais”. As instituições deveriam capacitar o indivíduo “incapaz” para aprender a viver socialmente.

O quarto momento é o atual, quando se trabalha a idéia da inclusão, este novo paradigma defende que a pessoa com deficiência deve ser acolhida pela comunidade no real contexto em que ela se encontra, onde a sociedade é que precisa adaptar-se às suas necessidades, para que ela passe a ter condições que lhe permitam usufruir do mesmo espaço com os mesmos direitos e deveres de qualquer cidadão comum.

Estes quatro momentos foram citados, para que seja possível compreender a proporção que esta questão da inclusão vem tomando ao longo dos anos, antes, o deficiente era tomado como um ser sobrenatural, e com o passar do tempo, a forma que eram vistos, foi melhorando e tende a melhorar muito mais. Aos poucos os portadores de necessidades especiais estão passando a ser aceitos de forma melhor pela sociedade, e isso é o que instiga os educadores a lutarem muito mais pelo processo de inclusão.

Diante do que foi estudado, este trabalho tem como objetivo identificar quais as dificuldades encontradas pela educação inclusiva no Brasil, expondo um breve histórico sobre a inclusão, explicitando algumas leis e políticas públicas que garantem os direitos dos portadores de necessidades especiais e analisando casos já tratados, de pessoas que fizeram uso da motivação como ferramenta para vencer os desafios presentes no processo de inclusão, tentando demonstrar a importância que deve ser dada a esse assunto por tudo que já foi feito e pelo que ainda há de se fazer para melhorar.

A pesquisa delimitar-se-á em analisar teoricamente o processo de inclusão no Brasil, revendo leis, históricos e casos já tratados por outros estudiosos visando ter uma compreensão mais ampla das dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência ao passarem pelo processo de inclusão nas escolas de ensino regular e rever formas de melhorias neste processo.

Esta pesquisa se classifica como exploratória, com relação às técnicas para a coleta de dados, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, pois, o trabalho será feito com base em livros, artigos científicos, revistas e legislações.

## **2 DISCUTINDO A INCLUSÃO NO ÂMBITO EDUCACIONAL**

### **2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO**

Ao analisar o histórico da deficiência, foi possível observar que ela foi por muito tempo, vista como anormalidade. Alguns cidadãos acreditavam que era vingança dos deuses, outros viam como obra dos maus espíritos, enfim, as pessoas não aceitavam a inserção de indivíduos deficientes na sociedade, e acabavam promovendo a exclusão dessas pessoas.

Na Grécia Antiga, a família recebia apoio do Estado para abandonar os filhos ou até mesmo matá-los. Na Idade Média, devido às leis cristãs, as pessoas deficientes não podiam mais ser exterminadas, pois eram vistas como criação de Deus, no entanto, continuavam sendo abandonadas. Do século XVI ao século XXI, a pessoa com deficiência era inserida na sociedade por meio do processo chamado de normalização, onde ela seria capacitada para adquirir habilidades das pessoas

consideradas “normais” e as instituições deveriam preparar o indivíduo “incapaz” para aprender a viver socialmente.

Alguns pesquisadores, médicos e cientistas proporcionaram grandes mudanças no desenvolvimento do processo de inclusão, pois com seus trabalhos e pesquisas, puderam contribuir para uma mudança de perspectiva na abordagem das pessoas com deficiência, mostrando possibilidades de integração dessas pessoas.

Esse é um dos lados da moeda. O outro vai ser representado por uma bela e edificante história, tendo em Jean Itard (1774-1838) e E. Seguin (1812-1880) os nomes mais representativos nos séculos XVII e XIX, e Maria Montessori (1870-1952), no século corrente, na busca de ultrapassar condições psicológicas, mentais e até físicas que, segundo os organicistas, inviabilizavam uma vida digna e construtiva. (BIANCHETTI, 2006, p. 45).

Estes autores, com base em seus conhecimentos, tiveram a atitude de ir além, de enxergar a deficiência com outros olhos, a fim de buscar medidas que pudessem proporcionar a inclusão dessas pessoas na sociedade. Era uma visão que não existia antigamente, pois, os deficientes eram considerados como inválidos, não tinham respeito da sociedade e até na família sofriam discriminação.

Esses e outros estudos e pesquisas, que se seguiram continuamente, contribuíram para o surgimento de escolas de educação especial, na Europa e posteriormente no Brasil, as quais, embora, ainda preservassem o caráter assistencial e segregacionista das antigas instituições asilares, tiveram fins educativos, possibilitando também o preparo para o trabalho nos casos de deficiência em que se fizesse possível a aprendizagem e o treinamento. Contudo, não raro, o trabalho do deficiente foi fonte de exploração, enquanto mão-de-obra barata, e a educação de qualidade, com exceções, privilégio dos pertencentes às classes mais abastadas. (CARVALHO, 2003, p. 59-70).

Ou seja, os estudos direcionados às deficiências, proporcionou uma melhor compreensão sobre cada tipo de deficiência, possibilitando diversas formas de atender cada indivíduo de acordo com suas particularidades. Porque excluir, exterminar ou abandonar, se convivemos em uma sociedade tão moderna? É necessário acolher, cuidar e para que estas pessoas tenham condições de usufruir de tudo assim como as pessoas consideradas normais.

Segundo Carvalho e Orso, (2006, p. 159-160),

Embora as práticas excludentes não sejam exclusivas da sociedade burguesa, já que nas sociedades anteriores, quase sempre, prevaleceram os procedimentos do extermínio, do abandono e do isolamento, é na atualidade que elas merecem ser profundamente questionadas, pois o nível de desenvolvimento das forças produtivas permite que todas as pessoas, independente de suas condições físicas, sensoriais e mentais, possam estar inseridas socialmente, produzindo e usufruindo das conquistas da humanidade.

Dessa forma, é possível afirmar que hoje, o assunto inclusão vem sendo tratado com maior respeito desde o seio familiar até a convivência em sociedade. O auxílio da família nesse processo é de grande relevância, pois, ajuda a criança a encarar a deficiência, não como uma barreira, mas, apenas como uma limitação.

No Brasil, dois períodos se destacaram no avanço da educação especial. O primeiro foi marcado pelas iniciativas sociais e isoladas (1854 a 1956) e o segundo pelas iniciativas sociais de âmbito nacional (1957 a 1993). (Mazzota, 2011) De acordo com Mazzota (2011, p. 28),

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de 1950 do século XIX. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência nesse sentido foi concretizada por Dom Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428, Dom Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*.

A fundação deste instituto foi possível graças a grande colaboração de um cego brasileiro, José Álvares de Azevedo, que estudou em um Instituto de jovens cegos em Paris e devido ao grande conhecimento, despertou em Couto Ferraz, o Ministro do Império, o interesse de criar uma instituição também no Brasil, e Dom Pedro II, sob orientação do conselheiro Couto Ferraz, criou o instituto e sua inauguração foi em 17 de Setembro de 1854.

Segundo Mazzota (2011), no ano de 1890, o Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, assinaram um decreto mudando o nome do instituto para Instituto Nacional dos Cegos e aprovando seu regulamento. Um ano depois, em homenagem ao ex-professor e diretor Benjamin Constant, o instituto foi renomeado para Instituto Benjamin Constant (IBC).

A partir deste período, muitas instituições foram criadas para receber os portadores de necessidades especiais e governo federal passou a assumir o atendimento educacional aos excepcionais, criando campanhas focadas na disseminação dessa ideia.

Ainda ha muitas instituições como Pestalozzi e Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por exemplo, onde os alunos permanecem por grande parte do dia ou até o dia inteiro, no entanto, grande parte dos alunos já estão sendo inclusos no ensino regular, ou seja, passam um turno na escola regular e outro nas APAES e/ou demais instituições, esse já é um grande passo no processo de inclusão.

Essa inclusão vem acontecendo, pois é preciso acabar com essa divisão, se o aluno possui uma deficiência física, ele pode assistir normalmente às aulas em uma turma de escola regular. Se esta deficiência for visual ou auditiva, é preciso que além do professor, haja um profissional especializado, para que atenda esse aluno individualmente, de acordo com suas necessidades. O conhecimento precisa ser unificado, não se pode separar o aluno que aprende mais do que aprende menos, é preciso ter uma atenção especial a todos, para que eles possam aprender da mesma forma.

## 2.1 LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Compreende-se que a implantação das leis, foi uma forma de fazer com que a sociedade pudesse passar a exercer seus deveres corretamente e entender melhor sobre seus direitos. As leis de educação inclusiva vêm justamente para fazer como

que a sociedade saiba quais são seus deveres, e os portadores de necessidades especiais possam saber dos direitos que possuem, sobretudo, quando se trata da educação.

Os direitos dos portadores de necessidades especiais são protegidos pela Constituição Federal de 1988, pelos decretos nº 6.215 de 26 de setembro de 2007 e nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, pela Declaração de Salamanca, pela LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e pela Lei nº 9394/96 publicada em 20/12/96, no Diário Oficial da União, além de outros decretos, resoluções e portarias.

A Constituição Federal de 1988 defende que,

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1988, p. 34).

Ou seja, o portador de necessidades especiais, deve ter condições de acesso e permanência na escola assim como qualquer outro aluno na rede regular de ensino, e sempre que necessário, ter um atendimento diferenciado, para que não haja carências ou insuficiências no seu desenvolvimento e aprendizado. O aluno, de forma geral, precisa ter motivação para estudar, principalmente quando criança, que é muito mais difícil manter aquele aluno em uma sala, quando o maior desejo dele é estar brincando, então, para um aluno com necessidades educacionais especiais, é necessário ter um cuidado muito maior, para que esse aluno não perca a motivação e o interesse de continuar na escola.

A Declaração de Salamanca, de 1994, se tornou um marco histórico para educação inclusiva. Ela reuniu 88 governos e 25 organizações internacionais, inaugurando a busca de um novo paradigma educacional: adequar a escola ao deficiente e não o contrário, como acontecia até então. O documento enfatiza que:

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais as crianças com necessidades educacionais especiais desde que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que possam fazê-lo. (...) Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes (Brasil, 1994).

Com base nesse trecho, é possível compreender a importância que a escola e todos os funcionários envolvidos tem nesse processo de inclusão desse aluno com deficiência na escola regular, pois para atender um aluno especial, é preciso ter um treinamento específico, pois são crianças que precisam de mais atenção, de mais cuidado. Como incluir um aluno cadeirante em uma turma regular, cuja a sala não possui rampa de acesso? É esse tipo de cuidado que a escola precisa ter, a inclusão é um fato que vem tomando força, mas todos precisam estar preparados, pois



existem pessoas fortes, mas existem aquelas que não conseguem superar os desafios, e acaba desistindo logo, na primeira tentativa. A escola, além da família, precisa ser a principal motivadora desses pequenos cidadãos, para que eles superem as dificuldades com o apoio de todos, para que não se sintam sozinhos e desistam de lutar pelos objetivos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, no capítulo V que trata da Educação Especial, ressalta nos Artigos 58 a 60 a importância da inserção dos deficientes nas escolas de ensino regular. A LDB cita no artigo 58 que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial.

§2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º - A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 33).

Com base no artigo 58, reforça-se a informação de que a educação especial deve ser ofertada de preferência na rede regular de ensino para alunos portadores de necessidades especiais. É necessário ter um atendimento especializado de acordo com as particularidades de cada aluno e a escola receberá serviços de apoio especializados de acordo com a necessidade, ou seja, uma instituição de ensino não pode recusar, sem uma causa justa, o acesso de uma criança deficiente à sua escola, pois é previsto em lei que a inclusão precisa acontecer, e para isso, as escolas precisam se adequar tanto com recursos pedagógicos e didáticos como na instalação física, para que os alunos que possuam alguma deficiência possam ter acesso à escola, podendo gozar do ensino assim como os demais alunos.

## 2.2 A MOTIVAÇÃO COMO FATOR PRIMORDIAL PARA SUPERAR AS DIFICULDADES

É grande, no Brasil e no mundo, a quantidade de pessoas que possui algum tipo de necessidade especial, é consideravelmente grande também, o número de indivíduos que mesmo com alguma limitação seguem sua vida normalmente, e não deixam que a deficiência seja um obstáculo.

Quando há orientação suficiente e a sociedade passa a acreditar que todos os indivíduos são capazes, independente de possuírem ou não limitações físicas e mentais, passa a haver no âmbito educacional e profissional uma maior aceitação das pessoas deficientes. É grande o número de pessoas que trabalham, estudam, praticam esportes e levam uma vida social como todos os indivíduos ditos normais, pois, com muita motivação, enfrentam a deficiência como um incentivo a mais para vencer na vida. A motivação é isso, superar os desafios, se apegando nas coisas positivas que a vida oferece.

A motivação é, portanto, o processo que mobiliza o organismo para a ação, a partir de uma relação estabelecida entre o ambiente, a necessidade e o objeto de satisfação. Isso significa que, na base da motivação, está sempre um organismo que apresenta uma necessidade, um desejo, uma intenção, um interesse, uma vontade ou uma predisposição para agir. A motivação está também incluído o ambiente que estimula o organismo e que oferece o objeto de satisfação. E, por fim, na motivação está incluído o objeto que aparece como a possibilidade de satisfação da necessidade. (BOCK, 1999, p. 121).

Ou seja, a pessoa que possui algum tipo de limitação física, que impede de realizar atividades ou até se locomover com as demais pessoas, as vezes ficam sem estímulo nenhum pra sair, se divertir, enfim, é preciso que se apeguem em algo que lhe de satisfação, para que tenha um motivo pra se levantar bem e ter disposição para enfrentar todos os obstáculos impostos diariamente.

De acordo com Vygotsky (1991 p. 101), “o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções.” Ou seja, todos os indivíduos são movidos por aspectos motivadores, qualquer pessoa que tenha um objetivo em mente, tenta se fixar em pontos positivos para vencer as barreiras e desafios.

A autora Bock (1999, p. 120) destaca que “a motivação é um fator que deve ser equacionado no contexto da educação, tendo grande importância na análise do processo educativo. A motivação apresenta-se como o aspecto dinâmico da ação, é o que leva o sujeito a agir, ou seja, o que o leva a iniciar uma ação, a orientá-la em função dos objetivos, a decidir a sua prossecução e seu termo”.

Isso reforça que a gestão escolar, precisa trabalhar juntamente com a equipe pedagógica, para ter sempre a disposição, formas de manter aquele aluno motivado na escola. Dispor de recursos e ações que despertem a vontade do aluno de permanecer no ambiente escolar, pois, se ele por algum momento se sentir inseguro ou insatisfeito, a reação mais esperada é deixar de frequentar a escola. Sendo assim, é necessário que os professores tenham atividades inovadoras em sala, e a escola como um todo, trabalhe para promover a acessibilidade desse aluno, e recebê-lo de forma que ele se sinta acolhido e protegido, esse será um motivo para esse aluno especial permanecer na escola.

São muitos os exemplos de famosos, que mesmo possuindo alguma deficiência, utilizam o talento como uma ferramenta para vencer os desafios, mas, não são apenas casos de pessoas famosas que se destacam, no Brasil, há muitas histórias de pessoas que buscam a cada dia encontrar motivação para vencer o preconceito, os desafios e que mesmo não tendo facilidade para atingir os objetivos, não desistem de lutar.

Com base em uma reportagem da pagina virtual da revista Nova Escola<sup>1</sup>, foi possível conhecer a história do João Guilherme dos Santos, de sete anos, que devido a um atraso no parto, teve paralisia cerebral e a parte motora de seu corpo comprometida. Quando completou oito meses, seus pais o colocaram na Associação

---

<sup>1</sup>PAULINA, Iracy. **A inclusão de crianças com deficiência física**. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/obstaculos-saber-424567.shtml>>. acesso em 12 mai. 2014.

de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Luís, no Maranhão, mas, ao atingir a idade necessária para iniciar na educação infantil, a família o matriculou na escola regular. Na época, a diretora da escola não quis aceitar o aluno, pois alegou não ter estrutura para recebê-lo, mas, o pai, por ter conhecimento das leis e dos direitos que garantiam a educação do filho, conseguiu matricular o João. No início passou por algumas dificuldades de acessibilidade e também de aceitação dos colegas que perguntavam se ele era doente, mas com o tempo, depois de muita conversa entre alunos e professores, a turma passou a aceitar João na sala de aula e se adaptar a ele, todos o ajudam a se deslocar, e como ele demonstrava certa dificuldade para conseguir se expressar, a turma fica em silêncio para ouvi-lo falar.

Hoje, João já no ensino fundamental, estuda na Unidade Integrada Alberico Silva. O pai o leva de ônibus para a escola, e leva cerca de duas horas para chegar, mas não desiste do sonho de ver o filho estudando e convivendo também com pessoas sem deficiência, mesmo que para isso sua rotina teve que ser adaptada aos horários do filho. O pai, seu Manoel, acredita que é através da educação que o filho poderá progredir na vida e lutar por seus direitos.

Este é um de muitos casos de luta e determinação de pessoas que mesmo com dificuldades, não desistem de seus sonhos. É possível notar, que sem a participação da família o processo de inclusão pode não ser possível, pois, algumas escolas, alegando não ter estrutura apropriada ou professores especializados, temem em aceitar as crianças deficientes, e se os pais não tiverem conhecimento das leis que defendem os direitos do filho deficiente, não tem argumentos necessários para fazer com que a escola e, sobretudo a sociedade, o aceite e passe a buscar recursos para promover sua acessibilidade.

As pessoas deficientes, quando criança, são muito dependentes e não tem ainda, capacidades para lutar sozinha e exigir seus direitos. A participação e apoio da família devem aparecer neste momento, lutando junto com o filho pelos seus direitos, garantindo sua inclusão desde cedo, para que, com uma boa educação como base, ele saiba exigir e cobrar por seus direitos em cada momento de sua vida e que não deixe de aproveitar as boas oportunidades que poderão surgir.

Portanto, é possível concluir que a motivação é um processo que impulsiona o indivíduo para a ação, por meio de uma relação estabelecida entre o ambiente, a necessidade e o objeto de satisfação, ou seja, a base da motivação é sempre um interesse, um desejo, uma intenção. A motivação é uma espécie de força que mobiliza o indivíduo a permanecer em determinado caminho, pois sabe que pode ter uma recompensa futura, ou até mesmo, momentânea.

No caso dos alunos especiais, é necessário um excelente atendimento, para que ele tenha um motivo para continuar, pois, se no primeiro dia de aula um aluno cadeirante não conseguir entrar na sala porque esta não tem rampa, ele vai querer voltar pra casa. Ou um aluno com deficiência auditiva, que está numa sala de aula regular, mas que não compreender nada do que o professor está explicando, pois não tem um intérprete de libras para acompanhá-lo. A escola precisa ter todo um cuidado com esses alunos, para que eles se sintam a vontade, e não obrigados a frequentar aquele ambiente.

### 2.3 O PAPEL DO GESTOR E DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Compreende-se que o professor desenvolve um importante papel no processo de inclusão, mas, o apoio da escola é fundamental para que ele obtenha sucesso nesse processo. A escola precisa ter recursos tanto no espaço físico quanto no âmbito pedagógico, para que não haja insuficiências no ensino e nem carências no atendimento desse aluno.

Carvalho (2004, p. 29), afirma que:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresente dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento.

Ou seja, uma escola inclusiva precisa receber todos os alunos, independente de cor, raça ou classe social, pois seu objetivo é promover um ensino de qualidade e uma educação para todos. É preciso respeitar as diferenças e conviver com elas, criando formas de receber cada aluno, conforme suas necessidades, para que todos os alunos sejam ajudados a atingirem o principal objetivo, que é o conhecimento.

Os gestores têm um papel importantíssimo, pois são eles que deverão batalhar pra fazer com que as instituições de ensino, adquiram os recursos necessários para que seja possível atender as necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais. Deverá ser feito um trabalho em equipe, para que todos tenham ciência da importância de que esse atendimento deve ter, e trabalhar duro para que aconteça com eficácia.

De acordo com Sage, (1999, p.138),

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforcem o apoio aos professores.

Ou seja, o apoio e participação ativa dos gestores nesse processo de inclusão, é o que motiva os professores, a trabalharem com mais segurança e que tenham ciência da importância que a inclusão tem para a escola, e sobretudo, para os alunos.

Sage destaca ainda que,

O papel do diretor em provocar as mudanças necessárias do sistema em cada nível – o setor escolar central, a escola e cada turma – é essencialmente um papel de facilitação. A mudança não pode ser legislada ou obrigada a existir. O medo da mudança não pode ser ignorado. O diretor pode ajudar os outros a encararem o medo, encorajar as tentativas de novos comportamentos e reforçar os esforços rumo ao objetivo da inclusão. (SAGE, 1999, p. 135).

As palavras do autor reforçam que o gestor precisa encarar as dificuldades de frente, para que possa vencer os medos junto com toda equipe, encorajando-a a também encara os desafios de frente, se quiser fugir das responsabilidades. E algumas escolas, há professores que, quando o diretor diz que vai receber algum aluno especial, eles não querem que sejam inclusos em sua turma. Não se pode dizer de forma geral, mas ainda há um grande numero de professores que renegam a inclusão.

De acordo com Bueno (1990, p. 11),

No que tange a uma política de formação docente, estamos longe de alcançar níveis quantitativos mínimos para a consecução de uma educação inclusiva. Não por “genérica falta de condições”, mas por absoluta falta de vontade política, tanto por parte dos órgãos governamentais como pelas instituições de formação, em especial as universidades.

Ou seja, grande parte dos professores, por não terem formação específica ou até mesmo preparação para atender alunos com necessidades especiais em uma sala com quinze a vinte alunos em uma turma regular, acabam que por fazer um atendimento de má qualidade, ou até mesmo, rejeitar esse aluno. O professor precisa ser a peça principal em aceitar esse aluno com algum tipo de deficiência, para que ele se sinta respeitado em sala, e passe a se aceitar melhor também. Quando o professor deixa transparecer algum tipo de preconceito, e inevitável que a turma vá aceitar esse aluno, pois o professor é uma espécie de espelho, e muitas de suas ações, refletem nas crianças.

Toda escola que possui algum aluno especial precisa ter algum especialista para acompanhá-lo de acordo com sua deficiência. O aluno necessita dessa atenção, e é dever da escola estar munida de recursos materiais e pedagógicos para manter a excelência nesse atendimento.

No processo de inclusão, a formação dos professores é fundamental para que a aprendizagem de cada aluno seja valorizada, de forma que uma dificuldade para andar, ouvir, enxergar, ou algum atraso no desenvolvimento não sejam vistos como falta de competência para aprender e nem uma causa para que os alunos desistam de estudar.

De acordo com o documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2006, p.17),

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

Ou seja, as escolas precisam contratar professores especialistas no atendimento educacional desses alunos, para que haja um enriquecimento no aprendizado do

aluno especial, e também experiência para os professores lidarem com esse tipo de atendimento que se torna cada vez mais comum nas escolas.

Algumas escolas, mesmo que prezem a inclusão dos alunos na turma regular, possuem salas de recursos multifuncionais, é um ambiente montado com base nas especificidades de cada aluno, o que se torna mais prazeroso para a criança com deficiência, por possuírem as adequações necessárias de acordo com cada tipo de deficiência.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2006, p.13-15),

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. [...] Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. [...] Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais se destacam: o ensino de Libras, o sistema Braille e o Soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros. Além do atendimento educacional especializado realizado em Salas de Recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, como por exemplo, os serviços de tradutor e intérprete de Libras e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnologias assistivas, entre outros.

Nesse sentido, é possível afirmar que o atendimento educacional especializado se constitui em um conjunto de métodos específicos, que possibilitam fazer uma mediação entre o processo de produção e apropriação de conhecimentos.

O gestor precisa estar atento o tempo todo, com relação ao corpo docente e equipe pedagógica, para que todos estejam preparados para receber os alunos portadores de necessidades especiais na escola. Além, de buscar sempre por melhorias no ambiente escolar, para que não falem recursos materiais nem pedagógicos para receber estes alunos.

Os professores precisam ter formação, mas, principalmente força de vontade e determinação para desenvolver um bom trabalho, pois de nada adianta um currículo gigantesco, se o educador não tem na sua essência, o amor pelo que faz, o dom de ensinar, sem escolher a quem.

O gestor, o professor e demais funcionários da instituição escolar precisam estar preparados e empenhados para que possa haver um atendimento com qualidade, e que esse atendimento seja um grande motivador da permanência desses alunos no ambiente escolar, para que nunca desista da escolarização, do conhecimento.

### 2.3 A QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS

Compreende-se que a acessibilidade é um assunto que vem ganhando bastante espaço nos últimos tempos, pois, todos os ambientes precisam estar preparados e dispor de recursos que promovam a autonomia dos portadores de necessidades especiais. No entanto, é possível perceber que a acessibilidade ainda faz parte das dificuldades encontradas nesse processo de inclusão.

De acordo com Manzini (2008, p. 281)

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A acessibilidade engloba tudo isso, desde a estrutura física às formas de comunicação, e é uma obrigação de todos, promoverem o fácil acesso dos portadores de necessidades especiais, para que estes tenham autonomia para ir e vir sem precisar de auxílio constate de outras pessoas.

Está garantido em lei que devem existir condições de utilização com segurança de diversos itens, para que as pessoas que possuem algum tipo de limitação diminuam suas dificuldades.

De acordo com o Art. 8º do Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, os tipos de barreiras existentes são:

§2º - Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso a informação, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público.
- b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar.
- c) barreiras nos transportes? As existentes nos serviços de transportes.
- d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o reconhecimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso a informação. (BRASIL, 2000).

Ou seja, tudo que impossibilita o fácil acesso e comunicação dos portadores de necessidades especiais é compreendido como barreira, e são estas barreiras que precisam ser quebradas.

As pessoas deficientes passam diariamente por problemas de locomoção, por dificuldades na comunicação, algumas sofrem preconceitos dependendo da

limitação que possui, enfim, são vários os desafios encontrados por estas pessoas, e é preciso lutar para no mínimo, diminuir as dificuldades.

Para diminuir as dificuldades e facilitar a vida dos portadores de necessidades especiais, é necessário em primeiro lugar, quebrar o preconceito existente, para que haja um bom relacionamento com a sociedade, e que as pessoas que possuem algum tipo de limitação, não se sintam mal em se relacionar com os demais indivíduos.

Torna-se necessário ainda, rever a questão da acessibilidade, desde a própria casa, para que seja possível transitar tranquilamente, sem correr risco de sofrer acidentes dentro de casa. As escolas, assim como os demais ambientes, precisam facilitar o acesso de pessoas deficientes, para que a dificuldade no acesso não se torne um aspecto desmotivador.

Os gestores das escolas precisam estar atentos e cobrar sempre do governo melhorias para a instituição, exigir recursos materiais, recursos pedagógicos, mas principalmente profissionais especializados para que não haja carências no ensino.

Os professores precisam se doar, precisam estar sempre atentos ao comportamento desses alunos, para que seja possível diagnosticar quando se o aluno está satisfeito ou insatisfeito com relação ao ensino/aprendizagem, e rever melhorias de acordo com as necessidades e particularidades de cada aluno.

Por fim, a sociedade precisa se mobilizar para impedir que o preconceito ou falta de recursos de comunicação e acessibilidade desmotivem os portadores de necessidades especiais, como alunos, mas sobretudo como cidadãos. É preciso ter um cuidado especial com estes que por possuírem limitações, muitas vezes podem perder o gosto pela vida, pelas coisas boas que a vida oferece. Todo cuidado é importante, eles precisam se sentir bem com sua família, com os colegas de escola, da igreja, do bairro, e precisam se sentir aceitos em qualquer ambiente que venham a frequentar.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que a inclusão é um fato, e é ciência de todos que ela deve acontecer. É preciso promover o acesso dos portadores de necessidades especiais, mas, principalmente promover o respeito por estas pessoas. A educação inclusiva hoje exige adaptações na parte física, mas principalmente na prática pedagógica, que é o que transforma a pessoa por dentro, por meio do conhecimento, ela se torna uma pessoa mais respeitada e passa a se respeitar, acima de tudo. A família, a escola, a sociedade precisam estar preparadas para transformar o portador de necessidades especiais em uma pessoa autoconfiante, motivada, que se respeita e acredita em si mesmo, pois só assim ela terá estímulos o suficiente para decidir vencer, encarar as dificuldades e passar por todas elas de cabeça erguida.

Por meio dos textos estudados, foi possível perceber que são muitos os desafios encontrados pelas pessoas que possuem algum tipo de deficiência, são barreiras relacionadas a sua aceitação na sociedade, na família, questão de falta de profissionais especializados no atendimento escolar, falta de acessibilidade, enfim,



uma infinidade de fatores que dificulta, muitas vezes, o bom relacionamento dessas pessoas com o mundo, e até consigo mesmas. Esse trabalho vem justamente para isso, para explicitar os problemas e as dificuldades, mas, também a forma de vencer os desafios e conquistar seu espaço na sociedade.

Foi possível observar que essa aceitação vem crescendo desde a Grécia Antiga, vem passando por momentos ruins, mas, felizmente nos últimos tempos a superação do preconceito e das dificuldades em geral vem ganhando força. Esse é o papel da educação, transformar pessoas por meio do conhecimento, torná-los cidadãos críticos, conscientes dos direitos e deveres e acima de tudo, responsáveis.

É preciso aprender a conviver em sociedade respeitando as diferenças de cada um, e lutando sempre para que todos possam gozar dos benefícios que a vida dá. O bonito do mundo é a diversidade.

#### 4 REFERÊNCIAS

- 1 BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- 2 BOCK, Ana Maria. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- 3 BRASIL, Decreto nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.
- 4 BRASIL, Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- 5 BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 de dezembro de 1996.
- 6 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado**. Brasília: 2006.
- 7 BRASIL, Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. 2ª Ed. Brasília: CORDE, 1997.
- 8 BUENO, J. G. Silveira. **Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política, Política Educacional e a Formação dos Professores: Generalistas ou Especialistas?** Revista 36 Brasileira de Educação Especial. Piracicaba: Editora UNIMEP, v. 03, nº 05, set. 1999.
- 9 BZUNECK, J. A. **A motivação do aluno: aspectos introdutórios**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed. 2004.
- 10 CARVALHO, Alfredo Roberto de. **As condições de existência das pessoas com deficiência na história da humanidade: as bases objetivas de sua exclusão**

social. 2003. 104f. Monografia (conclusão do curso) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Cascavel.

11 CARVALHO, Alfredo Roberto de; ORSO, Paulino José. As pessoas com deficiência e a lógica da organização do trabalho na sociedade capitalista. In: TUREK, Lucia Terezinha Zanato *et al.* **Pessoas com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate.** Cascavel, PR: Editora e Gráfica Universitária – EDUNIOESTE, 2006.

12 CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

13 CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Institui **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001.

14 GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

15 KIRK, Samuel A. & GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional.** [tradução Marília Zanella Sanvicente]. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

16 MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6ª ed, São Paulo: Cortez, 2011.

17 PAULINA, Iracy. **A inclusão de crianças com deficiência física.** Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/obstaculos-saber-424567.shtml>>. Acesso em 12 mai. 2014.

18 SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

19 SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma Sociedade para Todos.** 4ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

## DIFICULDADE DE APREDIZAGEM: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA

CINTIA ASSUNÇÃO<sup>1</sup>  
 GEICIANI DOS SANTOS WAGUIMAKER<sup>2</sup>  
 RAQUEL KEPP<sup>3</sup>  
 LEONICE BARBOSA<sup>4</sup>

### RESUMO

A aprendizagem é um processo contínuo pelo qual o indivíduo agrega conhecimento e experiência. Por meio dela, o ser humano se desenvolve e evolui. Cada indivíduo possui uma forma e ritmo de aprendizagem, bem como, também pode apresentar dificuldades de aprendizagem específicas. O âmbito educacional tem revelado cada vez mais alunos com dificuldade no aprender. Diante desta situação, a respectiva pesquisa tem por intuito identificar e compreender as principais dificuldades de aprendizagens advindas de distúrbios, uma vez que, a dificuldade de aprendizagem pode ser proveniente de fatores orgânicos, ambientais, psicológicos, entre outros. A pesquisa é de cunho teórico com base em diversos autores da área e propõe analisar o conceito e tipos de dificuldades de aprendizagem e também possíveis soluções. O trabalho foi muito produtivo e significativo para a formação docente, possibilitando uma familiarização com o tema, agregando conhecimento para identificar e trabalhar com alunos que possuem dificuldades de aprendizagem e mudar essa realidade em sala de aula. De acordo com a pesquisa as principais dificuldades de aprendizagem presente no seio escolar são Dislexia que se revela na dificuldade de ler e escrever; Dislalia dificuldade na fala; Disortografia dificuldade na escrita confusão e inversão de letras; Disgrafia é um distúrbio presente na grafia do aluno, Discalculia é um distúrbio que se revela na dificuldade em cálculos matemáticos e o TDH esse tipo de distúrbio demonstra um aluno desatento com dificuldade de se concentrar. Cada distúrbio possui tratamentos específicos, todavia todos necessitam do apoio e incentivo familiar, docente, e pedagógico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dislexia. Dislalia. Disgrafia. Disortografia. Discalculia.

### ABSTRACT

Learning is a continuous process by which the individual gathers knowledge and experience. Through it, the human being develops and evolves. Each individual has a shape and pace of learning, and can also present specific learning disabilities. The educational framework has proved increasingly struggling students in learning. In this situation, their research is aimed at identifying and understanding the main difficulties arising from learning disorders, since the difficulty of learning can come from organic factors, environmental, psychological, and others. The research is based on theoretical nature of the area and several authors propose to analyze the concept

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Capixaba Multivix de Nova Venécia.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Capixaba Multivix de Nova Venécia.

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Capixaba Multivix de Nova Venécia.

<sup>4</sup> Orientadora deste artigo. Graduada em Letras (Port. /Inglês) – FUNCAB; Pós-graduada em Língua Portuguesa e Literatura (FIJ); Mestranda em Ensino na Educação Básica – CEUNES-UFES.

and types of learning difficulties and also possible solutions. The work was very productive and meaningful for teacher training, enabling familiarization with the theme, adding knowledge to identify and work with students who have learning difficulties and change this reality in the classroom. According to the survey the main learning difficulties present at school are within Dyslexia reveals that the difficulty of reading and writing; Dyslalia difficulty in speaking; Dysorthographia confusion and difficulty in writing letters inversion; Dysgraphia is a gift in the spelling of student disorder, Dyscalculia is a disorder that reveals itself in trouble the TDH and mathematical calculations such disorder shows an inattentive student with trouble concentrating. Each disorder has specific treatments, but all require the family support and encouragement, teaching, and learning.

**KEYWORDS:** Dyslexia. Dyslalia. Dysgraphia. Dysorthographia. Dyscalculia

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de elaboração e aquisição da aprendizagem é contínuo e abrangem vários aspectos, tais como, a realidade social, família, ambiente escolar, relação professor/aluno; o esforço e interesse do mesmo em aprender; a didática utilizada pelo docente. Para alguns alunos chegar ao aprendizado é um caminho fácil e curto, todavia para outros é um caminho difícil e longo, por isso há aqueles que possuem um grau maior de dificuldade em compreender, assimilar um determinado conhecimento por apresentar algum tipo de distúrbio. Roger baseado nos estudos da teoria piagetiana afirma que “apesar de o trajeto do desenvolvimento seja o mesmo para todos. O ritmo de desenvolvimento varia, em alguns casos ocorrendo mais lenta ou rapidamente.” (2004, p.167)

Conforme, Camañes (2008, p. 90).

O processo de aprendizagem não está limitado a um esforço de retenção de conteúdos mediante uma repetição deliberada, trata-se, na verdade, de um processo contínuo que opera sobre todos os dados que alcançam certo grau de significação e no qual é necessário usar as diferentes capacidades cognitivas.

O educador na sua missão, e desenlaçar de sua prática educacional devem estar cientes de que dentro de sua sala de aula existem indivíduos com vida e realidades diferentes, com grau maior ou menor de dificuldade de assimilação e aquisição do conhecimento. Para tanto, o docente precisa conhecer cada aluno, sua história de vida, suas características e, principalmente, identificar suas dificuldades. Para Deldime e Vermeulen (2004, p.179): “Os educadores têm responsabilidade de conhecer e de considerar os limites e os pontos fortes das crianças, provocá-las, situá-las onde se encontram e convidá-las a dar um passo além do limite”.

Todavia, devemos elencar que o sistema da educação brasileira não tem favorecido essa ação, uma vez que, a condição de trabalhos dos docentes tem sido precárias, com número em excesso de alunos por sala de aula, falta de material didático e salários defasados levando o educador a trabalhar em dois ou até mesmo três horários o que torna prejudicial tanto para o docente quanto mais para os alunos. Os aspectos aqui abarcados têm a função de lembrar que embora o professor conheça

a dificuldade de seus alunos, ele também possui barreiras para poder ultrapassar e se dedicar a profissão e, de modo especial, ao aluno com dificuldade.

Segundo Poppovic (1980), para aquisição de um aprendizado significativo é relevante que haja motivação e significado real daquilo que se pretende transmitir, levando em conta a história de vida da criança. E ainda o ensinamento deve proceder daquilo que a criança já sabe e a partir desse prévio conhecimento agregá-lo valor qualitativo e abarcar novos conhecimentos, enfim, abordar a aprendizado vindo do concreto para o abstrato.

Na sala de aula há vários seres, historias e sonhos, o que caracteriza um universo heterogêneo. O educador conhece essa realidade, entretanto na sua pratica educacional acaba por trabalhar de modo homogêneo como se todos fossem aprender ao mesmo tempo e do mesmo jeito, mas como mencionado, o que predomina na sala é o ser único onde não há outro igual e diferente com sua genética, cultura, vida e sonhos. Para Sampaio (2011, p.33) “Cada criança é única na sua forma de ser, de aprender, bem como de não aprender”.

Portanto, a presente pesquisa tem por finalidade identificar, analisar e compreender as dificuldades de aprendizagem, oriundas de algum tipo de distúrbio, bem como suas características. Busca-se ainda na respectiva pesquisa abarcar os pontos negativos que os distúrbios promovem, e elencar possíveis soluções. Para tanto, se faz necessário compreender e destacar as concepções que tem sobre a aprendizagem, discernir o processo a qual se destringe os respectivos distúrbios. Apropriando-se de metodologia de caráter exploratória, baseado nas teorias e visão de diversos autores. A coleta dos dados estendeu-se para técnica bibliográfica.

A aprendizagem é um processo constante, pois o ser humano esta sempre aprendendo, e é por meio desse aprendizado que o sujeito vai construindo e adquirindo conhecimento. Todavia há aqueles que possuem um grau de capacidade maior em aprender e outros possuem algumas delimitações no desenvolve de suas destrezas e capacidades, dificultando-os assim no êxito da aprendizagem.

Para tanto a escolha do tema deu-se pelo fato de que a aprendizagem sendo um mecanismo preponderante no processo de assimilação e aquisição do conhecimento tem se mostrado relevante sua discussão para a sociedade atual, uma vez que, a realidade escolar tem revelado que muitos alunos possuem algum tipo de dificuldade na aprendizagem. A pesquisa será útil para o enriquecimento da competência na prática docente e no processo de desenvolvimento cognitivo do aluno, enfim em todo contexto escolar.

## **2 AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E SUAS PROPRIEDADES**

### **2.1 CONCEITOS DE APRENDIZAGEM**

O ato de aprender é um processo natural, desde seu nascimento o ser humano está em contato com o mundo externo se coloca em constante aprendizado. Enquanto bebe, vai descobrindo que suas atitudes influenciam aquele que o rodeia, vai descobrindo objetos, passando a manuseá-los, claro que de forma desconhecida. No decorrer da vida aprendem a linguagem no qual está inserido, costumes,

doutrinas e perpassa para uma aprendizagem de caráter formal predominante no ambiente escolar.

Segundo Bossa (2000) ser humano ao nascer é recebido num mundo de cultura e de linguagem que antecede e ao qual necessita ter acesso. Mas sua pré-maturação única, cria a necessidade inevitável da presença do outro para garantir sua possibilidade de existência e é nesse espaço que se situa a aprendizagem humana, que estará marcada de forma indestrutível pela história de seus relacionamentos antigos.

Segundo McConnell (apud Piletti 2000, p. 32) “aprendizagem é a progressiva do comportamento que está ligada, de um lado, a sucessivas apresentações de uma situação e, de outro, a repetidos esforços dos indivíduos para enfrentá-la de maneira eficiente.”

A aprendizagem é o resultado concreto de todo um processo de desenvolvimento e trabalho no cerne educacional. Ela é preponderante na aquisição do conhecimento, pois não basta apenas agregar informações é preciso compreendê-la interiorizá-la para que se torne um aprendizado, na qual, lhe será significativo para sua vivencia escolar e social. “A aprendizagem reúne num só processo a educação e o pensamento, já que ambos se possibilitam mutuamente no cumprimento do principio de realidade.” (PAIN, 1985, p.19).

Para Moreira (1996) a aprendizagem inicia-se em casa. Sendo assim quando a criança vai para escola ela possui toda uma estrutura uma bagagem de experiência e conhecimento. Logo cabe ao professor aproveitar e valorizar determinado conhecimento, e, além disso, orientar os alunos na busca e aquisição de nova aprendizagem e aprimoramento daquelas que já foram agregadas no decorrer de sua vida.

A aprendizagem é algo intrínseco a humanidade, por ela perpassa sentimentos, emoções, ensinamentos. Não tem como falar da evolução humana e em seu processo de descobrimento e aculturação sem remeter a ideia de aprendizagem, pois aprendizagem é isso aprender, transformar, provocar mudanças avançar conhecer, uma vez que, o ser humano desde mais tenra idade se encontra em constante transformação, buscando sempre conhecer mais e galgando novos horizontes.

Segundo Saltini (1998, pag.70) “Quando uma criança vai para uma escola, não vai apenas para aprender, mas também para vivenciar o aprendizado como um todo e quem assim a percebe poderá então orientá-lo rumo ao amanhã”.

Há diversas teorias de aprendizagem, a mais conhecida e utilizada no ambiente escolar são: a epistemologia genética de Piaget que tem com ponto central a estrutura cognitiva (esquemas) do sujeito, onde essas estruturas mudam através dos processos de adaptação (assimilação e acomodação). Piaget em seu estudo sobre a criança cria diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo que seria os estágios (sensório motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório abstrato). Piaget parte de uma vertente construtivista, onde a criança constrói seu conhecimento, a partir da interação do individuo com o meio.

Temos ainda a teoria Sócio-Cultural de Vygotsky, que propõe o desenvolvimento cognitivo limitado a um determinado potencial de acordo com intervalo de idade, Vygotsky aborda a Zona de Desenvolvimento proximal. Segundo ele a criança aprende por meio da interação social e cultural. Nessa concepção, criança então já iria para escola com determinados conhecimentos e aprendizados, cabendo a escola agregar elementos novos e qualitativos para gerar mais aprendizados. Segundo Vygotsky (2007.p.102) “(...) o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas”.

Rogers ([s.d.]) propõe a aprendizado Experimental, nesta corrente buscar-se sempre o aprendizado experimental, onde o indivíduo aprende melhor aquilo que é significativo e necessário. Esse tipo de aprendizado requer interesse e motivação para que se tenha êxito no alcance da aprendizagem. Tanto o professor quanto o aluno são co-responsável pela aprendizagem.

Asubel (1963) propõe a aprendizagem significativa, a chave nesse tipo de aprendizagem é o conhecimento prévio que o aluno já traz consigo quando se inseri na escola. Para ele a aprendizagem significativa ocorre quando se leve em conta toda a historia do aluno, e ainda quando aborda duas condições: o conteúdo deve ser fortemente revelador e o aluno deve está disposto a receber novos conhecimentos.

Para Santos (2008, p.33) “a aprendizagem somente ocorre se quatro condições básicas forem atendidas: a motivação, o interesse, a habilidade de compartilhar experiências e a habilidade de interagir com os diferentes contextos”.

A aprendizagem, independentemente da vertente a qual ela é abordada, se faz preponderante no universo humano é por meio da aprendizagem que o ser humano se desenvolve, transmiti seus conhecimentos, costumes e culturas.

## 2.2 CONCEITOS DE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Diversos autores abordam o termo dificuldade como transtorno ou distúrbios, pois para muitos as dificuldades de aprendizagem são múltiplas, contudo o distúrbio ou transtorno de aprendizagem está diretamente ligado a uma disfunção cerebral o problema genético. Embora saibamos dessa diferença elencaremos no presente trabalho o termo dificuldade de aprendizagem, todavia numa vertente que abrange tais distúrbios ou transtornos. Segundo Moojen (apud Nutti 2002, p.) “os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem tem sido utilizados de forma aleatória, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes”.

A dificuldade na aprendizagem está diretamente ligada a problemas que podem afetar a estrutura cognitiva, afetiva e social, dificultando assim o bom desenvolvimento do sujeito (criança, adolescente e adulto). A palavra dificuldade

vem do latim *difficultas*<sup>1</sup>, que significa sofrimento, pobreza, de *difficilis*, “pobre, sofrido”. Logo quem possui certa dificuldade independentemente situação que esta na vida, se encontra em um estado que incomoda e faz sofrer. Segundo Moojen (apud Domingos 2007, p.18) “Essas crianças sofrem muito e, muitas vezes são confundidas como pouco inteligentes, preguiçosas, desleixada, quando na verdade o seu impedimento não é a nível intelectual, mas de execução”.

A criança que possui determinada dificuldade no aprender por sua vez não compreender este estado o na maioria das vezes sente-se culpadas por não conseguirem aprender, e acabam desenvolvendo uma auto estima negativa o que acometerá sua vida futura, uma vez que, tais dificuldades não desaparecem.

Segundo Sampaio (2011) as dificuldades referentes à aprendizagem estão ancoradas em estruturas cognitivas, sociais e afetivas que levam o aluno a apresentar algum tipo de dificuldade em aprender, podendo assim comprometer seu bom desenvolvimento cognitivo. Segundo a autora o âmbito afetivo e social são fatores que influenciam de maneira positiva ou negativa a aprendizagem.

Conforme Pain (1985, p.13) “[...] os problemas de aprendizagem são aqueles que se superpõem ao nível ao baixo nível intelectual, não permitindo ao sujeito aproveitar as suas possibilidades”.

No ano de 1981 foi realizado nos Estados Unidos o Comitê Nacional de Dificuldade de Aprendizagem (National Joint Committee for Learning Disabilities), considerado órgão competente para normalizar questões a cerca dos distúrbios de aprendizagem, tendo como finalidade uma definição da concepção de Dificuldade de Aprendizagem. A partir deste Comitê definiu-se que:

Dificuldade de Aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldade na aquisição e no uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas desordens são intrínsecas ao sujeito, presumidamente, devido a uma disfunção no sistema nervoso central, podendo ocorrer apenas por um período na vida. (EUA, 1997).

Há vários fatores que dão vida às dificuldades de aprendizagem, esses fatores se distinguem entre orgânicos, psíquicos e ambiental. Segundo José&Coelho (apud Sampaio 2011, p.28) os fatores orgânicos refere-se a saúde física deficiente, falta de integridade neurológica (sistema nervoso doentio), alimentação inadequada etc. Os fatores psicológicos diz respeito à inibição, fantasia, ansiedade, angustia, inadequação à realidade, sentimento generalizado de rejeição etc. Já os fatores ambientais referem-se ao tipo de educação familiar, o grau de estimulação que a criança recebeu desde os primeiros dias de vida, a influência dos meios de comunicação etc.

No ambiente escolar as dificuldades podem surgir de diversas maneiras, uma vez que cada aluno possui seu jeito de aprender, uns com facilidade e outros não, pois cada um possui sua genética seu acervo de experiência e aprendizado. Segundo

---

<sup>1</sup> DISPONÍVEL EM: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/dificuldade/> acesso no dia 5 de setembro de 2014.



Sampaio (2011, p.71) “as primeiras aprendizagens são realizadas na família, estendendo-se, posteriormente, ao bairro e à escola”. O que é relevante para um não será para o outro, pois há pensamentos diversos em uma única sala de aula.

Logo o educador na maioria das vezes usa de uma única metodologia em sua prática docente e quando diagnosticado algum aluno com dificuldade seja na escrita, leitura, falta de atenção é raro o educador que busca meios para auxiliar de forma adequada com o que é exigido pelo aluno. Conforme Sampaio (2011) os alunos aprendem menos quando não veem na imagem do professor um fidedigno mediador do conhecimento.

Os problemas de aprendizagem podem se apresentar em razão de uma metodologia inadequada, método de alfabetização inadequado, privação cultural e econômico, má-formação docente, falta de planejamento das atividades, desconhecimento da realidade cognitiva dos alunos (SAMPAIO, p.90, 2011).

Muitas vezes este aluno é direcionado a outros especialistas, não que isto seja errado, mas é relevante frisar que a ação e acompanhamento do professor tornam-se fundamental nesse processo, uma vez que, este esta em contato direto e constante com o aluno que apresenta tal dificuldade.

Para Sampaio (2011, p.35) “Todos os alunos são capazes, é claro que de forma diferente, e um olhar diferenciado poderá descobrir o que tem de especial, ajudando-os no desenvolvimento de novas competências.”

Segundo Domingos (2007), as crianças que apresentam disfunção cerebral, são inteligentes e socialmente normais, todavia apresentam dificuldades que ocorrem em áreas específicas, como por exemplo, dificuldade de identificar uma letra, por conseguinte a palavra.

O importante é compreender que cada criança tem seu ritmo de aprender uns com mais facilidade e outros nem tanto, embora a criança apresente algum tipo de distúrbio, isso não significa que ela é incapaz de aprender, pelo contrario ela possui inteligência para isso, contudo de modo particular e limitado, que requer mais esforço e novos caminhos.

## **2.2.1 TIPOS DE TRANSTORNOS OU DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

### **2.2.1.1 DISLEXIA**

A dislexia aborda área mais específica, a dificuldade de aprendizado na escrita e na leitura, infelizmente, uma dificuldade duradoura. Esse distúrbio é causado por uma disfunção cerebral no lobo occipital e parietal. Encontramos na escola muitas crianças com dificuldade na escrita; a maioria delas caminha boa parte de sua vida escolar sem saber escrever e ler. Este problema pode estar associado à dislexia.

A dislexia é uma dificuldade comum, de modo particular, em meninos, ela é caracterizada pela dificuldade em aprender a ler e a escrever. Essa tendência de ocorrer à dislexia em meninos, talvez seja, explicado conforme a concepção de Antunes (1994, p.17), segundo o autor:

O homem concentra sua atividade cerebral no lado esquerdo, onde estão às funções da fala, do raciocínio lógico, da memorial espacial, que estimula a deduções, calcula com mais segurança riscos e perigos (...). As mulheres utilizam bem mais os dois lados do cérebro e, portanto, muito mais do que o homem, o hemisfério direito, onde ficam guardadas as emoções, os rostos conhecido e a memória afetiva. (1994, p.17)

Segundo Sprinthall (1997, p.603) “a pessoa muito afetada pode inverter as letras e os números, de modo a que em a fique ame e 759 fique 597.”

Segundo o livro “Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10”, a dislexia é:

Uma perturbação da linguagem que se manifesta na dificuldade da aprendizagem da escrita e da leitura, isto é, na dificuldade de distinção ou memorização de letras ou grupos de letras e problemas de ordenação, ritmo e estruturação das frases, afetando tanto a leitura como a escrita.

A dislexia normalmente é detectada no período de alfabetização momento este em a criança começa a aprender a ler. Segundo Sampaio (2011) o problema torna-se mais evidente quando a criança tenta soletrar letras e apresenta muita dificuldade e acaba não tendo êxito.

A criança disléxica apresenta desde a tenra idade alguns traços que permite diagnosticar seu distúrbio como, por exemplo, dificuldade em amarrar os sapatos; aprender a falar; manusear a bola (pegar e chutar); reconhecer as horas.

Segundo Pain (1985, p.30) “a dislexia é utilizada apenas como um nome mais elegante para traduzir simplesmente a dificuldade para aprender a ler e/ou escrever”.

Conforme Sampaio (2011), as crianças que se caracterizam como disléxicas possuem a inteligência normal ou às vezes superior à média. Contudo apresentam dificuldades na codificação de símbolos gráficos. Outra característica presente nos disléxicos é a insegurança e baixa autoestima provocando sentimentos de tristeza e culpa.

Segundo Condemarín (apud SAMPAIO 2011, p.112):

Os disléxicos apresentam características acentuadas como confusões de letras, sílabas ou palavras que se assemelham graficamente; confusão de letras onde os sons são parecidos, inversão de letras com grafia aparente, ler de forma lenta, no momento da leitura pula uma linha ou voltar na anterior, tem dificuldade de lembrar-se da sequência das letras, alfabeto, dia da semana, meses do ano, lê hora; conseguem copiar, mas quando é ditado possuem muita dificuldade.

A criança que apresenta dislexia possui traços específicos, todavia podem ser trabalhados para que este alcance o aprendizado. Por meio da prática docente e do apoio familiar, escolar e principalmente pedagógico.

### **2.2.1.2 DISLALIA**

No que se refere à dificuldade na fala tem-se a dislalia que se manifesta na dificuldade de articular a palavra. São aquelas criança que, por exemplo, trocam a letra R pela letra L. Cebolinha, personagem da Tuma da Mônica, caracteriza bem esse distúrbio.

Segundo o livro Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10 (1993) a dislalia “é um distúrbio da fala que se caracteriza pela dificuldade de articulação de palavras; omitindo, trocando, transpondo, distorcendo ou acrescentando fonemas ou sílabas a elas”. Esse distúrbio apresenta-se como simples possui sucintos relatos sobre o mesmo, contudo é expressivo no cerne educacional.

### **2.2.1.3 DISORTOGRAFIA**

A disortografia por sua vez revela-se como uma desordem na ortografia, o aluno com tal distúrbio faz desorganização com as letras, sílabas e trocas ortográficas. Segundo Sampaio (2011, p.128) “Trata-se de um distúrbio da escrita, na qual, encontramos inversões, aglutinações, omissões, desordem na estrutura da frase”.

Conforme Domingos (2007, p.21) a disortografia “é a impossibilidade de visualizar a forma correta da escrita das palavras.” Segundo a autora esse distúrbio na maioria dos casos acompanha a dislexia, todavia pode ocorrer sem ela.

Uma característica da disortografia reflete no fato da criança, geralmente, não ter vontade de escrever, seus textos são sucintos, com expressiva falta de organização e pontuação desapropriada.

O fato de a criança escrever seguindo os sons das palavras, acaba resultando numa letra incompreensível, para identificar os possíveis obstáculos, o educador deve aderir em sua prática docente, a atividade de ditado das palavras, pois a respectiva atividade leva o aluno à percepção auditiva, para transcrever. E a partir de então desenvolver um método específico o uso de repetição não tem êxito, embora a criança escreva vinte vezes ela continuara transcrevendo de modo errado. É preciso trabalhar o raciocínio lógico se possível e também conscientização auditiva dependendo dos casos.

### **2.2.1.4 DISGRAFIA**

A Disgrafia é um distúrbio que pode acarretar dificuldade de aprendizagem, se refere àquele aluno que apresenta uma letra feia e com garranchos. Segundo Sampaio (2011, p.125) esse problema decorre de uma “incapacidade de recordar a grafia da letra, ou seja, ao tentar lembrar um grafismo, a criança escreve muito lentamente, e com isso acaba unindo inadequadamente as letras”.

Segundo Coelho ([s.d.]) a criança para ser diagnosticada com disgrafia precisa apresentar um conjunto de características, como letras muito grande ou muito pequena; lentidão ou rapidez no ato de escrever; possui um traçado exacerbado e grosso; o formato da letra geralmente é irreconhecível e apresenta desorganização de texto e de folhas.

As crianças que se revelam com tal distúrbio apresentam as seguintes características: letra ilegível; lentidão para escrever; traços fortes chegando até a marcar a folha ou do contrario possui um traço leve há uma desorganização na escrita; entre outros aspectos. Portanto a disgrafia exige um trabalho continuo e de treino da grafia.

#### **2.2.1.5 DISCALCULIA**

A Discalculia é um distúrbio referente a alunos que apresentam dificuldades em Matemática. Os mesmos não conseguem assimilar o sistema matemático. Conforme Sampaio (2011, p.120) “O portador de discalculia comete erros diversos na solução de problemas verbais, nas habilidades de contagem, nas habilidades computacionais, na compreensão dos números”.

Segundo Domingos (2007) a discalculia é caracterizada pela incapacidade de compreender o mecanismo do calculo e soluções de problemas. Geralmente o que ver é uma estruturação inadequada do raciocínio matemático, resultado de uma didática inadequada e excesso de conteúdos.

Segundo Rebelo (1998, p.230) a discalculia é “um distúrbio de aprendizagem que interfere negativamente com as competências de matemática de alunos que, noutras aspectos, são normais”.

Os obstáculos mais frequentes nesse tipo de distúrbio é a dificuldade em sequenciar números o que antecede e sucede; compreender os sinais; classificar números, elaborar operações.

Para Sampaio (2011, p.123),

A criança com discalculia pode apresentar comprometimento na organização espacial, na autoestima, na orientação temporal, na memória, nas habilidades sócias e grafomotoras; na linguagem/leitura, na impulsividade, na consistência (memorização).

A discalculia está diretamente ligada a dificuldade em cálculos, podem ainda apresentar dificuldade na organização espacial, desenvolver um baixa auto estima por não conseguir aprender, logo de a criança com discalculia se não tratada pode comprometer se desenvolvimento global.

#### **2.2.1.6 TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - TDAH**

A sigla TDAH significa Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, a causa desse transtorno segundo autores é um fator genético, todavia para Sampaio (2011, p.92) “ainda não se descobriu o gene responsável por esse transtorno”. O TDAH se compõe do tipo de desatenção, hiperatividade e impulsividade, a causa desse distúrbio seria provida de uma disfunção. Segundo Sampaio (2011, p.96) “a criança com TDAH tem dificuldades em realizar planejamentos, pois a uma disfunção no lóbulo frontal”.

Umas das características predominante em crianças com TDAH é a falta de atenção. “A atenção é necessária para sermos conscientes de nossas sensações,

pensamento, afetos etc., além de ser fundamental para memorizar e, por conseguinte, para aprender.” (CAMAÑES, 2008, p.18).

Segundo Rohde (2000) a criança com TDAH tem dificuldade de prestar atenção em detalhes, o ato de errar é frequente devido ao descuido em diversas atividades; a criança parece não escutar quando lhe é dirigido à palavra ou um diálogo; possui dificuldade de concluir atividades por não se ater as instruções, esquece das atividades diárias e se distrai facilmente. Além da desatenção, a criança é também hiperativa apresentando agitação das mãos e dos pés ou ainda remexe demais no assento, corre ou escala com frequência mesmo em situações improváveis, fala demasiadamente, está sempre a “mil por hora”. A impulsividade revela-se na criança com TDAH, por ela não ter paciência em esperar sua vez, se intromete ou interromper conversas alheias.

Conforme Kirk e Gallagher (1996, p. 373) “Uma criança assim pode estar sempre se movimentando, é distraída e não consegue manter a atenção por tempo suficiente para que aprenda, ou ainda não consegue dirigir a sua atenção de modo significativo”.

A atenção é um instrumento fundamental no processo de aprendizagem, bem como, na aquisição do conhecimento, na realização de tarefas, no funcionamento cognitivo dentro e fora do meio escolar. O que se tem percebido nos últimos decênios é que o transtorno de déficit de atenção tornou-se uma ferida na educação que não se cicatriza. Segundo Camañes (2008, p.19).

O déficit de atenção é uma dificuldade persistente em selecionar informação relevante (e ignorar os estímulos irrelevantes), em ser capaz de manter a atenção numa mesma atividade durante o tempo necessário para realizá-lo e em poder reorientar a atenção para outro estímulo.

Todavia, deve-se atentar para a ideia de que uma aula mal preparada: a didática do professor pode contribuir para a dispersão da atenção e interesse do aluno, ou seja, o docente que não planeja uma boa aula com exercícios atraentes e criativos, e que muitas vezes repete exercícios, além de usar uma mesma metodologia sempre, está propício a perder a atenção e interesse do seu discente. Por conseguinte, tende a culpar seu alunado pela falta de atenção e péssimo aprendizado.

Outro fator preponderante a ser observado é se o conteúdo e o nível exigido ao aluno condizem com sua faixa etária e seu desenvolvimento cognitivo.

Segundo Sampaio (2011, p.47):

É imprescindível o conhecimento das etapas de desenvolvimento da criança pelo professor. Se a criança ainda não estiver com uma estrutura cognitiva condizente com o que está sendo ensinado, e este fato não for observado pelo professor, poderão acarretar desestímulo, falta de interesse e rejeição por parte do aluno.

Conforme Camañes (2008, p.19) o distúrbio de déficit de atenção:

Trata-se de criança desorganizadas, distraídas, que não concluem as tarefas. São descuidadas na execução de trabalhos escolares (...).

Esquece-se de fazer as lições e de entregar as que realizaram. Têm dificuldades para prestar atenção na sala de aula, distraem-se frequentemente, parece esta “no mundo da lua”. Perdem a concentração em tarefas rotineiras e também, naquelas que não despertam seu interesse, mas são capazes de prestar atenção em tarefas novas.

Mediante a situação, percebe-se que este distúrbio traz grandes prejuízos para o aprendizado do aluno, uma vez que, este não valorizará o que o professor está ensinando, pois dará mais atenção às ações de seus coleguinhas de classe, e conseqüentemente não terá capacidade cognitiva para executar os exercícios. E impedirão o desenvolver suas habilidades.

Segundo Bossa (2000, p.50)

Uma criança pode ter dificuldades para manter seu pensamento concentrado, não prestando atenção no que a professora está falando. Enquanto a professora fala, ela pensa em um milhão de coisas, menos na matéria que está sendo explicada.

A hiperatividade/impulsividade é outro traço predominante nesse tipo de transtorno que se configura na realidade escolar, na sala de aula: são os famosos alunos inquietos, que não ficam sentados em suas carteiras ou ainda, aqueles que “cutucam” todos seus colegas.

Conforme Camañes (2008, p.26).

As crianças hiperativas são consideradas espontâneas, atiradas e, muitas das vezes, mal educadas (...). A impulsividade consiste na dificuldade no processo de inibição necessária para esperar (aguardar a vez na fila, terminar de escutar a pergunta para responder, aumentar o tempo de resposta, deixar escapar comentários inapropriados etc.), impedindo o surgimento de opções adequadas para a situação.

Então, o aluno inquieto ou até mesmo bagunceiro será rotulado não somente pelo seu professor, mas também pela escola como hiperativo. Contudo, deve-se analisar melhor a situação deste aluno para não distorcer o seu real problema, pois o mesmo pode ter hiperatividade ou atividade muscular intensa, na qual, a criança possui um prazer extraordinário que não conhece bem. Por isso, ela deve ser trabalhada, direcionada, além de ter limites orientados por um adulto.

Segundo Freud (1905, p.191) “É sabido que a atividade muscular intensa é, para a criança, uma necessidade de cuja satisfação ela extrai um prazer extraordinário”. Portanto, é relevante que o professor saiba discernir essas duas concepções, para buscar melhores meios de guiar e trabalhar seu aluno.

O diagnóstico do TDAH é de essência clínica, os profissionais fazem uso dos critérios de diagnósticos do Manual de estatísticas e diagnósticos, DSM IV, uma vez que, esse distúrbio não é diagnosticado por meio de exames médicos. O diagnóstico também necessita de uma avaliação com os pais da criança que apresenta determinado transtorno. Portanto para ajudar o aluno com TDAH é relevante a interação da escola com a família para o encaminhamento ao especialista, e o apoio a criança.

## 2.3 INTERVENÇÃO

Identificar as dificuldades do aluno é de suma relevância para o bom desenvolvimento do mesmo e para compreender seu mecanismo de aprendizagem. Entretanto o trabalho do educador não deve estagnar-se nesse momento após a descoberta das dificuldades de aprendizado diagnosticadas em sua sala de aula, pelo contrário o processo está apenas se iniciando. A relação entre o professor será um fator essencial, pois dependendo da posição arraigada pelo docente, influenciará no comportamento do aluno de modo positivo ou negativo. Segundo Domingos (2009, p. 16):

A construção do conhecimento é semelhante a uma escada. A criança fica impossibilitada de pisar no décimo degrau, se antes não pisou nos anteriores. As suas pernas não o alcançarão, apesar de todos os esforços realizados. Portanto, precisamos lhe fornecer ajuda, para que suba de degrau a degrau, até atingir o esperado.

Conforme Bossa (2000, p.12)

A identificação das causas dos problemas de aprendizagem escolar requer uma intervenção especializada. Muito embora o aprender seja um processo natural, resulta de uma complexa atividade mental, na qual estão envolvidos processos de pensamento, percepção, emoções, memória, motricidade, mediação, conhecimentos prévios, etc.

O educador, enquanto mediador do conhecimento precisa buscar aprimorar sua cognição e habilidades para poder ajudar seus alunos que possui algum tipo de distúrbio no aprender. É necessário que o docente se dedique a este aluno de modo particular tendo embasamento teórico para compreender determinada dificuldade. E acima de tudo é preciso estabelecer um elo afetivo com o aluno, para que se crie confiança e segurança por parte do educando que apresenta dificuldades, proporcionando motivação e disposição para enfrentar as suas limitações.

Conforme Sprinthall (1997, p.565) “O apoio humano positivo é necessário para criar uma atmosfera de baixa ansiedade que ajudará o aluno a arriscar e não sentir necessariamente que terá de encobrir ou disfarçar a sua dificuldade”.

Para aprender, requer interesse e estímulos externos, logo cabe a família, o professor e a escola propiciar tais estímulos. Para que o aluno busque forças para superar suas limitações. Para Sampaio (2011, p.89) “a ajuda dos familiares e da escola é fundamental para a superação ou amenização de tais dificuldades”.

Segundo Sprinthall (1997, p.603) “[...] o ensino eficaz envolve uma combinação de apoio pessoal, acompanhamento individual intensivo e o desenvolvimento de uma visão positiva”.

A assistência de modo otimista é um elemento intrínseco nesse processo, uma vez que o docente dando apoio ao seu aluno fará com que este se sinta capaz e não excluído dos demais alunos, é preciso ainda conscientizá-los de que possuem uma limitação no aprender, todavia é fundamental que compreenda que todos podem aprender, mas de forma diferente.

No que se refere à intervenção no caso de dificuldades no aprender, o docente tem a função na sua prática educativa, apurar e detectar possíveis causas que esteja levando o aluno a não alcançar a aprendizagem. Devendo levar em consideração aspectos orgânicos, neurológicos, psicológicos e ainda o meio social. Segundo Domingos (2009, p. 11) “o professor deve ter a capacidade de identificar o melhor para a criança utilizando, se possível, variação metodológica dentro da sala de aula.” Cabe então ao educador ser mediador e um auxílio, pois é o mesmo que possui o convívio diário com o aluno e que acompanhará seu avanço.

A relação entre professor e aluno é essencial para que o aluno consiga superar os obstáculos, possibilitando o melhor desenvolvimento de suas capacidades cognitivas. Segundo Domingos (2009, p.5):

Talvez a maior dificuldade no relacionamento entre educadores e crianças com problemas de aprendizagem seja justamente a falta desta visão global do ser humano, pois a tendência atual é analisar a criança parte por parte, como se ela fosse só um cérebro, um ouvido, um nariz ou um par de olhos.

A família possui papel preponderante, ela deve estar a par de toda vida escolar do filho, bem como seu rendimento e fracasso. Muitas vezes a família tende a crucificá-lo por ele não estar bem na escola, e não tendo ciência da dificuldade do filho acaba por considerá-lo preguiçoso ou ainda bagunceiro não prestando atenção nas aulas.

Segundo Ceccon (1994, p.12) “Para a maioria dos pais e mães, os responsáveis pelos maus resultados por seus filhos são as próprias crianças ou então os professores. Eles acham que as crianças são preguiçosas, pouco estudiosas e distraídas”.

Segundo Scoz (1994) o apoio dos pais é essencial para as crianças que apresentam deficiência na aprendizagem.

Todavia, é no seio familiar que a criança com dificuldade na aprendizagem deve encontrar o alicerce e o amparo para enfrentar os impasses, pois ali é eminente a presença do afeto e carinho, que para diversos autores esse lado afetivo é primordial para o bom desenvolvimento da criança. Segundo Sampaio (2011, p.77) “A família deve fazer todo esforço para que a criança consiga superar suas dificuldades”.

Compreende-se então que tanto o apoio familiar, quanto a relação afetiva e positiva do docente para com o aluno, são elementos imprescindíveis para auxiliar na forma de se trabalhar com a criança que demonstra dificuldade e ajudá-lo a superar suas limitações.

### **3 POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA OS DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM**

Quando diagnosticados alunos com distúrbios de aprendizagem, é preciso de um trabalho em conjunto entre professor, aluno, família, equipe pedagógica e a orientação de um especialista clínico. Ambos devem estar dispostos e interessados na conquista e aquisição da aprendizagem. Segundo Pain (1985, p.74) “o tratamento



psicopedagógico é o mais indicado no caso de tratar-se de um transtorno na aprendizagem”.

Cada distúrbio possui suas características e propriedades, bem como também diferentes são as formas de soluções e de se trabalhar com alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem.

Segundo Moojen (1999) uma criança disléxica, não deve ser alfabetizada pelo o método global<sup>1</sup>, uma vez que o disléxico não possui a compreensão de um todo. É preciso trabalhar a fonética de modo repetitivo, pois os obstáculos são expressos na dificuldade de fixação dos fonemas. Requer ainda paciência e motivação por parte do educador, organizando um plano de leitura que seja simples, contudo motivador, e na medida em que possível tornando essa leitura mais complexa.

O tratamento da criança com dislexia deve ser frequente e individual feito por um especialista ou alguém apto para tal missão. Além disso, é importante a utilização de materiais que sejam interessantes e estimulantes.

Sampaio (2011) orienta que para ajudar a criança disléxica é preciso fazer uma conscientização fonológica o docente deve trabalhar com rimas; identificação de grupos de palavra com determinado sufixo e prefixo; palavras que iniciam com determinada letra. Utilizar de jogos lúdicos como cartões que contenham desenhos de palavras que rimam; recortes de revistas palavras que rimam; apresentar músicas e poesias com rima. Ainda segunda a autora o professor deve iniciar com leituras simples e livros atrativos, confeccionar as letras para que o disléxico possa manuseá-la e perceber os formatos e diferença de uma letra para outra. É muito importante que o educador ciente da dificuldade de seu aluno, busque avaliá-lo de modo oral e evite que o aluno leia em voz alta para que a turma não zombe dele.

No caso da dislalia, quando diagnosticada uma criança com esse distúrbio faz-se necessário o encaminhamento para um fonoaudiólogo, que desenvolverá a técnica adequada para correção do problema. A criança pode ainda ter aula de cantos para superar a dificuldade. Segundo Antunes (1994, p.23)

Cantar junto com a criança e brincar de aprender a ouvir a musicalidade dos sons naturais e das palavras são estímulos importantes, como também habituar-se a deixar um som de CD no aparelho de som, com música suave, quando a criança estiver comendo, brincando ou mesmo dormindo.

Na disortografia, além de apoio e incentivo, Conforme Sampaio (2011) é importante estimular a memória visual; não fazer a criança escrever vinte vezes, e auxiliá-lo diariamente.

A disgrafia requer um acompanhamento individual e diário, uso da reescrita, caderno de caligrafia. O elogio e apoio são preponderantes, uma vez que o aluno tende a inferiorizá-lo, por isso o professor deve enfatizar os progressos, tornar perceptível para o aluno que tem evoluído, que sua escrita esta cada vez melhor. Segundo Camargo (2008) é preciso fazer uma reeducação do grafismo que está ligado três

---

<sup>1</sup> Segundo Cruz (Apud MARTINS 2009, p.38) “Os métodos globais ou analíticos referem-se ao ensino da leitura através da construção activa de significado a partir de uma mensagem escrita”.

aspectos que se revela em desenvolvimento psicomotor que deve trabalhar com a postura e controle corporal, diferenciação de movimento e percepção espacial e temporal; desenvolvimento do grafismo e a peculiaridade do grafismo da própria criança, nesse aspecto deve aprimorar as habilidades referente a escrita como distinção de atividades (desenhos, pinturas e modelagem) e o manuseamento do lápis e papel.

A discalculia requer uma conscientização da importância da matemática na nossa vida, dando exemplos concretos como jogar bola ou jogos de computador, utilização do dinheiro. O professor trabalhar com jogos lúdicos e permitir o acesso a tabuadas e calculadoras na realização das atividades. É preciso segundo Antunes (1994, p.23):

[...] acompanhar com atenção a evolução das funções simbólicas para as funções motoras. Exercícios com atividades sonoras que aprimorem o raciocínio lógico-matemático. Estimular desenhos e facilitar a descoberta das escalas presentes em todas as fotos e desenhos mostrados.

Quando TDAH é diagnosticado por um especialista na área da saúde (neurológico/psiquiatra) o tratamento mais frequente é por meio de remédio conhecido como Ritalina (metilfenidato), na qual, pode acarretar uma serie de prejuízo no desenvolvimento da criança, a Ritalina possui efeitos colaterais como insônia, dores de cabeça e abdominais, perda de apetite e palidez cutânea. Por isso é extremamente importante um diagnóstico coeso, o uso do medicamento deve ser para casos na qual o remédio torna-se indispensável.

Sampaio (2011) propõe que para conseguir segurar a atenção da criança o professor precisa planejar uma aula dinâmica. Segundo ela o docente deve modificar sua forma de ensino para ajudar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Na visão de Sampaio (2011) algumas soluções são de caráter paliativo, como pedir ao aluno diagnosticado com TDAH, sair da sala para fazer uma um favor, auxiliar na distribuição de tarefas em sala de aula, todavia a mesma afirma que o essencial é reduzir o numero de alunos em sala de aula para ter o mínimo de estímulos possível. Além disso, a autora propõe um programa pedagógico específico para a respectiva criança. Percebe-se a partir de então a preponderância do apoio pedagógico e

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme estudos foi possível compreender os distúrbios de aprendizagem presente no cerne escolar, cada um possui características e propriedade específica. Um distúrbio pode acarretar em outro como no caso da criança disléxica pode apresentar também a disortografia, isso não significa que a disortografia apresenta-se somente em disléxico.

A maioria dos distúrbios de aprendizagem elencados na pesquisa é oriunda de uma disfunção no cérebro, o TDHA tem origem genética, todavia ainda não se atinou o gene responsável.

O surpreendente foi constatar que o apoio pedagógico, bem como familiar são instrumentos fundamentais no processo de aprendizagem das crianças com distúrbios de aprendizagem. Elevar a autoestima, oferecer estímulos ao aluno é fundamental para que ele se desenvolva e supere as dificuldades de aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem têm sido uma temática crucial ao se cogitar a realidade escolar, para tanto os estudos e olhar minucioso de educadores, pedagogos e entidades competentes para essa questão seja sempre repensado e avaliado para que haja oferta de um ensino de qualidade. O ato de educar vai além da sala de aula, ela está presente em todo contexto da dimensão humana.

O conhecimento e análise profunda dos distúrbios de aprendizagem deve ser abordado por todos educadores para que estes enriqueçam seu acervo cognitivo e conheçam melhor a dificuldade de seu aluno. Para que tenham um alicerce teórico e prático, capaz promover o processo de ensino aprendizagem.

Portanto, conclui-se que foi alcançado o objetivo proposto, tendo arraigado conhecimento fidedigno para a formação e prática docente. O ato educativo exige uma formação plena, compromisso e amor à profissão.

## 5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, C. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. 11. Ed. São Paulo: Papiros, 1994.
2. BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de Aprendizagem: O que são? Como tratá-las?**/ Nadia A. Bossa. – Porto Alegre: Artmed, 2000.
3. \_\_\_\_\_, Nadia. A, **O Olhar Psicopedagógico nas Dificuldades de Aprendizagem** Disponível em: <<http://www.nadiabossa.com.br/pdf/o-olhar-psicopedagogico-nas-dificuldades-de-aprendizagem.pdf>>. Acesso no dia 16 de setembro de 2014.
4. CAMAÑES Bonet, Trinidad: **Aprendendo com crianças hiperativas: Um desafio educativo/** Trinidad Bonet Camãnes, Yolanda Soriano García, Cristina Solano Méndez; Revisão técnica Irani Tomiatto de Oliveira, Tradução Guilherme Matias Grumício – São Paulo: Aingage Learning, 2008.
5. CAMPOS, D. M. de S. **Psicologia da aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1987.
6. CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro. Alcino **Metodologia Científica**, 5ª edição, São Paulo, Prentice Hall, 2002.
7. CECCON (org.). **A vida na escola e a escola da vida**. 37. Ed. São Paulo, s.ed, 1994.
8. COELHO, Diana Tereso. **Dislexia, Disgrafia, Disortografia e Discalculia**. Disponível em: <<http://www.ciecuminho.org/documentos/ebooks/2307/pdfs/8%20Inf%C3%A2nci>>

[a%20e%20Inclus%C3%A3o/Dislexia.pdf](#) >>. Acesso no dia 16 de setembro de 2014

9. DELDIME, Roger. Vermeulen, Sonia. **O desenvolvimento psicológico da criança**, 2.ed , São Paulo,Edusc,2004.
  
10. DOMINGOS, Glaucia de Ávila, **Dificuldade do processo de Aprendizagem** produzido dia 07/02/2007. Disponível em:  
<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0126.pdf> >. Acesso em: 14 de setembro de 2014.
  
11. FREUD. S. (1905). A sexualidade infantil. IN. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. VII. Rio de janeiro: ESB. IMAGO, 1996.
  
12. GIL, Antonio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ªedição, São Paulo: Atlas, 2010.
  
13. KIRK, Samuel A. GALLAGHER, James J. **Educação da criança Excepcional**; Tradução Marília Zanella Sanvicente. 3ª Ed. São Paulo: Martins fontes, 1996.
  
14. MARTINS, Maria Conceição Pacheco Sampaio. , **Dificuldades de aprendizagem específicas centradas na leitura e práticas eficazes de intervenção**. 22-fev-2010 Disponível em:  
<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10976>>. Acesso dia 16 de setembro de 2014.
  
15. MOOJEN, S. **Dificuldade ou transtornos de aprendizagem?**In: Rubinstein. E. (org), Psicopedagogia:uma pratica, diferentes estilos,São Paulo, s.ed,1999.
  
16. MOREIRA, Paulo Roberto, **Psicologia da Educação**: Interação e Identidade, 2º Ed, São Paulo, FTD, coleção aprender ensinar, 1996.
  
17. OMS (org.). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p.227-283.
  
18. PAIN Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. 4. Ed. Tradução de Ana Maria Netto Machado. Porto alegre: Artes Médicas, 1985.
  
19. PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. Ática. São Paulo: 2000.
  
20. POPPOVIC, Ana Maria. **Pensamento e Linguagem**: programa de aperfeiçoamento para professores de primeira série. São Paulo; Fundação Carlos Chagas, 1980.

21. RATIER, Rodrigo. **Teorias de Aprendizagem**, publicado em NOVA ESCOLA, edição 237, novembro 2010. Título original: Como aprendem nossos alunos. Disponível em:< <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/teorias-aprendizagem-608069.shtml>>. Acesso dia 16 de setembro de 2014.
22. ROHDE, Luis Augusto ET AL. Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.22, dezembro, 2000.
23. SALTINI, Claudio Joao Paulo; **Afetividade e Inteligência**. vol;1 A emoção na educação,2º ed, Rio de Janeiro,DP&A,1998.
24. SAMPAIO, Simaia. **Dificuldade de aprendizagem**: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. 3. Ed. Rio de Janeiro: Wak Ed,2011.
25. SANTOS, J.C.F.dos. **Aprendizagem significativa**: modalidades de aprendizagem e o papel do professor, Porto Alegre: Mediação, 2008.
26. SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar de aprendizagem. Rio de Janeiro, Vozes, 2004.
27. SOUSA, Francisca Maria Alves de Andrade. **Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem**: Uma Perspectiva de interface entre saúde e educação. Disponível em:< <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=339>>. Acesso dia 28 de outubro de 2014.
28. SPRINTHALL, Normam A e SPRINTHALL, Richard. C, **Psicologia Educacional**: Uma abordagem desenvolvimentista, editora MC GRAW-HILL, São Paulo, 1997.

## PEDAGOGIA EMPRESARIAL: UM NOVO CAMPO DE ATUAÇÃO NOVA VENECIA - ES

Elizabeth da Conceição Salvador Oliosi<sup>1</sup>  
 Marcielle Ventorim Martins<sup>2</sup>  
 Teriene Sellia<sup>3</sup>  
 Leonice Barbosa<sup>4</sup>

### RESUMO

O Pedagogo vem se destacando nos últimos anos em função do novo campo de atuação, Pedagogia Empresarial. Diante desse contexto, o presente artigo busca identificar e retrata a verdadeira função do pedagogo dentro de uma empresa. O Pedagogo Empresarial é capaz de solucionar problemas, elaborar projetos que ajudam na produção da empresa, formular hipóteses ao serem alcançadas pelos funcionários, dialogar, treinamento e atitudes que transformam a vida pessoal e profissional. Utilizou-se como metodologia para elaboração deste artigo, pesquisa bibliográfica e fonte secundária para coleta de dados, a fim de através delas obter a resposta ao problema proposto. E por fim identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelo profissional, sendo a negligência de informação do campo de atuação durante o período de graduação, falta de reconhecimento da função dentro da empresa e a desvalorização no mercado de trabalho, e os meios que contribuem para o sucesso pessoal e profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedagogia Empresarial. Funções do Pedagogo. Dificuldades de Atuação.

### ABSTRACT

The Pedagogue has been highlighted in recent years due to the new field of activity: Corporate Education. Given this context, this article seeks to identify and portray the true function of the pedagogue within a company. The Entrepreneurial Educator is able to solve problems; develop projects that assist in the production of the company; formulate hypotheses to be achieved by the employees; dialogue; train and help develop attitudes that transform personal and professional life. How methodology for elaboration of this Article, utilized-if bibliographic researches and secondary sources

<sup>1</sup> Graduada no Curso de Pedagogia pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia - MULTIVIX

<sup>2</sup> Graduada no Curso de Pedagogia pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia - MULTIVIX

<sup>3</sup> Graduada no Curso de Pedagogia pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia - MULTIVIX

<sup>4</sup> Professora orientadora. Graduada em Letras (FICAB); Pós Graduada em Língua Portuguesa e Literatura (FIJ); Mestranda em Ensino de Educação Básica (CEUNES - UFES)

for data collection order to, through them, get the answer of the proposed problem and by order identify the greatest difficulties faced by the professional, they being the neglects of information the field of performance during the period of graduation; the lack of recognition of the role within the company; devaluation in the labor market and the means that contribute to personal and professional success.

**KEYWORDS:** Corporate Education. Functions Educator. Difficulties of Operation.

## 1 INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia nos transmite um conhecimento para atuar em processos educacionais e também pedagógicos, processos relacionados ao ensino aprendizagem. O pedagogo pode atuar em vários âmbitos, desenvolvendo projetos, inclusive no campo empresarial, que é um profissional preparado para desenvolver um trabalho de qualidade e em equipe, conforme o que adquiriu em sua formação.

No mundo contemporâneo, a pedagogia empresarial vem apresentando mudanças significativas, embora, muitos empresários não conheçam verdadeiramente a principal função do pedagogo dentro da empresa. A escolha do tema se deu pelo fato de ser uma nova profissão dentro da área da pedagogia, pouco conhecida e reconhecida profissionalmente. O objetivo dessa pesquisa bibliográfica é proporcionar a familiarização desses profissionais com os empresários. De certa forma, mostrá-lo profissionalmente e apresentar sua real contribuição dentro do campo pedagogia empresarial.

Diante da proposta, foi levantado como problema, qual a contribuição deste pedagogo empresarial. Foi abordado como objetivos gerais, analisar a missão do pedagogo dentro da empresa objetivando o seu desenvolvimento. E os objetivos específicos, conceituar a pedagogia empresarial, identificar a contribuição desse profissional, mostrar suas reais funções e relatar as dificuldades enfrentadas por este profissional pouco reconhecido nacionalmente.

Espera-se que depois de desenvolvido o trabalho, a hipótese levantada esclareça melhor o papel do pedagogo empresarial. Foi um trabalho embasado em pesquisas bibliográficas, classificada como pesquisa exploratória, e fontes para coletas de dados, primárias e secundárias, fontes coletadas em livros, revistas e artigos, ou seja, que já passaram por tratamento científico, que buscará avaliar ideias e dados a respeito do tema proposto, objetivando a familiarização do tema, pedagogia empresarial.

Diante do contexto proposto, o artigo foi desenvolvido para auxiliar nas práticas educativas, destacando seus objetivos e funções de forma geral, para que os profissionais que atuarem na área não fiquem perdidos nas didáticas utilizadas nas empresas.

## 2 PEGAGOGIA: CAMPOS DE ATUAÇÃO

### 2.1 HISTÓRIA DA PEDAGOGIA

A criação do curso de Pedagogia nos anos finais da década de 1930 no Brasil ocorreu em um período conturbado, no interior do Estado Novo.

Naquele momento, as discussões educacionais eram realizadas por vertentes diferentes da intelectualidade ligada à educação. O Curso de Pedagogia nasce articulado à formação do professor, mais precisamente em 1939, e fruto de dissensões no campo educacional.(VIEIRA, 2006)

No início, o Curso de Pedagogia formava bacharéis seguindo o esquema de 3+1, sendo o curso com duração de três anos e, se o formando desejasse se licenciar, seria mais um ano de complementação no Curso de Didática. Os formandos em Pedagogia poderiam atuar em cargos técnicos do Ministério da Educação e os que concluíssem com o Curso de Didática, estariam habilitados ao magistério no ensino secundário e normal.(BRASÍLIA, 2005)

No ano de 1950 começa a interrogar o modelo universitário existente no país. Os principais debates eram a formação do magistério, a necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases para Educação e a uma reforma universitária. No ano de 1961, tendo na presidência da República João Goulart, foi aprovado o Decreto-lei nº 4.024 que definiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em decorrência, o Conselho Federal de Educação determinou “currículos mínimos” para vários cursos, dentre os quais o de Pedagogia. Através desse decreto, o currículo mínimo tinha como principal objetivo criar uma unidade básica de conteúdos, nacionalmente, podendo o aluno durante a licenciatura ser transferido para outra universidade do país. (VIEIRA, 2006)

A Lei da Reforma Universitária nº 5.540 de 1968, facultava a graduação em Pedagogia, à oferta de habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, assim como outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho.(BRASÍLIA, 2005)

A Reforma Universitária de 1968 produziu efeitos distintos no ensino superior brasileiro. De um lado modernizou uma parte significativa das universidades federais e, por outro, abriu condições para o surgimento do ensino privado. Após a Reforma Universitária, no ano seguinte, o Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 252/69 que contém a Resolução nº 2 de 12 de maio 1969, aprovou a regulamentação do curso.

Segundo Vieira (2006):

O Parecer CFE nº 252/69 aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura em Pedagogia e introduziu a proposta da formação dos “especialistas” em administração escolar, inspeção escolar, supervisão pedagógica e orientação educacional ao lado da habilitação para a docência nas disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores.

Portanto, ficou definido para os alunos do Curso de Pedagogia o título de licenciado para qualquer das habilitações escolhidas, e determinou a inclusão da disciplina de Didática obrigatória no curso. Também foi implantado no Curso de Pedagogia o Estágio Supervisionado, correlacionando a teoria e a prática, sendo obrigatório para formação em um curso de Educação.

Diante do processo de desenvolvimento social e econômico do país aumentaram o acesso à escola, houve a necessidade de qualificação docente. O número de alunos



presentes em sala de aula foi aumentando gradativamente, os alunos traziam para dentro da sala de aula visões de mundo e perspectiva de cidadania muito mais variadas, dessa forma, aumentou a necessidade da qualificação do professor para orientar a aprendizagem das crianças.

Por muito tempo quem tinha maior interesse no curso eram professores primários, que tinha pouca ou muita experiência. Mas, a partir do momento que o curso se tornou lugar para formação de docentes das séries iniciais e pré-escola, aumentou a procura de estudantes sem experiência.

Enfatiza-se ainda que grande parte dos cursos de Pedagogia, hoje, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não-escolares. Os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos. (BRASÍLIA, 2005)

Pelo fato de muitos estudantes sem experiência estudarem o curso, fez com que eles enfrentassem severas críticas, a dificuldade do equilíbrio entre formação e exercício profissional. Alguns críticos consideravam que a relação entre a prática teria menor valor que a teoria. Outros críticos, após realizarem pesquisas e reflexões, entendiam que o curso trata do campo técnico-investigativo da educação

Em dezembro de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394, uma série de ações foi implementada na educação básica brasileira. (VIEIRA, 2006)

De acordo com a LDB – Lei nº 9394/96 em função do TÍTULO VI –DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LDBN nº.9394/96).

Art. 64º. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação, a base comum nacional. (LDBN nº9394/96).

A formação do pedagogo começa a ganhar novos caminhos a partir da resolução da LDL/9394/96. As atividades desses profissionais agregam outros campos como os: pedagógicos, administrativos, burocráticos e sociais. O pedagogo é capaz de acompanhar a equipe, coordenar, liderar, criar estratégias que facilitam a

aprendizagem, organizar o trabalho individual e organizacional, definir metodologia para o desenvolvimento interpessoal dentro do ambiente de trabalho.

Logo, diante dessas características marcantes dentro do curso de pedagogia, que sobretudo, forma cidadãos capazes de atuar em vários lados de uma pirâmide, capacitando de forma hábil, prática e objetiva, modelando cada seguimento que tem em seu espaço organizacional.

A pedagogia nesse sentido subdivide-se em: pedagógica e administrativa.

O pedagogo e o docente são termos inter-relacionados, mas conceitualmente distintos. Portanto, reduzir a ação pedagógica à docência é produzir um reducionismo conceitual, um estreitamento do conceito de Pedagogia. A não ser que os defensores da identificação pedagogia-docência entendam o termo Pedagogia como metodologia, isto é, como procedimentos de ensino, prática do ensino, que é o entendimento vulgarizado de Pedagogia. Mas, pensar assim significa desconhecer os conceitos mais elementares da teoria educacional. A Pedagogia é mais ampla que a docência, educação abrange outras instâncias além da sala de aula, profissional da educação é uma expressão mais ampla que profissional da docência, sem pretender com isso diminuir a importância da docência. (LIBÂNEO & PIMENTA, 2002)

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (BRASILIA, 2005):

O curso de Pedagogia oferecerá formação para o exercício integrado e indissociável da docência, da gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Dessa forma, o pedagogo precisa ter habilidades para que em ambos os ambientes use a mesma competência, com estratégias de ensino- aprendizagem diferenciada.

## 2.2 FUNÇÕES DO PEDAGOGO

A Pedagogia como a ciência da educação está direcionada com o tema, conhecimento, que pode ocorrer dentro do ambiente escolar ou fora dele, destacando-se como métodos, o que ensinar, para quem ensinar e como ensinar. Logo, na preocupação de detectar a função do pedagogo, surge a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre o processo de formação continuada de profissionais de pedagogia.

O pedagogo, após sua formação acadêmica, pode aprofundar seus estudos em novos campos de atuação, que dividi-se em : Pedagogia Educacional, Pedagogia Hospitalar e Pedagogia Empresarial.

Segundo Fonseca (2003, p.22):

A pedagogia hospitalar em sua prática pedagógico-educacional diária visa dar continuidade aos estudos das crianças em convalescença com o objetivo de sanar dificuldades de aprendizagem e/ou oportunizar a aquisição de novos conteúdos. Atuando também como um acompanhamento do aluno fora do ambiente escolar, esta se propõe a desenvolver suas necessidades psíquicas e cognitivas utilizando programas lúdicos voltados à infância, entretanto sua ênfase recai em programas sócio-interativos, vinculando-se aos sistemas educacionais

como modalidade de ensino – Educação Especial - ou ao sistema de Saúde como modalidade de atenção integral – Atendimento Pedagógico Educacional Hospitalar.

Com base na Pedagogia Hospitalar observa-se que o pedagogo tem a função de ensinar usando métodos que a criança aprenda, dando continuidade aos conhecimentos já adquiridos, com metodologias diferenciadas para o ambiente específico e de forma lúdica.

Em relação à Pedagogia Empresarial, sua função é qualificar e articular a formação profissional dentro de uma empresa, fazendo com que haja a satisfação pessoal e empresarial.

Segundo Cadinha (apud SILVA, 2009, p. 11)

A pedagogia empresarial enquanto ciência ligada ao desenvolvimento de uma aprendizagem significativa vem contribuir para que as empresas desenvolvam esses seus grandes “diamantes” – o ser humano, em todos os seus aspectos intelectual (conhecimentos e habilidades), social e afetivo (atitudes).(Cadinha 2008, p.30)

Pensando nesta real necessidade, surge o pedagogo, um profissional capaz de analisar cada profissional, individualmente, detectando as reais deficiências e necessidades encontradas no local de trabalho, aprimorando a equipe, de forma que os funcionários sintam-se satisfeitos e, com isso, haja melhoria na produtividade.

Para que esse campo de atuação da pedagogia ganhe espaço é necessário que as empresas mudem o modelo de gestão de RH, modificando os olhares em relação ao desenvolvimento profissional. Logo, o profissional trabalha no campo de recursos humanos, sendo de sua responsabilidade a de analisar, preparar e direcionar os funcionários, gerando produtividade e qualidade.

Segundo Ribeiro (2010, p.10)

Em outras palavras, as ações deste departamento ultrapassam os aspectos instrumentais e tornam-se mais sensíveis à dinâmica das relações entre indivíduo e sociedade; compreendem que o espaço organizacional é, sobretudo, um espaço de valorização da dimensão e da dignidade humana.

Sendo assim, por intermédio da didática, pessoas envolvidas são conduzidas por pontos norteadores: organização de materiais, objetivos, planejamentos, metas e total flexibilidade até a obtenção dos resultados. Dessa forma, o pedagogo ganha novas áreas de atuação, ampliando e construindo outros perfis profissionais para sua carreira, agora, fora dos ambientes escolares, levando capacitação e qualificação aos funcionários de empresas e organizações, de forma diferenciada, de modo que os funcionários se tornem flexíveis, polivalentes, dinâmicos, criativos, capazes de tomar decisões rápidas e decisivas e de qualidade. De acordo com Ribeiro (2010, p.24):

O Pedagogo que atua na empresa precisa ter sensibilidade suficiente para perceber quais estratégias podem ser usadas e em que circunstâncias, para que não se desperdice tempo demais aplicando numerosos métodos e, com isso, percam-se de vista os propósitos, tanto da formação quanto da

própria empresa. Ao planejar um programa de formação/treinamento, a seleção de métodos obedecem ao princípio do desenvolvimento concomitante de competências técnicas e de relacionamento social.

O pedagogo faz uso a todo o momento da motivação, sendo essa uma das melhores estratégias. O profissional quando está entusiasmado com seu ambiente de trabalho, tem a tendência a crescer, o que lhe traz possibilidades de prazer. Sendo assim, como resultado, surge uma maior produção, tanto no trabalho quanto na sua vida pessoal.

Segundo Chiavenato ( apud, NOGUEIRA 2005)

Desenvolver pessoas não é apenas dar-lhes informação para que elas aprendam novos conhecimentos, habilidades e destrezas e se tornem mais eficientes naquilo que fazem. É, sobretudo, dar-lhes a formação básica para que elas aprendam novas atitudes, soluções, ideias, conceitos e que modifiquem seus hábitos e comportamentos e se tornem mais eficazes naquilo que fazem. Formar é muito mais do que simplesmente informar, pois representa um enriquecimento da personalidade humana. (CHIAVENATO, 1999, p. 290).

O pedagogo precisa ter discernimento necessário para atuar e desenvolver suas habilidades e competências, de acordo com a realidade de cada contexto que vai atuar. Sempre tendo sensibilidade para atender aos anseios das empresas. Sendo assim, esse caminho desenvolve o crescimento pessoal e profissional de forma contínua e permanente.

Quando o conhecimento, a habilidade e a atitude são desenvolvidas, as consequências são atribuídas pelo saber, satisfação e o sagrado (satisfação profissional), fazendo com que o profissional e a empresa se destaquem no mercado de trabalho.

Dessa forma, cabe ao profissional, a função de assessorar, coordenar, facilitar e apoiar os projetos aderidos pela empresa

### 2.3 CONCEITO DE PEDAGOGIA EMPRESARIAL

Os empresários embasados nessa nova sociedade do desenvolvimento precisam ver seus empreendimentos como um lugar onde seus funcionários busquem novos conhecimentos e aprendizagens.

Condizente com o que descreve Ribeiro( 2010, p. 11):

Considerando-se a Empresa como essencialmente um espaço educativo, estruturado como uma associação de pessoas em torno de uma atividade com objetivos específicos e, portanto, como um espaço também aprendente, cabe à Pedagogia a busca de estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem/apropriação de informações e conhecimentos.

A educação e a escolarização se relacionam no mesmo paralelo de ensino, portanto, a escola não é o único ambiente onde ocorre o ensino aprendizagem.

Por muito tempo o curso de Pedagogia era destinado apenas às instituições escolares. De acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006.

Art. 4º. O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos.

Diante deste contexto, surge uma nova visão em relação à função do pedagogo, deixando de ser destinada apenas às instituições escolares. o profissional passa a atuar em um novo campo, em organizações não escolares.

Não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece...; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é o seu único praticante. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1985, p.7).

O pedagogo empresarial é um mediador do conhecimento, do processo ensino aprendizagem em todos os campos que ele atua, auxiliando toda a equipe, iniciando o trabalho de mudança a si mesmo, em seguida criando metodologias para intervir na equipe, a fim de melhoria e sucesso da empresa, agindo de forma direta no setor de recursos humanos, como pesquisador, buscando estratégias para trabalhar em grupo, com o objetivo de valorizar e elevar a equipe, trabalhando como gestor, junto com os colaboradores.

Para que a tarefa do pedagogo empresarial seja realizada de acordo com o propósito dos profissionais e empresários é necessário que a empresa colabore com os projetos elaborados pelos profissionais.

De acordo com Ribeiro (2010, p.34)

O trabalho em equipe é uma marca das organizações contemporâneas. Portanto, o desenvolvimento da competência da regulação é indispensável à manutenção da própria equipe. Em outras palavras, em uma equipe, sempre existem alguns elementos que exercem forte influência sobre as decisões ou os comportamentos dos pares; outros passam a impressão de que apenas se submetem às determinações do líder. A regulação, aqui, representa a possibilidade de propor o equilíbrio do grupo a partir da criação de oportunidades de expressão dos membros da equipe, sem o que ela não sobreviverá.

É fundamental o pedagogo empresarial trabalhar de forma coletiva, em que todos possam contribuir para alcançar os objetivos propostos. Ser um líder é mais do que delegar tarefas, é sim, fazer junto, dar opinião, ouvir ideias. Desenvolver pessoas é mais do que aplicar teoria, é colaborar para o sucesso, permitindo que elas busquem as mudanças, desenvolvam todas as suas habilidades. É enriquecer a pessoa humana, e através da educação, humanizar os indivíduos.

Atualmente, o pedagogo empresarial vem abrindo seu espaço, a fim de solucionar problemas, promover trabalhos, visando à melhoria dos serviços na empresa. Logo, assumindo novos cenários na organização da empresa, objetivando de certa forma atingir às exigências da sociedade contemporânea, pois irá direcionar e analisar a empresa e os funcionários para as melhorias objetivadas.

As empresas procuram líderes especialistas para organizar equipes e trabalhar com pessoas em diferentes situações. Uma das finalidades da pedagogia empresarial, é orientar todos os funcionários das organizações empresariais, tanto das áreas administrativa, operacional e gerencial, aumentando a qualidade e a produtividade da empresa.

## 2.4 PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO EMPRESARIAL

O Pedagogo Empresarial não é diferente dos outros profissionais graduados em pedagogia. para exercer sua função é necessário um cronograma, tanto para realização das atividades, quanto a melhor forma para executá-las.

Segundo Ribeiro (2010, p.121):

Cabe destacar que, sobretudo, no âmbito empresarial, não há “o modelo” de projeto, posto que cada organização, de acordo com suas características e vinculações políticas, administrativas e culturais adotará o roteiro que melhor se adapte às suas necessidades.

Portanto, não existe um modelo único de projeto para todas as empresas, cada empresa desenvolve seu próprio projeto, sendo considerada a melhor maneira para desenvolver as atividades, levando em consideração as necessidades de cada funcionário, condições do ambiente de trabalho e os recursos disponíveis.

Partindo-se do pressuposto de que toda ação a ser executada nasce de um projeto previamente elaborado, torna-se necessário um aperfeiçoamento quanto às técnicas e/ou às formas para a sua elaboração de modo que garanta a obtenção de resultados satisfatórios em sua operacionalização. ( RIBEIRO, 2010 p.121)

Para o Pedagogo empresarial realizar suas atividades com sucesso, é necessário que ele seja um líder, capaz de conduzir toda sua equipe para realização das atividades. Não sendo importante que o pedagogo utilize a liderança diretiva, onde apenas ele toma as decisões, mas sim, uma liderança delegada, onde o líder consiga envolver toda a equipe.

Alguns pontos podem ser considerados essenciais para elaboração de um projeto organizacional, de acordo com a realidade de cada instituição.

Para iniciar um trabalho em equipe é fundamental que seja estabelecido o que se pretende fazer e como fazer. Dessa forma, surge a necessidade de identificar os objetivos, a metodologia e os resultados que espera alcançar.

De acordo com Ribeiro ( 2010, p.109)

Quanto à formulação dos objetivos, estes têm a função de materializar os propósitos da atividade, demarcando os padrões a serem atingidos por meio do uso de uma linguagem mais concreta possível, evitando formulações, por demais “etéreas”, idealizadas em demasia ou excessivamente abstratas.

O Pedagogo Empresarial deve apresentar o projeto a todos os envolvidos, não sendo autoritário em utilizar uma linguagem informal à realidade dos colaboradores, mas apresentar de forma clara, onde todos possam entender o que se pretende fazer.

Os objetivos podem ser gerais ou específicos:

**Objetivos Gerais:** Servem como diretriz principal para ação e estabelecem a filosofia orientadora do projeto. São propostos de acordo com as necessidades do planejamento e apontam para os resultados a serem alcançados com a operacionalização da proposta. ( RIBEIRO, 2010 p.125)

É fundamental, identificar o que se pretende atingir nos objetivos gerais, sendo bem específico na sua formulação, pois qualquer falha nesse processo é capaz de prejudicar todo o projeto.

**Objetivos Específicos:** Detalham cada uma das etapas que norteiam os resultados desejados. Precisam estar em perfeita consonância com os objetivos gerais e com o problema diagnosticado. Referem-se, pois, às transformações estabelecidas para uma determinada realidade. Vinculam-se, portanto, a situação e ações com os objetivos gerais, com a situação a ser modificada e com o contexto específico no qual as ações serão desenvolvidas. ( RIBEIRO,2010 p.126)

Precisam ser formulados de acordo com a necessidade e a realidade da equipe. De forma abrangente, não utilizando uma linguagem obscura, mas sim explicar o que se pretende fazer e os meios utilizados.

Todo projeto tem um início, meio e fim. Logo, precisa de atingir metas para que o administrador consiga cobrar de acordo com as metas a serem atingidas durante a construção e elaboração do projeto, junto com toda a equipe.

As metas referem-se aos objetivos específicos do projeto. Representam a quantificação desse objetivo em um tempo e espaço reais/organizacional. Permite, ao quantificarem os objetivos, o estabelecimento de padrões para ação, permitindo a sua mensuração. (RIBEIRO, 2010 p.126)

Os indicadores seria a relação ou o paralelo entre as metas a serem atingidas e os resultados obtidos. Assim, seria mais fácil, analisar um resultado que não foi bem sucedido, ou um projeto caso haja algum tipo de falha. Funciona como um diagnóstico do projeto.

**Indicadores:** Como forma de caracterização dos resultados a serem obtidos e para facilitar os processos de acompanhamento, avaliação e controle, torna-se necessário o pré-estabelecimento do que está sendo avaliado ou observado, de modo que se facilite a objetividade na identificação das relações entre os resultados alcançados e aquilo que foi planejado. Os indicadores estabelecidos estão em estreita relação com as metas e com os objetivos propostos. ( RIBEIRO, 2010p.127)

A parte onde se define as bases do projeto é o conteúdo. É ele que vai definir a complexidade do plano, a profundidade das estratégias e os métodos didáticos a serem utilizados para essa equipe que o Pedagogo Empresarial irá coordenar.

É nessa parte do projeto que se define a clientela que irá atingir na empresa. E suas coordenadas devem ser embasadas, pensando no objetivo a atingir aquela clientela específica.

Conteúdo: Caracteriza-se como os principais temas a serem desenvolvidos pelo projeto. Predomina nos projetos de qualificação e/ou treinamento e refere-se, via de regra, a conhecimentos, habilidades e atitudes. (RIBEIRO, 2010 p.127)

A parte da metodologia é onde o projeto começa a colher as informações para colocar o plano em prática. É na metodologia que define-se as técnicas para coletarem os dados, as fontes necessárias, uma amostragem do projeto, destacando a probabilidade de sucesso ou fracasso, os instrumentos para coleta dos dados e as análises dos dados.

Metodologia: É lugar comum admitir-se que um determinado problema permite, sempre, múltiplas possibilidades de enfoques e, portanto, diferentes métodos de tratamento. Nesse particular, não se pode afirmar que estes ou aqueles métodos são os melhores ou perfeitos. Torna-se adequados os métodos que atendem a necessidade/finalidades e contextos específicos. ( RIBEIRO, 2010 p.128)

Na relação aluno/professor, o mediador do conhecimento deve buscar didáticas e atividades específicas que facilitem a aprendizagem. Muitas vezes, atividades diferenciadas em sala, para que a diferença de cada aluno se torne cada dia menor.

O Pedagogo empresarial não é diferente, as escolhas das atividades devem ser propícias às metas, objetivos e das metodologias indicados no início do projeto. Indica-se auxílio nos recursos humanos para que cada atividade seja adequada ao setor que utilizará dentro da empresa.

Atividades: A escolha das atividades deverá responder às indicações dos objetivos, das metas, dos requisitos e das metodologias indicadas e responder à questão: “Como”se deve fazer para atender às necessidades identificadas pelo diagnóstico?”Em termos das atividades a serem desenvolvidas permite estabelecer/visualizar as relações entre a proposta, a função organizacional a qual se destina a atividade, e a atividade propriamente dita. (RIBEIRO, 2010 p.129)

A definição do fluxo de trabalho tem a finalidade de atender as metas e os objetivos do projeto. O Diagrama do fluxo é indicado como ponto de partida do plano, privilegiando as atividades mais importantes dentro de cada setor.

Fluxo de trabalho: Constitui-se em um roteiro com a finalidade de garantir o atingimento das metas e dos objetivos do projeto. Possibilita uma melhor percepção das inter-relações existentes entre as diferentes etapas e atividades, bem como entre os procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento do projeto. (RIBEIRO, 2010 p.130)



A partir da construção de um Diagrama de fluxo, quando é exigido no projeto, o cronograma é o próximo passo para execução do projeto. É daí por diante que se constrói o cronograma de realizações das atividades.

O cronograma representa a listagem das etapas respectivas, previsões de tempo e execução. Contribui significativamente para as atividades de acompanhamento, avaliação e controle. Convém lembrar qual a mesma unidade de tempo deve ser mantida. ( RIBEIRO.2010 p.130)

Essa parte do projeto, que entra o financeiro, as despesas do projeto e os custos com o pessoal para qualificá-los de acordo a gerarem lucro para a empresa.

Essa previsão de custos inclui os funcionários que irão participar do projeto, isto é, observando sua formação, função e o que irá fazer no projeto. Depois, vem os materiais a serem utilizados para a realização do projeto.

A previsão dos custos é uma das variáveis mais importantes para a tomada de decisão, tendo em vista que explicita os recursos financeiros necessários à dinamização do projeto. A previsão de custos é demonstrativo detalhado de toda a previsão de recursos necessários a execução do projeto, isto é, recursos humanos, materiais e financeiro. (RIBEIRO, 2010 p132)

O organograma é a forma mais clara de entender um projeto, através dele que se tem especificado tudo que vai ser realizado de forma resumida, porém específica. Muitos setores empresariais utilizam desta ferramenta para apresentar um projeto para os colaboradores. “ Fornece informações sobre as relações existentes entre os vários grupos de trabalho envolvidos no projeto. Não é um elemento indispensável ao projeto, porém, auxilia a visualização do projeto.” (RIBEIRO, 2010 p132)

Diante de todos os itens citados, vale ressaltar que cada projeto depende do ramo de segmento e da realidade de cada empresa. nada adianta pegar um projeto impecável e aplicar em várias empresas de segmentos diferentes, os resultados serão diferentes uma das outras. Portanto, é fundamental o pedagogo empresarial criar seu próprio projeto de ação dentro do ambiente de trabalho, de acordo que possa atender as necessidades dos colaboradores e atingir os objetivos propostos.

## 2.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO PROFISSIONAL

As dificuldades vão além de técnicas escolares, que são aprendidas durante o curso de graduação. Muitas vezes o Pedagogo pergunta-se: o que vou fazer em uma empresa? Durante o curso, o foco principal é atuar em instituições escolares, tendo pouco conhecimento sobre esse novo campo de atuação, que irá liderar dentro de uma empresa.

Segundo Ribeiro (2010, p.9):

A Pedagogia Empresarial caracteriza-se como uma das possibilidades de formação/atuação do pedagogo bastante recente, especialmente no contexto brasileiro. Tem seu surgimento vinculado à ideia da necessidade de formação e/ou preparação dos Recursos Humanos nas empresas. Nem sempre, no entanto, as empresas preocuparam-se com o desenvolvimento de seus recursos humanos, entendidos como fator principal do êxito empresarial.

Além das dificuldades enfrentadas pelo profissional de como se executar seu trabalho, há dúvidas que vão além da sala de aula, isto é, como passar essa aprendizagem para as pessoas, na qual são indivíduos pensantes que espera do pedagogo uma estruturação de sua organização do ambiente de trabalho, onde se têm pessoas com diferentes formações e que muitas não acreditam no seu próprio potencial. Fazer de forma, que estimule esse funcionário a aumentar sua produtividade.

Segundo Ribeiro (2010, p.121) afirma que:

No âmbito das ações de treinamento de desenvolvimento de recursos humanos que a efetividade desta ocorre, em grande parte da coerência na elaboração dos projetos. Cabe alertar para um cuidado especial que se deve ter com a linguagem utilizada e com a precisão quanto ao que se pretende alcançar.

Vale ressaltar, que os critérios a serem utilizados têm que ter objetividade, observando no futuro uma nova perspectiva na administração da empresa, visando lucros e produtividades, que atinjam tanto o potencial do profissional tanto do empresário.

Vale lembrar que todos os instrumentos são úteis na medida em que obedeçam aos critérios de objetividade, validade e fidedignidade inerentes a um instrumento cientificamente elaborado. Assim, torna-se possível garantir a articulação entre objetivos, meios e resultados. (RIBEIRO, 2010, p.130)

Muitos empresários não têm o conhecimento do trabalho que pode ser desenvolvido pelo pedagogo dentro da empresa, sendo uma das principais dificuldades enfrentadas pelo profissional. Muitas empresas preferem contratar um psicólogo do que um pedagogo, desacreditam do potencial deste.

Portanto, novas portas se abrem para o Pedagogo Empresarial, isto é, as empresas cada dia que passa, precisa mostrar para seus clientes, eficiência dentro de sua empresa. Logo, precisa de uma equipe organizada e competente, porque a boa impressão é a que fica. Sendo assim, entra o papel do Pedagogo Empresarial, que facilitará na organização do trabalho na empresa.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Hoje, o curso de Pedagogia forma profissionais para atuar nos espaços escolares, dificultando esse profissional para desenvolver sua função em espaços não-escolares.

A Pedagogia Empresarial é um novo tema discutido na atualidade, porque é um novo campo de atuação. O pedagogo é de suma importância dentro de uma empresa, contribuindo no desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários, capaz de organizar a equipe, liderar, criar estratégias e metodologias na execução das atividades, colaborando para alcançar os objetivos e atender as expectativas dos empresários.

Com base na hipótese levantada, observa-se que são inúmeras as dificuldades encontradas, como: negligência de informações no campo de atuação do profissional, durante a graduação, falta de oportunidade e reconhecimento do profissional no mercado de trabalho, mas podem ser abatidas a partir do reconhecimento profissional.

Portanto, o desenvolvimento deste tema para os alunos de Pedagogia é de suma importância, em relação à abrangência do campo de atuação. Deixando de ser, especificamente apenas professor de educação infantil, sendo o que muitos pensam em relação ao curso. O curso de Pedagogia forma profissional para trabalhar em diversos ambientes, tendo como foco principal a aprendizagem. E o Pedagogo Empresarial pode contribuir, e muito, para o desenvolvimento de uma empresa, basta apenas o reconhecimento da sua função.

#### 4 REFERÊNCIAS

1. BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985
2. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.
3. BRASIL. (1996). Lei nº. 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
4. BRASÍLIA, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Parecer CNE/CP Nº 5/2005: Processo nº 23001.000188/2005-02. Aprovado em 13/12/2005. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf). Acesso em: 29 set. 2014.
5. FONSECA, Eneida Simões. Atendimento Ambiente Hospitalar. 1.ed. São Paulo: Memnom, 2003.
6. LIBÂNEO, José Carlos. **“Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia”** IN: PIMENTA, S. G. (Org) **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.
7. NOGUEIRA, Rodrigo dos Santos. A importância do pedagogo na empresa. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/pemp03.htm>>. Acesso em: 30 set. de 2014.
8. RIBEIRO, Amélia Escotto da Amaral. **Pedagogia Empresarial: Atuação do Pedagogo na Empresa**. 6ª Ed. Rio de Janeiro::RJ, 2010.
9. SILVA, Natasha Hermida Pereira Castro da. **Pedagogia empresarial: uma nova perspectiva de trabalho**. Disponível em: <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/NHPCS.2009.pdf>> Acesso em: 29 set. de 2014.
10. VIEIRA, Suzane da Rocha. A Trajetória do Curso de Pedagogia- de 1939 a 2006. Unioeste- Cascavel-PR, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2013.pdf>. Acesso em: 30 set. de 2014.

## A INDISCIPLINA E SUA REPERCUSSÃO CONTRAPRODUCENTE NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

ALINE FRAIS LEBEN SIQUEIRA<sup>1</sup>  
 BIANCA EVALDO FERRARI<sup>2</sup>  
 DIOMARA PEREIRA NASCIMENTO<sup>3</sup>  
 JOSIANE DIAS GOMES<sup>4</sup>  
 LEONICE BARBOSA<sup>5</sup>

### RESUMO

O tema “a indisciplina e sua repercussão contraproducente no processo ensino aprendizagem”, abrangerá um estudo sistêmico da indisciplina no contexto escolar. A pesquisa advém de uma metodologia unicamente bibliográfica, para verificar as mais diversas conceituações, causas e meios para coibir. A indisciplina exalta uma conceituação complexa, sendo na teoria alvo de estudo para vários estudiosos e na prática um “problema” educacional relevante, vivenciado no dia-a-dia por gestores e docentes. Percebe-se o número elevado de discentes com comportamento impróprio na sala de aula e na escola, desfavorecendo o aprendizado contínuo e o bom desenvolvimento da turma. Desta maneira observa-se que a indisciplina possibilita a manifestação de outros problemas, como o bullying, a evasão escolar e a violência. Diante do exposto, a pesquisa apresentada visa demarcar as dificuldades encontradas em lidar com a indisciplina, bem como os aspectos que regulamentam o tema, tendo como referência o Regimento Comum das Escolas de Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, obtendo maior esclarecimento sobre os atos disciplinares e caracterizando-os conforme a gravidade, as aplicabilidades das punições serão de grau leve com advertência verbal; grave com suspensão temporária e infracional com “transferência compulsória para outra unidade de ensino, quando viável, de acordo com as decisões do conselho escolar” (ES, 2010). Por conseguinte, não existe um método para solucionar definitivamente a indisciplina, mas há meios para que se possam amenizar as causas, uma das maneiras de prevenir a indisciplina continua sendo o diálogo permanente com os envolvidos e a apresentação dos malefícios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comportamento. Violência. Sociedade. Regras. Bullying.

### ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Multivix- Campus Nova Venécia/ES

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Multivix- Campus Nova Venécia/ES

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Multivix- Campus Nova Venécia/ES

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Multivix- Campus Nova Venécia/ES

<sup>5</sup> Professora orientadora. Graduada em Letras (FICAB); Pós Graduada em Língua Portuguesa e Literatura (FIJ); Mestranda em Ensino de Educação Básica (CEUNES - UFES)  
 Email:leonlarb@hotmail.com

The theme "indiscipline and its counterproductive impact on the learning process," will embrace a systemic study of indiscipline in the school context. The research only comes from a bibliographic methodology to verify the various concepts, causes and means to restrain it. Indiscipline exalts a complex concept, being the subject of study of many scholars in theory and in the practice a relevant educational "problem", experienced in daily basis by principals and teachers. It is noticed that a high number of students with inappropriate behavior in the classroom and school, disadvantaging the continuous learning and proper development of the class. Thus, it is noted that indiscipline enables the manifestation of other problems, such as bullying, school dropout and violence. In face of this, the research presented aims to demarcate the difficulties encountered in dealing with indiscipline, as well as aspects that regulate the subject, with reference to the Rules of the Common Schools State Schools in the State of Espírito Santo, getting greater insight into indisciplinary acts and characterize them according to severity, the applicability of penalties will be mild with verbal warning; serious with temporary suspension and infracional with "compulsory transfer to another teaching unit, when viable, in accordance with the decisions of the school board" (ES, 2010). Therefore, there is no method to solve indiscipline permanently, but there are ways that they may alleviate the causes, one of the ways to prevent indiscipline remains ongoing dialogue with all those involved and the presentation of the bad consequences.

**KEYWORDS:** Behavior. Violence. Society. Rules. Bullying.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema em evidência "indisciplina e sua repercussão contraproducente no processo ensino aprendizagem" delimitar-se-á a identificar as dificuldades encontradas em lidar com a indisciplina no processo ensino aprendizagem, bem como os aspectos que regulamentam o tema, o estudo do mesmo é de suma importância, pois apresenta uma necessidade notória de desenvolver uma melhor compreensão e análise das práticas adotadas em sala de aula, referentes à indisciplina, abordando as dificuldades da escola em lidar com os alunos indisciplinados. Desse modo é relevante o conceito de indisciplina. Um aluno indisciplinado é em princípio alguém que possui um comportamento impróprio em relação a uma norma, prejudicando a si mesmo e outros discentes. O conceito de indisciplina é extenso, dessa forma, esta pesquisa visa analisar e demonstrar as dificuldades encontradas por gestores em lidar com o aluno indisciplinado.

Atualmente a indisciplina é um dos maiores problemas encontrados na sociedade, podendo ser facilmente observada em diversos locais e ambientes aonde o indivíduo não obedece as regras dificultando a convivência e trazendo grandes desafios e inúmeros problemas. Para que exista uma boa convivência é necessário definir limites a todos os indivíduos. Estes limites são fundamentais para a organização dos seres e do ambiente, quando estes limites não são respeitados, acontece a indisciplina a qual podemos entender como ato ou procedimento contrário a disciplina.

Esta pesquisa tem os objetivos de identificar no ambiente escolar as dificuldades em lidar com alunos indisciplinados no processo ensino aprendizagem. Identificar os conceitos relativos à indisciplina; Verificar como deve ser a relação família, escola e

aluno indisciplinado no processo ensino aprendizagem; Investigar quais são as dificuldades das equipes gestoras em relação ao discente indisciplinado; Levantar os procedimentos legais que podem ser adotados pela escola no sentido de conter os atos de indisciplina.

Assim como em vários ambientes sociais a escola apresenta um alto índice de indisciplina sendo um grande obstáculo para o processo de ensino aprendizagem. O comportamento impróprio dos alunos em relação as normas traz inúmeros prejuízos para todo o processo educacional sendo mais comumente observados em ambientes como as salas de aula onde alunos indisciplinados dificultam a sua aprendizagem e dos demais colegas comprometendo assim o desempenho da turma e trazendo ao professor desânimo em relação ao seu trabalho. A indisciplina escolar é gerada por inúmeros fatores aparecendo nas mais diversas escolas tanto particulares quanto públicas, instituições com grandes e poucos recursos. É necessário entender que a disciplina importante, é a que facilita o aprendizado e nunca a que limita os alunos. A disciplina que facilita é aquela em que o comportamento dos alunos propicia o professor trabalhar sua aula de forma a gerar maior aproveitamento dos conteúdos sem interrupções desnecessárias, sem desordem para que assim todos absorvam no máximo o conhecimento transmitido. Importante frisar que intervenções dos alunos são sempre importantes, e que a participação dos alunos de modo organizado nas aulas são fundamentais para o sucesso dos mesmos.

A aplicabilidade da metodologia nesta pesquisa resumiu-se em classificá-la como: pesquisa exploratória, para melhor entendimento, técnicas para coleta de dados com objetivo de levantamento bibliográfico, conhecer e analisar informações obtidas nos livros podendo assim ser feitas interpretações sobre esse conjunto de dados coletados. A pesquisa sobre indisciplina abordará ainda dados de fontes secundárias. Com o levantamento das legislações que envolvem o tema e referências bibliográficas.

Sendo assim essa pesquisa procura entender as causas mais frequentes de indisciplina escolar.

## **2 A INDISCIPLINA COMO PRINCIPAL COMPONENTE DE DISCUSSÃO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE**

### **2.1 A INDISCIPLINA E SUA REPERCUSSÃO CONTRAPRODUCENTE NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**

Há tempos a problemática indisciplina vem adotando novas e preocupantes dimensões. Os debates sobre esse tema já transpôs os limites da sala de aula para alcançar a imprensa comum, como: jornais, revistas e internet, onde cada vez mais enfatizam a indisciplina como um problema que atinge várias escolas e classes sociais.

As emblemáticas dificuldades sobre indisciplina encontradas na sala de aula e na escola são diversas, o que leva o docente e equipe pedagógica a desacreditar muitas das vezes no seu potencial e no potencial dos seus alunos. É constante no cotidiano escolar deparar-se com atos indisciplinados, onde cada vez mais o processo ensino aprendizagem fica prejudicado.

Daí a necessidade de um estudo detalhado sobre indisciplina, mesmo compreendendo à acentuada ausência de pesquisas que contribuem ao aprimoramento do estudo.

Para Garcia (1999, p. 102)

O conceito de indisciplina apresenta uma complexidade que precisa ser considerada. Um entendimento suficientemente amplo do conceito de indisciplina escolar precisa integrar diversos aspectos. É preciso, por exemplo, superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental. Ainda, é necessário pensá-la em consonância com o momento histórico desta virada de século. A noção de indisciplina será considerada através de três de seus principais planos de expressão na escola. De um lado, é possível situá-la no contexto das condutas dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, seja dentro ou fora da sala de aula. Em complemento, deve-se considerar a indisciplina sob a dimensão dos processos de socialização e relacionamentos que os alunos exercem na escola, na relação com seus pares e com os profissionais da educação, no contexto do espaço escolar - com suas atividades pedagógicas, patrimônio, ambiente, etc. Finalmente, é preciso pensar a indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Sob esta perspectiva, define-se indisciplina como a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola (que supostamente refletem o pensamento da comunidade escolar) em termos de comportamento, atitudes, socialização, relacionamentos e desenvolvimento cognitivo, e aquilo que demonstram os estudantes.

Perante os fatos, observa-se a imensidade de fatores que podem levar aos atos disciplinares, que por sinal não afetam somente a formação social, mas também os conhecimentos formais obtidos na escola. O processo ensino aprendizagem nesse caso fica prejudicado, pois o aluno não tem estímulo suficiente para aprender, mal sabe lidar com seus atos.

Por conseguinte, conceituam a indisciplina Silva e Lopes (2013, p. 03),

O conceito de indisciplina é variável, e está sujeito a várias interpretações. Um aluno ou professor indisciplinado é em princípio alguém que possui um comportamento diferente em relação a uma norma explícita ou implícita sancionada em termos escolares e sociais.

As variantes sobre a indisciplina surgem de diversas formas sendo na sociedade, na escola e na família, onde cada membro nas suas atribuições sofrem as consequências de lidar com discentes indisciplinados a todo o momento, muitas vezes se culpando quando não conseguem exercer a função de educar e ensinar.

Segundo Aquino (1996, p. 84)

O próprio conceito de indisciplina, como toda criação cultural, não é estático, uniforme, nem tampouco universal. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade: nas diversas classes sociais, nas diferentes instituições e até mesmo dentro de uma mesma camada social ou organismo.

Diante dessa sociedade heterogênea, com diversas classes sociais e culturas, a escola deve abrir espaço para que todo seu público sintam-se bem, para que construam um conhecimento de qualidade. Porém, com essas diferenças encontram-se os alunos indisciplinados, que por ventura são a maioria no ambiente escolar, onde procuram chamar a atenção da equipe gestora, provocando e estimulando atos indisciplinados.

Segundo Dayan (2012, p. 18) o conceito de indisciplina é definido da seguinte forma:

O conceito de indisciplina é definido em relação ao conceito de disciplina, que na linguagem corrente significa regra de conduta comum a uma coletividade para manter a boa ordem, e por extensão, a obediência à regra. Assim, o conceito de disciplina está relacionado com a existência de regras; e o de indisciplina, com a desobediência a essas regras.

Nesse caso, não se pode falar de indisciplina, sem mencionar a disciplina, uma reflete na outra, onde se observa a necessidade da existência de regras, para que de alguma forma solucionem os problemas. Sabe-se então que a indisciplina manifesta-se de diversos modos, por exemplo, não fazer as tarefas, ficar em pé frequentemente, interromper o docente com conversas paralelas, entre outros, por esses motivos a equipe gestora tem que se manter atualizada para reconhecer as medidas cabíveis ao lidar com a indisciplina.

Para Belém (2008, p. 14)

A forma mais difundida no senso comum de entender a indisciplina compreende muitas vezes: revolta, descumprimento das normas estabelecidas, sendo de responsabilidade de **um** sujeito, na maioria das vezes o adolescente. É importante deixar claro que não se afirma aqui que toda indisciplina é atribuída ao aluno, muitas vezes, o professor é responsabilizado, assim como a direção da escola, mas poucas vezes, o campo interativo é analisado como causa de comportamentos indisciplinados.

Desta forma é relevante descrever que o senso comum impregnado na sociedade escolar “rotula” o discente, a fim de defini-lo pelos seus atos indisciplinados, onde é possível observar as falhas dos mesmos quando o assunto é disciplina, podendo essas falhas ser também da equipe gestora quanto a aplicabilidade de regras, que na maioria das vezes são “frouxas” ou inexistentes.

A princípio a indisciplina ocorre com pequenos atos, como: desatenção e implicâncias, onde as regras deveriam ser impostas de forma intensa para que não ocorra novamente, e assim fazer uso do regimento escolar para aclarar sobre as regras que deverão ser tomadas.

A indisciplina não deve ser tratada somente como algo que só incumbem-se aos discentes, de acordo com Belém (2008, p. 21-22)

Configurar a indisciplina como provocada pelo outro, seja um aluno que se movimenta em sala de aula ou não respeite o pedido de silêncio do professor, seja um docente que chega atrasado ou atende o celular em sala, ou ainda, uma escola que não oferece uma sala de aula adequada;



não tocará no cerne da questão, que é considerar a indisciplina escolar não como algo em si, mas como produto de interação.

Trabalhar a indisciplina no ambiente escolar de forma abrangente é uma questão ainda em construção, onde na maioria das vezes trabalham-se primeiramente com os alunos envolvidos e posteriormente com a equipe escolar, onde deveriam trabalhar a indisciplina coletivamente para que obtivessem resultados apropriados de ambas as partes. Mesmo assim, atos indisciplinados é mais propenso entre alunos, segundo Carvalho (2007, p. 4)

A indisciplina é um fenômeno fundamentalmente coletivo e caracteristicamente escolar. Quantas vezes vemos um aluno que, individualmente, é cordato, transformar-se num bagunceiro quando se junta a determinado grupo ou classe?

Findando o conceito de indisciplina, o mesmo gera muitas controvérsias onde se percebe que com os atos indisciplinados dos discentes, a escola adota para si uma postura que deveria ser dos pais, que é educar nas variadas dimensões, sendo “forçada” a conviver com discentes indisciplinados a todo o momento.

### **2.1.1 POSSÍVEIS CAUSAS DA INDISCIPLINA NA CONTEMPORANEIDADE**

Avançando, delimitam-se então as causas da indisciplina, compreendendo que não há uma causa singular, necessitando assim de um aprofundamento para que o mesmo seja esclarecido, desta forma pode-se dizer que é muito comum a indisciplina em qualquer área, principalmente no ambiente escolar, onde a convivência com distintas culturas é maior, e a partir daí surge a multiplicidade de causas e atos indisciplinados.

A indisciplina escolar tem evoluído constantemente, não é a mesma indisciplina que décadas atrás, que se resolvia com métodos tradicionais, as atuais manifestações indisciplinadas são desafiadoras.

Para Castro (2010, p. 3)

As manifestações de indisciplina, nas suas formas mais elementares, tornaram-se uma rotina para qualquer professor. Existem dois níveis de exemplos de casos de indisciplina nas aulas: os mais frequentes e os excepcionais. Entre os mais frequentes estão: a apatia do grupo, o cochicho, a troca de mensagens e de papelinhos, intervalos cada vez maiores, o exibicionismo, as perguntas feitas de forma a colocar em causa o professor ou a desvalorizar o conteúdo das aulas, discussões frequentes entre grupos de alunos, de modo a provocarem uma agitação geral, comentários despropositados, silêncios ostensivos, além de entradas e saídas “justificadas”. Os exemplos excepcionais de indisciplina são agressão a colegas ou a professores, roubos, provocações sexuais, racistas etc.

Segundo Garcia (1999, p. 104),

A indisciplina escolar não apresenta uma causa única, ou mesmo principal. Eventos de indisciplina, mesmo envolvendo um sujeito único, costumam ter origem em um conjunto de causas diversas, e muito comumente reflete uma combinação complexa de causas. Esta complexidade é parte do perfil da

indisciplina e deve ser considerada, se desejamos compreendê-la e estabelecer soluções efetivas.

Desta forma observa-se que além do desmedido e complexo conceito de indisciplina, as causas também são fatores preocupantes, pois abrangem um contexto sociocultural familiar onde a escola faz uma insuficiente interferência, porquanto não é toda família que aceita ajuda, quando se refere a um discente indisciplinado.

A disseminação da indisciplina no ambiente escolar, não se dá somente pelo fato de existirem várias culturas e classes sociais, mas sim pela ausência de autoridade dos pais e professores. A permissividade dos pais faz com que os discentes sintam-se no direito de desafiar a equipe gestora no âmbito educacional, testando a autoridade dos mesmos e concretizando o não aprendizado e absoluta ausência de respeito.

Para Mendes, (2008, p. 6)

A indisciplina pode ser vista como um dos obstáculos para a efetivação da aprendizagem, por isso o trabalho com os processos por ela construído torna-se inoperante. A escola vivência no seu cotidiano a indisciplina com certa frequência e começa a perceber que ela comunica algo relacionado à prática pedagógica. O pressuposto que a prática pedagógica é um instrumento fundamental para a prevenção e o trabalho efetivo com a indisciplina escolar, considera a importância da flexibilidade, aceitabilidade, adaptabilidade e recursos múltiplos desta prática como “arma” a favor de uma boa aprendizagem e uma conseqüente abertura visionária das causas da indisciplina.

Os altos índices negativos como evasão escolar, fracasso, desinteresse, entre outros, são advindos da indisciplina, por isso a necessidade de se trabalhar o tema com interdisciplinaridade, em um contexto pedagógico eficiente, para que dessa forma possa alcançar um aprendizado apropriado.

Segundo a autora Dayan (2012, p. 55) a indisciplina pode ter causas externas e internas à escola, diante isso expõe:

As causas externas podem ser vistas na relativa influência dos meios de comunicação, na violência social e também no ambiente familiar. O divórcio, a droga, o desemprego, a pobreza, a moradia inadequada, a ausência de valores, a anomia familiar, a desistência por parte alguns pais de educar seus filhos, a permissividade sem limites, a violência doméstica e a agressividade de alguns pais com os professores podem estar na raiz do problema. As causas internas podem ser vistas no ambiente escolar e nas condições de ensino aprendizagem, na relação professor/aluno, no perfil dos alunos e na capacidade que eles têm de se adaptar aos esquemas da escola. A falta de motivação no aluno, a ausência de regras que permitam uma distribuição equitativa da comunicação, a regras que permitam uma distribuição equitativa da comunicação, a falta de consideração com os ritmos biológicos das crianças e a falta de autoridade do professor são, todas elas, causas de indisciplina.

São inúmeros os elementos que contribuem para que ocorra a indisciplina, isso faz com que a equipe pedagógica e família fiquem atentas, para que assim busquem atividades diferenciadas e formativas, para que possam chamar a atenção do

discente. De forma universal, a indisciplina pode ser esclarecida por pretextos sociofamiliares, problemas cognitivos e fatores situacionais.

### 2.1.2 BULLYING NO CONTEXTO INDISCIPLINAR

Vários autores conceituam indisciplina de uma forma diferenciada, e isso não é diferente no cotidiano escolar, cada um a define de uma forma, porém disciplina na escola pode constituir casos muito diferentes, mas indisciplina é sucessivamente comportamento inadequado. Há tempos a indisciplina vem acrescentando uma carga negativa para o desenvolvimento escolar, e trazendo consigo outros emblemáticos problemas que dificultam o aprendizado e o clima harmonioso que deveria ter na escola, dentre os problemas advindos da indisciplina está o bullying, fator que está em evidência no ambiente escolar e na mídia. Diante o exposto é proeminente descrevê-lo.

Para Carvalho (2007, p. 01)

O termo "bullying" compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre estudantes e o desequilíbrio de poder são as características essenciais que tornam possível a intimidação da vítima. Por não existir uma palavra na língua portuguesa capaz de expressar todas as situações de "bullying" possíveis, usamos o termo em inglês. Algumas ações que costumam estar presentes nessas práticas: colocar apelidos, ofender, humilhar, discriminar, excluir, intimidar, perseguir, assediar, amedrontar, agredir, bater, roubar ou quebrar pertences, entre outras formas.

Embora o termo bullying seja "novo", a existência do mesmo há décadas está inserida no ambiente escolar, desfavorecendo imensamente o processo ensino aprendizagem, e a relação social, porém, só recentemente o termo está em evidência absoluta, tanto nacional como internacional, isso devido números elevados de crianças e adolescentes depressivos, e em casos mais graves suicidas.

O bullying assim como a indisciplina gera muita discussão, dessa forma vários autores conceituam de uma forma, nessa linha de raciocínio os autores Lisboa, Braga e Ebert (2009, p. 2) fazem o seguinte esclarecimento sobre o bullying,

[...] Não possui tradução literal para o português. Bully é o termo, em inglês, para "valentão" e bullying pode ser traduzido por "intimidação", o que reduz a complexidade do fenômeno a uma das suas múltiplas formas de manifestação, ou seja, a um comportamento de ameaças e intimidações.

Diante o exposto o bullying pode ser classificado de duas formas: direto e indireto, conforme Neto (2005, p. 3)

O bullying é classificado como direto, quando as vítimas são atacadas diretamente, ou indireto, quando estão ausentes. São considerados bullying direto os apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que geram mal estar aos alvos. São atos utilizados com uma frequência quatro vezes maior entre os meninos. O bullying

indireto compreende atitudes de indiferença, isolamento, difamação e negação aos desejos, sendo mais adotados pelas meninas. [...] Fatores econômicos, sociais e culturais, aspectos inatos de temperamento e influências familiares, de amigos, da escola e da comunidade, constituem riscos para a manifestação do bullying e causam impacto na saúde e desenvolvimento de crianças e adolescente.

Infelizmente não há uma causa exclusiva para que ocorra o bullying, o “aluno” que o comete age de diversas maneiras, não apresentando uma faixa etária específica para que cometa o ato, basta ele querer. Para Neto (2005, p.4) “o autor de bullying é tipicamente popular; tende a envolver-se em uma variedade de comportamentos antissociais; pode mostrar-se agressivo inclusive com os adultos”, assim o autor do bullying certamente tem uma vida desregrada de normas, e muitas vezes um convívio familiar desestruturado o que para ele facilita que faça sempre o mesmo ato, mas é importante salientar que nem todos os agressores são de família desestruturada e sim de uma família com pouca afetividade. O bullying envolve uma questão social, física e econômica podendo ocorrer fora da escola também, porém, os índices maiores são dentro da escola por haver multiplicidade de culturas em um mesmo ambiente.

Os casos de indisciplina e bullying não devem ser tratados da mesma maneira de acordo com Tognetta (2005, p. 2)

Tratar de bullying é abrir uma oportunidade de considerar um fenômeno muitas vezes escondido, porque infelizmente, os casos de bullying na maioria das escolas, não são tratados do ponto de vista psicológico e do ponto de vista da sua especificidade; eles são tratados como indisciplina, incivilidade, como a quebra de uma norma ou regra pública que é da escola.

É evidente no cotidiano escolar os casos de bullying e indisciplina, onde se percebe a dificuldade da equipe gestora em lidar com ambos os casos, sendo que cada um acarreta uma punição diferente e deve ser tratada individualmente, porém com a ausência de leis que regulamenta o bullying, na maioria das vezes a escola o caracteriza por indisciplina.

A ausência ou pouca lei que abrange o termo bullying, não faz com que o termo seja pouco discutido ou estudado por vários segmentos. Desta forma os autores Vila e Diogo (2009, p. 3), classifica o bullying de cinco formas, sendo elas:

Físico Recurso à Violência Física; -Verbal Recurso à Violência Verbal; - Relacional/Racial Exclusão de Grupos Sociais / Comportamentos Racistas; - Sexual Utilização de comentários sexuais e até mesmo contactos sexuais; -- Cyberbullying– Difamação com recurso às novas tecnologias (MSN, HI5, MYSPACE...)

Nota-se que com tantas definições e classificações, o termo bullying tem se tornado um problema amplo e complexo para a equipe gestora, e está além do cotidiano escolar, expandindo-se para a tecnologia onde a maioria dos discentes fazem uso e cometem o chamado cyberbullying ou bullying virtual, atualmente através do facebook, instagram, e-mails, whatsapp, twiter e etc, neste caso dificultando punição para agressor e uma possível ajuda para as vítimas.

Após estudos e observações Souza e Almeida (2011, p. 6-7) os envolvidos na prática do bullying são:

**Vítima típica:** é aquela que serve de “bode expiatório” para um indivíduo (ou grupo de indivíduos); geralmente pouco sociável, sofre repetidas agressões sem dispor de recursos, status ou habilidades de reação para fazer cessar tais agressões.

**Vítima provocadora:** é aquela que provoca e atrai reações agressivas sem conseguir lidar com as consequências; pode ser hiperativa, inquieta, dispersiva e ofensora; é de modo geral tola, de costumes irritantes e quase sempre responsável por causar tensões no ambiente em que se encontra.

**Vítima agressora:** é aquela que reproduz os maus-tratos sofridos; tendo passado situações de sofrimento na escola, tende a agredir indivíduos mais frágeis do que ela, transferindo os maus-tratos sofridos, perpetuando a violência e expandindo o número de vítimas.

**Agressor:** é aquele que vitimiza os mais frágeis; costuma manifestar pouca empatia, bem como necessidade de dominar e subjugar os outros; manifesta necessidade de conseguir a custo de ameaças o que se propõe; tende a ser impulsivo e ter baixa resistência a frustração.

**Espectador:** é o aluno que presencia o bullying, porém não o sofre nem o pratica. Representa a grande maioria dos alunos que convive com o problema e adota a lei do silêncio.

Diante o exposto observa-se que existem vários envolvidos na prática do bullying, cada um com uma definição, que se torna cada vez mais evidente e constrangedor no cotidiano escolar. Deste modo o bullying vitimiza não só os envolvidos nesse processo, mas sim toda equipe gestora que atua na escola, fazendo com que a equipe se sinta despreparada em lidar com o agressor. É relevante citar que todos os envolvidos sofrerão de alguma forma as consequências, por isso o acompanhamento, diálogo, esclarecimento de leis (mesmo que superficiais) que regulamentam o tema é de suma importância.

### 2.1.3 O DESAFIO CONTEMPORÂNEO DA INDISCIPLINA E DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Muitas são as causas de indisciplina existentes no ambiente escolar, que sem imprecisões favorecem para o ato de violência, provocando desordem, tumulto e um ensino aprendizagem desqualificado. Por isso há necessidade de um estudo amplo sobre os conceitos a cerca da violência escolar que assola crianças e adolescentes. Segundo os autores Abramovay e Werthein (2008, p. 01) “faltam políticas públicas claras, programas em execução que enfrentem decididamente o cotidiano de violência nas escolas”. Essa falta de política pública prejudica imensamente a escola, quando se refere a punição de alunos demasiadamente violentos.

Os temas indisciplina e violência escolar são polêmicos, por se disseminar em um ambiente nada propício, ou seja, na escola, onde deveria ser um local de aprendizado e socialização.

Segundo os autores Marriel, Avanci e Oliveira (2006, p. 2) declaram que a escola é:

Um lugar privilegiado para refletir sobre as questões que envolvem crianças e jovens, pais e filhos, educadores e educandos, bem como as relações que se dão na sociedade. É também nesse universo onde a socialização, a promoção da cidadania, a formação de atitudes, opiniões e o desenvolvimento pessoal podem ser incrementados ou prejudicados. [...] É reconhecido e noticiado pela mídia que a escola, de modo concomitante e paradoxal, além de se instituir como instância de aprendizagem de conhecimento e de valores, bem como de exercício da ética e da razão,

tem-se configurado como um espaço de proliferação de violências, incluindo, brigas, invasões, depredações e até mortes. É um espaço em que os alunos, em plena fase de desenvolvimento, constroem e elaboram experiências de violência.

Atualmente a escola tem encontrado grande dificuldade em lidar com os atos violentos, isso porque a escola não está preparada para este fim, e sim para o aprendizado contínuo, proveitoso, multidisciplinar crítico, entre outros, por esse motivo muitos atos violentos erroneamente são tidos como indisciplinar, e assim prejudicando o bom desenvolvimento pedagógico da escola. A violência sempre está ligada com as atitudes dos alunos que mantém um comportamento inadequado, porém são distintos ao significado.

O autor Carvalho (2007, p. 2) explana que:

VIOLÊNCIA fere o Código Penal (por exemplo: porte de armas, uso de drogas etc.); já atos de INDISCIPLINA dizem respeito apenas ao âmbito escolar, fere o regimento escolar, os acordos (nem sempre bem explicitados) para o bom funcionamento do trabalho pedagógico ou as regras de boa convivência e civilidade.

Diante de uma sociedade moderna, com tantas diferenças, personalidades e ideias, a escola deve estar pronta para receber cada indivíduo e manter a harmonia do ambiente escolar, as propostas pedagógicas devem estar de acordo com a realidade de cada aluno, mantendo sua subjetividade, transformando os conflitos e a própria indisciplina em práticas individuais que visem a relação de toda comunidade escolar. Abramovay (2005, p. 3 - 4)

A violência é um fenômeno que vem tendo destaque cada vez maior no mundo contemporâneo, sendo cotidianamente discutido, o que leva à necessidade de se analisar o contexto em que ele se inscreve. É necessário, principalmente, discutir as práticas individuais e coletivas nas quais este fenômeno tem lugar e o conjunto de normas de convivência instituídas que lhe são subjacentes, uma vez que a violência é ressignificada segundo tempos, lugares, relações e percepções, e não se dá somente em atos e práticas materiais. [...] Cada vez mais, tem se constatado que as escolas – espaços propícios aos processos de socialização e integração social – vêm tendo que administrar os conflitos gerados por diferentes formas de violência. Nas escolas, identifica-se que os episódios violentos que ocorrem não se restringem aos crimes e delitos previstos no Código Penal, mas abrangem dimensões do cotidiano e dos relacionamentos sociais entre alunos, professores, diretores, pais e demais adultos que participam da comunidade escolar.

Mesmo com tantos estudos sobre o tema violência escolar, e destaque na mídia nacional e internacional, a prática do mesmo não diminui e sim têm aumentado continuamente no ambiente escolar, alarmando a equipe gestora, pais e comunidade em geral. Para isso Souza (2007, p. 2) declara que além de política pública ineficaz, também se percebe outros fatores

Ao lado da violência e da indisciplina praticadas por alunos, também se percebe [...] escolas em péssimo estado físico de conservação, adversas condições sociais e econômicas da comunidade infanto-juvenil, pouca participação das famílias no controle da qualidade da educação dos filhos concorrem para os sérios problemas vividos pelos professores brasileiros.

Professores mal remunerados, estruturas físicas ruins e a não participação dos pais na vida escolar dos filhos favorecem para o não aprendizado, e desta forma elevando os índices de crianças e adolescentes que infringem as regras da comunidade em que estão inseridas, as normas da escola e o respeito que deveriam ter como os pais, todos esses problemas diretamente ou indiretamente acarretam para que aluno já em situação desfavorável seja indisciplinado e violento.

Para Rosa (2010, p. 6-7)

A violência nas escolas é atualmente um fenômeno real que já faz parte dos problemas sócio-políticos do país. Trata-se de uma questão multicausal e complexa que demanda ainda análises e estudos mais aprofundados. A miséria, o desemprego, as desigualdades sociais, a falta de oportunidades para os jovens e a presença insuficiente ou inadequada do Estado fazem aumentar as manifestações de violência no país. [...] A violência no ambiente escolar pode estar relacionada de um lado com os comportamentos dos professores: falta de relacionamento com os alunos, dificuldades em lidar com estudantes de camadas sociais diferentes, despreocupação ou falta de conhecimento no transmitir a utilidade daquilo que ensina. Por outro lado estar diretamente relacionada à indisciplina do aluno ligada a fatores diversos.

Desde o princípio a escola deve esclarecer e trabalhar com seu público a questão da indisciplina nesse ambiente, ensinando e mostrando que regras devem ser seguidas, a conscientização deve ocorrer com o aluno e também com toda a família, como forma de extinção desse mal que está diante da realidade de todas as escolas.

Para Abramovay (2007, p. 2)

É preciso repensar a escola e propor formas inovadoras de tratar o tema da violência, com políticas públicas que acreditem que o problema é tão relevante quanto a repetência, a evasão ou a má qualidade do ensino. Não se pode continuar negando o que acontece e trabalhar com a "política de avestruz" ou a "lei do silêncio". Não basta levar a juventude aos bancos escolares e puni-la quando cabular aulas, discutir ou brigar. É preciso criar para ela um ambiente onde possa expressar sua criatividade, sua inteligência, sua curiosidade. Como etapa de transição e de transformações profundas, a juventude demanda espaço e atenção apropriados.

#### **2.1.4 MEIOS PARA COIBIR ATOS INDISCIPLINARES NA ESCOLA**

Não existe um método para curar indisciplina, mas há meios para que se possam amenizar as causas, por exemplo, o ato democrático continua sendo uma das melhores formas de contornar a indisciplina, a exposição das regras adotadas na escola de uma forma apropriada e a renegociação dos métodos de manter a ordem.

Portanto, é aceitável dizer que com tantos conceitos e causas, existem métodos preventivos para que a indisciplina seja evitada, orientada e analisada. Desta forma, Segundo Dayan (2012, p. 80) uma das maneiras de prevenir a indisciplina seria,

Com a participação de especialistas, psicólogos, por exemplo. [...] Outra maneira de intervir é acompanhar a elaboração de um projeto institucional que permita tratar os problemas por meios de ações que estimulem a

convivência entre todos e não apenas de ações que permitam melhorar ou adequar a regulação normativa das relações entre os membros da escola.

Perante os fatos, é imprescindível abordar o Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo (2010, p. 40), no que tange ao regime disciplinar aplicado ao discente,

Art. 79 o regime disciplinar tem por finalidade aprimorar a formação do educando, o funcionamento do trabalho escolar e o respeito mútuo entre os membros da comunidade escolar, para a obtenção dos objetivos previstos neste Regimento.

Art. 80 a ação disciplinadora do educando na unidade de ensino, em princípio, tem caráter preventivo e orientador.

Como em todo ambiente que tem mais que uma pessoa, é natural que haja disciplina, para que possam obter resultados eficazes na formação de um cidadão, não poderia ser dessemelhante no ambiente escolar, onde o objetivo central é a formação do discente. Desse modo, o Regimento Comum, explana que os métodos utilizados são impulsionados à prevenção, portanto, se a “indisciplina” ocorrer do mesmo modo, cabe punição prevista no Regimento, desta forma os atos indisciplinados são considerados leves, graves e atos infracionais, onde cada um deve acarretar uma medida educativa.

#### 2.1.4.1 A INDISCIPLINA COMO GRAU LEVE

A indisciplina com grau leve acarreta punição, para que desse modo o discente perceba que qualquer ato indisciplinado é prejudicial, de acordo com Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo (2010, p. 43 - 44),

**Art. 84** O não cumprimento dos deveres e a incidência em atos indisciplinados ou atos infracionais podem acarretar ao educando as medidas educativas disciplinares, conforme a seguinte gradação:

I - ao educando que cometa ato indisciplinar leve ou descumprir com seus deveres previstos neste Regimento, aplica-se:

a) advertência verbal; e/ou

b) retirada do aluno de sala de aula ou atividade em curso e encaminhamento à diretoria ou coordenação para orientação;

#### 2.1.4.2 A INDISCIPLINA COMO GRAU GRAVE

No Regimento Comum (2010, p. 43 - 44), inciso II, menciona-se como grau grave de indisciplina

II - ao educando que cometa ato indisciplinar grave, aplica-se: a) suspensão temporária de participação em programas extracurriculares; e/ou  
b) suspensão das aulas por, no máximo, 2 (dois) dias letivos;

#### 2.1.4.3 A INDISCIPLINA COMO ATO INFRACIONAL

Referente ao ato infracional mencionado no Regimento Comum (2010, p. 43 - 44), no inciso III, esclarece que

III - ao educando que cometa ato infracional, aplica-se:



- a) suspensão das aulas pelo período de 3 (três) a 5 (cinco) dias letivos; e/ou
- b) transferência compulsória para outra unidade de ensino, quando viável, de acordo com as decisões do conselho escolar.

Uma escola permissiva deve tolerar alunos indisciplinados, assim como pais permissivos devem padecer das atitudes dos seus filhos. Desta forma onde não há tanta permissividade também existe indisciplina. Diante dos fatos o Regimento Comum, tem por finalidade expor para os gestores e discentes os direitos e deveres de cada um, onde as partes sofrerão com as medidas aplicadas em caso de atos infracionais ou indisciplinados.

Sendo assim as discussões entre discentes e gestores passam a ter mais frequência, na maioria das vezes quando o discente é punido, isso acontece por que os alunos não conhecem o Regimento, o que leva a pensar que os gestores estão atuando de forma autoritária para adverti-lo de tal comportamento. Ainda de acordo com o regimento é possível observar que, as medidas de punição só serão aplicadas após o discente insistir no ato indisciplinar, o diálogo frequente entre gestores e discentes existe para facilitar a convivência e evitar uma medida severa.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final desta pesquisa compreende-se que para uma vida em sociedade é necessário ter regras para organizar a convivência. Todos os ambientes sociais possuem regras e a quebra dessas regras se caracteriza como indisciplina. O não cumprimento dessas regras torna os ambientes sociais tumultuados. Importante lembrar que indisciplina acontece em todos os ambientes e que no ambiente escolar este tipo de comportamento prejudica especialmente o processo ensino aprendizagem impactando negativamente na atividade fim das instituições de ensino que é promover o aprendizado de qualidade.

Durante a pesquisa observa-se que as causas são múltiplas e amplas e estão aumentando e assim trazendo desafios cada vez mais complexos para o convívio no ambiente escolar. Algumas dessas indisciplinas são mais frequentes como: a apatia do grupo, o cochicho, a troca de mensagens, o exibicionismo e etc. outras são excepcionais como: agressões, roubos e outras, mas todas são desafiadores e envolvem causas que são geradas no ambiente interno e externo. No ambiente externo pode-se citar como exemplo: desestruturação da família, a droga, o desemprego, a pobreza, a moradia inadequada, a ausência de valores e etc. no interno têm-se: falta de motivação do aluno, a ausência de regras que permitam uma distribuição equitativa da comunicação, a falta de consideração com os ritmos biológicos das crianças e a falta de autoridade, má formação ou desinteresse do professor.

Conhecer e trabalhar aspectos de indisciplina no ambiente escolar é sempre desafiador principalmente pela falta de capacitação específica dos profissionais envolvidos e pela falta de participação ativa dos familiares junto a escola. Muitos pais acreditam erroneamente que a escola é responsável pela educação de seus filhos o que é um equívoco. A escola tem responsabilidade pela escolarização das crianças e pode no máximo contribuir para formação de uma educação que começa no ambiente familiar e reflete nos demais ambientes sociais como na sala de aula.

Como visto nessa pesquisa esse é um dos maiores desafios no atual processo de ensino do nosso tempo. Todas essas formas de indisciplina são um grande desafio para a sociedade e principalmente para professores e gestores escolares.

A pesquisa foi desenvolvida com enfoque nos objetivos: identificar os conceitos de indisciplina, apresentado no item “2.1 A indisciplina e sua repercussão contraproducente no processo ensino aprendizagem” onde foram apresentadas as várias conceituações e focos de indisciplina; verificar a relação familiar presente no item “2.1.1 Possíveis causas da indisciplina na contemporaneidade” em que se verificou a importância da família na educação dos alunos e o desafio de aproximar a família das escolas, neste mesmo item foi realizada uma investigação sobre as dificuldades das equipes gestoras quando observa-se a necessidade de capacitação e apoio de serviços especializados como por exemplo de psicologia para trabalhar as situações desafiadoras; Levantar os procedimentos legais para conter os atos de indisciplina apresentado no item “2.1.3 Meios para coibir atos disciplinares na escola” observando a limitação de ações que podem ser realizadas dentro da legalidade pelos gestores e todos os profissionais de educação no que diz respeito a indisciplina.

Ao concluir essa pesquisa nota-se a importância da integração da sociedade, da família e da escola para essa missão de ensinar. O professor não pode assumir o lugar dos pais, a família precisa de orientação para a condução da educação de seus filhos. Com novos desafios aparecendo a cada dia fica impossível com os atuais métodos e legislação alcançar um nível melhor de disciplina se não houver melhor integração das famílias com a escola.

#### 4 REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, Miriam. **Debate: violência, mediação e convivência na escola- violência nas escolas: situação e perspectiva.** Boletim 23, novembro de 2005. Disponível em: <[www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/215810debateviolencia.pdf](http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/215810debateviolencia.pdf)> Acesso em: 31 ago. 2014.
2. \_\_\_\_\_. **Escolas inseguras.** Jornal de Brasília, 09 de junho de 2007. Disponível em: <[http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com\\_content&view=section&layout=blog&id=5&Itemid=2](http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=5&Itemid=2)>. Acesso em: 30 set. 2014.
3. ABRAMOVAY, Miriam; WERTHEIN, Jorge. **Violência nas escolas.** Folha de S. Paulo, 20 de novembro de 2008. Disponível em: <[http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com\\_content&view=section&layout=b.log&id=5&Itemid=2](http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com_content&view=section&layout=b.log&id=5&Itemid=2)>. Acesso em 30 set. 2014.
4. AQUINO, Groppa Julio. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** 16. ed. São Paulo. Summus, 1996.
5. BELÉM, Cavalcanti Rosemberg. **Representações sociais sobre indisciplina escolar no ensino médio.** 2008. Disponível em: <[www.ufpe.br/pospsicologia/images/Dissertacoes/2008/belm%20rosemberg%20cavalcanti.pdf.pdf](http://www.ufpe.br/pospsicologia/images/Dissertacoes/2008/belm%20rosemberg%20cavalcanti.pdf.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2014.

6. CARVALHO, Pinto Marília. **Conteúdo de bullying- violências nas escolas:** o "bullying" e a indisciplina. Rio de Janeiro, agosto de 2007. Disponível em: <[www.observatoriodainfancia.com.br/article.php?id-article=233](http://www.observatoriodainfancia.com.br/article.php?id-article=233)>. Acesso em: 31 ago. 2014
7. CASTRO, Mêire Cristina. **Indisciplina:** um olhar sobre os distúrbios disciplinares na escola. 2010. Disponível em: <[www.semar.edu.br/revista/downloads/edição1/artigo-meire-cristina-de-castro.pdf](http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edição1/artigo-meire-cristina-de-castro.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2014.
8. DAYAN, Parrant Sílvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola.** 2. Ed. São Paulo. Contexto, 2012.
9. ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. **Regimento Comum das Escolas de Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 2010.
10. GARCIA, Joe. **Indisciplina na escola:** uma reflexão sobre a dimensão preventiva. Janeiro- Abril, 1999, nº 95. Disponível em: <[www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/275/229](http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/275/229)> Acesso em: 20 mai. 2014.
11. LISBOA, Carolina; BRAGA, Luiza de Lima; EBERT, Guilherme. O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestações e possibilidades de intervenções. **Contexto clínico**, v 2, nº 1. São Leopoldino, jun. de 2009. Disponível em: <[www.pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v2n1a07.pdf](http://www.pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v2n1a07.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.
12. MARRIEL, Lucimar Câmara; AVANCI, Joviana Q.; OLIVEIRA, Raquel V. C. **Violência e auto-estima de adolescentes.** Jan. Abr. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-1574200600003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1574200600003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2)>. Acesso em: 02 out. 2014.
13. MENDES, Fabiane Mathias Delattre. **XIII Seminário internacional de educação:** indisciplina escolar na visão de orientadores educacionais. 09, 10 e 11 de julho de 2008. Disponível em: <[http://www.sieduca.com.br/2008/index986e.html?principal=lista\\_trabalhos&eixo=4&modalidade=1](http://www.sieduca.com.br/2008/index986e.html?principal=lista_trabalhos&eixo=4&modalidade=1)>. Acesso em: 15 mai. 2014.
14. NETO, Lopes A. Aramis. **Bullying:** comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*. 2005. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/jped/v81n55a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n55a06.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2014.
15. ROSA, Maria José Araújo. **Violência no ambiente escolar:** refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem. Julho e dezembro de 2010. Disponível em: <[www.200.17.141.110/periódicos/revista\\_fórum\\_identidades/revistas/ARQ\\_FORUM\\_IND\\_8/FORUM\\_V8\\_09.pdf](http://www.200.17.141.110/periódicos/revista_fórum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_8/FORUM_V8_09.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2014.

16. SILVA, DK; LOPES, M I. **A indisciplina: um Desafio Para a Equipe Gestora.** 2013. Disponível em: <catolicadenapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/os/aindisciplina-um-desafio-para-a-equipe-gestora.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.
17. SOUZA, Christiane Pantofa de; ALMEIDA, Léo César Parente de. **Bullying em ambiente escolar.** Enciclopédia Biosfera, 2011. Disponível em: <www.Conhecer.org.br/enciclop/conbras1/bullying.pdf.> Acesso em: 29 set. de 2014.
18. SOUZA, Jadir Cirqueira de. **Refém da violência escolar: como reagir?** 2007. Disponível em: <http://www.revistajustitia.com.br/artigos/1d04db.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.
19. TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. **Violência na escola: os sinais de bullying e o olhar necessário aos sentimentos.** 2005. Disponível em: <[www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/educação/doutrina/bullyingeolhar\\_necessario\\_ao\\_sentimentos.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/educação/doutrina/bullyingeolhar_necessario_ao_sentimentos.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.
20. VILA, Carlos; DIOGO, Sandra. **Bullying.** Portal dos Psicólogos. 2009. Disponível em: <[www.psicologia.pt/artigos/textos/tl0142.pdf](http://www.psicologia.pt/artigos/textos/tl0142.pdf)> Acesso em: 29 set. 2014.